



Silvana Barros dos Santos Teixeira

**Depoimento Especial:
Tensões entre proteção e violação**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Antonio Carlos de Oliveira



Silvana Barros dos Santos Teixeira

**Depoimento Especial:
Tensões entre Proteção e Violação**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Maria Luiza Campos da Silva Valente

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Corina Helena Figueira Mendes

FIOCRUZ

Profa. Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos

Ministério Público do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2021

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da autora, do orientador e da universidade.

Silvana Barros dos Santos Teixeira

Graduou-se em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 2003. Especializou-se (lato sensu) em Gestão da Administração Pública da Universidade Castelo Branco em 2010; e em Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio em 2019. Durante o curso de Mestrado Acadêmico, participou de eventos científicos nas áreas de Serviço Social e Ciências Humanas.

Ficha Catalográfica

Teixeira, Silvana Barros dos Santos

Depoimento especial: tensões entre proteção e violação / Silvana Barros dos Santos Teixeira; orientador: Antonio Carlos de Oliveira. – 2021.
171 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2021.

Inclui bibliografia

1. Serviço Social - Teses. 2. Depoimento especial. 3. Crianças e adolescentes. 4. Proteção integral. 5. Violação de direitos. 6. Sistema de justiça criminal. I. Oliveira, Antonio Carlos de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD:361

Agradecimentos

A Deus, pela energia, momentos de concentração e serenidade para a realização deste trabalho em um período histórico tão peculiar.

À família que eu tanto amo, em especial à minha mãe, minha fortaleza, Maria da Penha, à minha sogra, Lourdes, que me incentiva e apoia, ao meu marido, parceiro e melhor amigo, Mauro, e aos meus filhos, Luís Filipe e Miguel, que tornam minha vida mais leve e mais colorida.

Ao querido professor Antonio Carlos, meu mestre à moda Paulo Freire, *sempre* generoso, dedicado e paciente com seus alunos, que me orientou de modo a permitir minhas próprias construções, mas corrigindo com sensibilidade minhas viagens e devaneios nestes dois anos do curso de mestrado.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de pesquisa concedida e, sem a qual, a realização deste trabalho teria sido muito mais difícil.

Ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ), aos magistrados, que permitiram a realização desta pesquisa, e serventuários que me auxiliaram no acesso ao material pesquisado.

Às professoras Corina Mendes, Patrícia Pimentel e Maria Luiza Valente, pelas excelentes contribuições dadas durante a banca de qualificação e por aceitarem permanecer na banca de defesa desta dissertação.

Aos professores do Departamento de Serviço Social, por todos os ensinamentos, especialmente, às professoras Irene Rizzini e Ariane Rego Paiva, da Linha de Pesquisa em Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersectoriais, e à professora Luciene Medeiros que me acolheu e me instigou durante a experiência do Estágio em Docência.

À professora Denise Pupo, pelas orientações prestadas para a realização do trabalho de campo junto ao TJERJ.

Às funcionárias e funcionários da PUC-Rio, especialmente, à querida Joana pela sua dedicação e prontidão.

À minha amiga de toda a vida, Aline Silveira, que, apesar da distância, se fez presente no processo de construção desta dissertação.

Às amigas do curso de mestrado, Taissa Mendonça, Thatyana Siqueira, Carolina Terra e Suellen Félix que, apesar das imensas dificuldades vivenciadas neste ano de 2020, me confortaram e me apoiaram com suas dicas e orientações, sempre com carinho, companheirismo e generosidade.

Resumo

Teixeira, Silvana Barros dos Santos; Oliveira, Antonio Carlos. **Depoimento Especial: tensões entre proteção e violação**. Rio de Janeiro, 2021. 171 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O depoimento especial, no Brasil, tem sido tema de muitos debates há quase duas décadas, principalmente, entre profissionais de Serviço Social, Psicologia e Direito que atuam no campo da proteção de direitos de crianças e adolescentes. A presente dissertação teve por finalidade identificar e analisar elementos indicativos de tensionamentos entre o princípio da proteção integral e violação de direitos presentes nas práticas dos agentes atuantes em depoimento especial. Para tanto, foram abordados aspectos relativos à infância e à adolescência; à tutela do Estado realizada pelo Sistema de Justiça; à proteção integral de crianças e adolescentes; às violações de direitos a que são submetidos, especialmente a violência sexual; ao campo jurídico do tribunal; e às relações estabelecidas neste campo entre agentes institucionais, vítimas e acusados. Para construção do *corpus* da pesquisa foram selecionados processos judiciais oriundos de varas criminais da Comarca da Capital, que continham depoimentos de crianças ou adolescentes vítimas. Para sistematização e análise do material selecionado, foi empregada a técnica de análise documental em diálogo com contribuições teóricas e metodológicas de Pierre Bourdieu, no que se refere ao *habitus*, campo e capital, bem como estudos sobre infância, sociedade e sistema de justiça. Os resultados encontrados sistematizaram a presença de oito elementos indicativos de tensionamentos na condução da prática judicial do depoimento especial, demonstrando a existência de um potencial latente de violação tanto dos direitos de crianças e adolescentes, como de garantias dos acusados, mesmo em ações voltadas à proteção, e evidenciando que o *habitus* sócio-historicamente construído ao longo do processo de formação da sociedade e das instituições incide fortemente nas relações sociais empreendidas no campo analisado.

Palavras-chave

Depoimento especial; crianças e adolescentes; proteção integral; violação de direitos; sistema de justiça criminal.

Abstract

Teixeira, Silvana Barros dos Santos; Oliveira, Antonio Carlos (Abstract). **Special Testimony: tensions between protection and violation.** Rio de Janeiro, 2021. 171 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In Brazil, Special Testimony has been the subject of many debates among professionals who work with Children and Adolescents' rights protection, particularly, in the areas of Social Work, Psychology and Law School for almost two decades. The aim of this work is to identify and analyze indicative elements of tension between the Full Protection principle and the violation of rights present in the actions of Special Testimony agents. Therefore, aspects related to childhood and adolescence were addressed; as well as the State tutelage executed by the Justice System; the full protection of children and adolescents; the violations of rights to which they are subjected, especially about sexual violence; the legal field of the Court; and the relations established in this context between the institutional agents, the victims and the defendants. Legal proceedings conducted by Criminal Courts of the Federal District involving the testimony of children or adolescents as victims were selected to build the *corpus* of the research. The selected data was organized and analyzed using the documentary analysis technique in conjunction with theoretical contributions by Pierre Bourdieu on the *habitus*, field and capital, as well as studies on childhood, society and the justice system. The results showed the presence of eight indicative elements of tension in the Special Testimony judicial practice which demonstrates a latent potential for violation of the children and adolescents' rights and the defendants' rights, even on protection judicial proceedings; making evident the social-historical *habitus* built throughout the society and its institutions formation process has a strong impact on the social relations undertaken in the analyzed field.

Keywords

Special testimony; full protection; rights violation; children and adolescents; criminal justice system.

Sumário

1. Introdução	12
2. Proteção e Violação: uma tênue separação	19
2.1. Contribuições de Pierre Bourdieu: campo, <i>habitus</i> e capital	21
2.2. Infância, família e tutela: o controle social das relações	26
2.3. As ações “protetivas” do Estado brasileiro	33
2.4. Proteção Integral: um direito em construção	40
2.5. Crianças e adolescentes: novos sujeitos de direitos?	51
2.6. Violência sexual contra crianças e adolescentes	57
3. Tribunal do Direito ou tribunal de direitos?	65
3.1. Campo jurídico: espaço de poderes, saberes e práticas	68
3.2. A construção da verdade e o poder de punir: sob a perspectiva de Michel Foucault	74
3.3. Do depoimento sem dano ao depoimento especial	78
3.3.1. Escuta, proteção e depoimento: debates e controvérsias	86
3.4. Crime, agressor e vítima: uma relação de desigualdades	95
3.4.1. Vítima e vitimização	101
3.5. A palavra da vítima e a escuta judicial	105
4. Depoimento especial: espaço de tensões	114
4.1. Percurso metodológico	115
4.2. Entendendo o documento	123
4.3. Entendendo as relações	128
4.4. Proteção e violação: tensões e garantias	133
4.4.1. Seguindo algumas pistas para análise	136
4.4.1.1. Aplicação da técnica de entrevista	137
4.4.1.2. Lapso temporal entre violência e depoimento	140
4.4.1.3. Confronto com o inquérito policial	140
4.4.1.4. Confronto com o Exame de Corpo de Delito	142
4.4.1.5. Insistências e repetições	143
4.4.1.6. Representações sociais nos discursos institucionais	145
4.4.1.7. <i>Habitus</i> da sociedade disciplinar	146
4.4.1.8. Detalhamento da violência	147

5. Considerações finais	151
6. Referências bibliográficas	157
7. Apêndices	166
7.1. Apêndice 1 – Solicitação de dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	166
7.2. Apêndice 2 – Termo de Compromisso de Utilização de Dados	167
7.3. Apêndice 3 – Levantamento bibliográfico	168
8. Anexos	170
8.1. Anexo 1 – Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio	170
8.2. Anexo 2 – Carta de apresentação da pesquisadora emitida pela PUC-Rio	171

Lista de quadros

Quadro 1 - Produção acadêmica no Brasil sobre a tomada de depoimento de crianças e adolescentes em âmbito judicial I	115
Quadro 2 - Produção acadêmica no Brasil sobre a tomada de depoimento de crianças e adolescentes em âmbito judicial II	116
Quadro 3 - Produção acadêmica no Brasil sobre a tomada de depoimento de crianças e adolescentes em âmbito judicial III	116
Quadro 4 - Processos com intimações identificáveis de oitivas judiciais realizadas pelo NUDECA, separadas por localidade, de janeiro a agosto/2018	119
Quadro 5 - Processos com intimações para audiência junto ao NUDECA agrupados por tipo de delito e separados por Vara, de janeiro a agosto/2018	120

Lista de siglas

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CFP - Conselho Federal de Psicologia
CGJ - Corregedoria Geral de Justiça
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CP - Código Penal
DJRJ - Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
ECD - Exame de corpo de delito para conjunção carnal
FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
NCAC - National Children's Advocacy Center
NUDECA - Núcleo de Depoimento Especial
ONU - Organização das Nações Unidas
PBEF - Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SAM - Serviço Nacional de Assistência a Menores
SGDCA - Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SGDCAVTV - Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
TCUD - Termo de Compromisso de Utilização de Dados
TJDFT - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
TJERJ - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
TJPR - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil

1

Introdução

No Brasil, a escuta judicial de crianças e adolescentes vítimas de violência tem sido tema de debates, polêmicas e estudos científicos há quase duas décadas. Esta discussão adquiriu mais importância a partir da prática judicial pioneira da 2ª Vara de Infância e Juventude da comarca de Porto Alegre¹ que, no ano de 2003, optou pela realização das oitivas judiciais, que envolvessem crianças e adolescentes, em sala separada daquela em que se encontravam o juiz, o promotor, o advogado e o réu. A prática, conhecida à época como “depoimento sem dano” teria por proposta, além do oferecimento de um espaço mais acolhedor para a inquirição das vítimas, a redução da revitimização de crianças e adolescentes, sem, no entanto, deixar de observar a garantia dos direitos à ampla defesa e ao contraditório dos supostos autores de violência, sob pena de nulidade insanável do processo (César, 2007).

Segundo César (2007), o “depoimento sem dano” foi empregado como um método alternativo à audiência tradicional que, além de buscar minorar possíveis danos causados à vítima pela rememoração da violência sofrida, possibilitava maiores chances de responsabilização dos autores de violência, uma vez que, em algumas circunstâncias, a exemplo dos casos que envolvem abusos sexuais, a violência não apresenta marcas físicas, tornando a palavra da vítima o único meio de prova possível a ser utilizado pelo Direito.

Nesse sentido, a fim de atender às necessidades de acolhimento e proteção das vítimas em face da estrutura física impessoal e da forma rigorosa que requerem os ritos processuais, além da separação física do ambiente, propôs-se também a participação de profissionais, preferencialmente, das áreas de Psicologia e Serviço Social para a execução da mediação do relato da vítima transmitido para a sala de audiências. Nota-se que, a partir de então, uma nova prática jurídica se instalava. O rito da oitiva judicial, tradicionalmente próprio dos operadores do Direito passou

¹ A prática judicial pioneira denominada “Projeto Depoimento Sem Dano”, partiu da iniciativa da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Alegre em maio de 2003 tendo como principal expoente o magistrado José Antônio Daltoé César, atualmente, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

a contar com a intervenção de novos agentes, técnicos com formações profissionais diversas, uma prática que, no entanto, não vem sendo realizada sem questionamentos e oposições.

Em 2010, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)² expediu a Recomendação n.º 33, reconhecendo o método do “depoimento sem dano” como uma prática judiciária formal, e denominando-o “depoimento especial”. Em 2017, foi aprovado o projeto de lei n.º 3792 de 2015 de autoria da Deputada Federal Maria do Rosário Nunes na forma da lei federal n.º 13.431 de 2017, atualmente conhecida como a Lei da Escuta Protegida, que estabeleceu o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência (SGDCAVTV), suscitando a levatada de mais debates e manifestações, principalmente, por parte das categorias profissionais de Serviço Social e Psicologia.

Essa lei tipificou formas de violências e formalizou legalmente o depoimento especial como método obrigatório de oitiva policial e judicial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Contudo, é importante ressaltar que o presente trabalho tem foco voltado para o depoimento especial de vítimas infanto-juvenis realizados no âmbito judicial de varas criminais, onde tal procedimento faz parte de audiência presidida por magistrado, acompanhado pelo representante do Ministério Público, pelo defensor público ou advogado de defesa do réu e, por vezes, contando com a presença do próprio réu³.

A ampla discussão produzida acerca do tema e debatida por especialidades que vêm atuando, tradicionalmente, em conjunto sobre variadas demandas no espaço do Sistema de Justiça – Direito, Psicologia e Serviço Social – não só enriqueceu a compreensão das relações existentes no campo estudado, como foi essencial para auxiliar a apreensão do objeto da presente pesquisa. O levantamento bibliográfico empreendido neste percurso metodológico, que será abordado no quarto capítulo desta dissertação, demonstra como este tema tem sido debatido sob várias perspectivas – contrárias e favoráveis –, sendo seus expoentes mais

² O Conselho Nacional de Justiça é a instituição responsável pelo controle, transparência administrativa e processual do Poder Judiciário no Brasil, sendo presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF.

³ A Lei n.º 13.431/2017 prevê no parágrafo 3º de seu artigo 12, a possibilidade de afastar o réu do ambiente da audiência, caso profissional especializado verifique que sua presença pode prejudicar o depoimento especial. Neste caso, o juiz poderá autorizar o pedido fazendo constar em termo.

expressivos representantes das áreas de Psicologia e de Direito, acadêmicos e/ou profissionais do Sistema de Justiça.

Os estudos realizados pelo Serviço Social, embora em menor número, contribuíram para compor esse cenário de discussões acaloradas, também apresentando controvérsias e polarizações. Diante disto, o essencial neste empreendimento metodológico foi reunir, articular e compreender diversas produções construídas por essas três áreas do saber que se relacionam cotidianamente nos espaços jurídicos, seja de forma multi ou interdisciplinar.

Observa-se que, dentre os trabalhos resultantes da busca, constante na seção de Apêndices, parte significativa da produção acadêmica brasileira tem data a partir do ano de 2006, além de apresentar uma predominância da área da Psicologia, seguida pela área do Direito. Como produção acadêmica do Serviço Social, destacam-se uma dissertação de Mestrado e outros quatro artigos que tiveram contribuições de profissionais desta área. Outra interessante característica observada neste levantamento bibliográfico foi a regionalidade das produções encontradas: oito trabalhos, entre artigos e dissertação, foram desenvolvidos no estado do Rio Grande do Sul, confirmando a relevância do tema do depoimento especial nesta região, visto o pioneirismo desta prática judicial na comarca da capital Porto Alegre, conforme citado anteriormente.

Observou-se também que, mesmo diante de todo aparato legal que vem sendo desenhado para a implementação do depoimento especial no Brasil, principalmente na última década, ainda se notam muitos estudos contrários a essa prática. Estes posicionamentos justificam-se na persistência de ações violadoras de direitos por parte dos agentes que atuam no sistema de proteção. Tais ações violadoras estariam subjacentes às ações de proteção, por vezes, revestindo-se de procedimentos técnicos e ritos processuais, não sendo à toa a previsão da violência institucional, como uma das formas de violência que a lei n.º 13.431/2017 visa a coibir, conforme consta em seu inciso IV do artigo 4º.

[...] A chamada “violência institucional” [...] acaba sendo praticada, ainda que inadvertidamente, toda vez que os órgãos e agentes que deveriam atuar no sentido da proteção das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas, deixam de observar as cautelas e respeitar os direitos relacionados nesta [lei n.º 13.431/2017] e em outras normas correlatas. (Digiácomo; Digiácomo, 2018, p. 6).

Dessa forma, a presente pesquisa buscou entender as relações envolvidas na condução do procedimento de depoimento especial, buscando enxergar, em meio a esse controverso cenário construído, a lógica que permeia essas interações profissionais, acadêmicas, culturais, hierárquicas e sociais, dentro dessa instituição específica que é o Poder Judiciário. Sendo assim, importou conhecer o local onde ocorre a demanda da oitiva de crianças e adolescentes vítimas de violência – o tribunal. Esse espaço baseado em relações sociais historicamente hierarquizadas, onde os operadores do Direito têm por objetivo prover a construção de um discurso que signifique uma verdade fiável, ou seja, uma verdade objetiva acerca de fatos que romperam com a ordem social, tornou-se um campo profícuo para análise das relações ali empreendidas.

O interesse sobre o referido objeto de pesquisa iniciou-se a partir da realização do curso de especialização em Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A fim de cumprir a carga horária prática exigida pelo curso, em abril de 2018, esta pesquisadora iniciou atividade junto ao Núcleo de Depoimento Especial (NUDECA) que fica localizado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ), na qualidade de assistente social voluntária, experiência que durou até outubro de 2018. Como trabalho de conclusão do referido curso, em 2019, foi produzida a seguinte monografia: *Por uma escuta qualificada de crianças: contribuições para a prática profissional*.

Na ocasião desse trabalho voluntário junto ao TJERJ, foi oportunizado acompanhar a dinâmica de trabalho, auxiliando no recebimento e assistência de familiares, em sua maioria, mães, que acompanhavam seus filhos e filhas ao prédio do Fórum Central - Comarca da Capital, para a tomada de depoimento especial. Além disto, a título de estudo e capacitação, esta pesquisadora também teve a possibilidade de participar de reuniões com a equipe técnica e de eventos de capacitação, além de assistir à tomada de depoimentos e interagir com os agentes atuantes no campo.

No cotidiano dessas atividades, observou-se, além de ações protetivas de crianças e adolescentes vítimas de violências, atitudes e procedimentos que inviabilizavam a realização de uma ação integrada. Apesar de esses agentes estarem imbuídos do cumprimento dos requisitos processuais para a tomada de depoimento

especial, era possível notar algumas resistências e interferências no trabalho desempenhado pelo setor. Desvendar a lógica que permeava essa relação entre proteção e violação foi o que motivou a presente pesquisa científica.

Assim, para pensar o problema, ou seja, o objeto desta pesquisa, considerou-se de suma importância recorrer às contribuições do sociólogo Pierre Bourdieu no que tange à sua “teoria da prática” e às suas reflexões acerca do campo jurídico como campo de práticas suscetíveis de estudos e análises. Para Bourdieu (1989, p. 28), “os objetos comuns da pesquisa são realidades que atraem a atenção do investigador por serem ‘realidades que se tornam notadas’, por assim dizer, ao porem problemas”. O nítido desconforto para relatar as violências sofridas, os semblantes constrangidos, narrativas curtas e reticentes, a insatisfação da sala de audiências e a insistência por relatos pormenorizados ilustravam aspectos que se apresentavam para esta pesquisadora como um “problema da vida prática” (Minayo, 2015, p. 16), demonstrando como o assunto ainda precisava ser investigado cientificamente, o que inspirou e conduziu a elaboração da presente pesquisa.

Diante dessas reflexões questionava-se, inicialmente, por que as condutas dos agentes que atuavam no sistema de proteção de crianças e adolescentes vítimas ainda ofereciam riscos de revitimização, ou seja, de danos tão ou mais graves que a própria violência que havia originado a ação protetiva, apesar de toda a previsão legal para proteção. Por que se fazia necessário que um diploma legal criasse mecanismos protetivos contra uma violência gerada pelo próprio sistema de proteção? Não deveria o sistema de garantias de direitos estar plenamente a serviço da proteção integral da infância e da juventude?

Essas indagações conduziram o desenvolvimento desta reflexão teórica, levando à descoberta de que não seria possível generalizar a atuação dos agentes envolvidos no campo da proteção de crianças e adolescentes. Tampouco seria possível considerar que, passados trinta anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os agentes de proteção, simplesmente, permanecessem indiferentes aos princípios resguardados pela lei ou deixassem de garantir direitos de forma intencional. Para tanto, foi de relevante importância saber que elementos poderiam incidir sobre as atuações profissionais de forma que, apesar dos instrumentos legais disponíveis, crianças e adolescentes ainda permanecessem sob o risco de ações revitimizantes.

Cabe ressaltar que a instância judicial ao julgar um crime contra criança ou adolescente, insere-se no SGDCAVTV de forma reativa à violência denunciada e, portanto, como parte deste sistema, precisa atuar em função dos seus princípios, ou seja, protetivamente, mas sem deixar de lado as garantias constitucionais dos acusados. Nesta ação integrada de proteção da vítima e responsabilização do autor de violência, o depoimento especial vem sendo utilizado pelas varas criminais, especializadas ou não, como forma de reduzir os possíveis danos da intervenção judicial junto a vítimas e testemunhas.

Dessa forma, a presente proposta de pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento central: que elementos presentes nas ações dos agentes que conduzem o depoimento especial são indicativos de tensionamentos entre ações de proteção e práticas de violação de direitos das crianças e adolescentes vítimas de crimes?

Considerando-se que a proteção integral localiza-se em um campo de interesses concorrentes, disputando legitimidade tanto com a necessária responsabilização dos autores de violência, quanto com a garantia dos direitos fundamentais à ampla defesa e ao contraditório, é possível notar que essa interação entre proteção integral, defesa técnica e responsabilização do réu apresenta um campo permeado por tensões, as quais podem tornar-se danosas, uma vez que o processo criminal legalmente necessário também é passível de produzir violações de direitos para as partes, em especial, para a vítima.

O emprego de técnicas e métodos que buscam a efetivação de ações de proteção, a eficiência do Sistema de Justiça, a garantia de direitos, como o depoimento especial, embora demonstrem utilidade social e praticidade, não estão isentos da análise teórica reflexiva de seus componentes, de seus agentes, nem da realidade que os envolve, visto que mesmo sua condução protocolar tem potencial chance de reduzir a efetiva proteção integral, obstando a construção de espaços onde se possa, efetivamente, enxergar e ouvir a infância e a adolescência, para além da condição de vítimas, ou seja, como sujeitos reais de direitos.

Para fundamentar esta pesquisa, no capítulo intitulado *Proteção e violação: uma tênue separação*, foram abordados os principais conceitos da teoria sociológica bourdieusiana, *habitus*, campo e capital, permitindo uma melhor compreensão acerca das relações sociais empreendidas no campo empírico; os aspectos relacionados ao tratamento historicamente dedicado à infância e à adolescência

tutelada pelas iniciativas assistenciais e pelo Estado, especialmente no Brasil; a construção sócio-histórica do princípio da proteção integral; aspectos relacionados à Sociologia da Infância, como uma contribuição científica relevante que fundamenta o direito de crianças e adolescentes serem considerados sujeitos e não meros objetos de intervenção; bem como as violências a que estes estão submetidos, especialmente a violência sexual.

No capítulo *Tribunal do Direito ou tribunal de direitos?*, buscou-se discorrer sobre a perspectiva bourdieusiana acerca de aspectos do campo jurídico, considerando-se, também, contribuições de outros autores acerca do poder atribuído à instituição judiciária; ademais, foi desenvolvida a temática do depoimento especial no Brasil, considerando seus debates e controvérsias; os crimes contra a dignidade sexual, especialmente o estupro e o estupro de vulnerável, bem como as desigualdades de gênero que lhe estão subjacentes; e aspectos relativos ao procedimento de oitiva da vítima.

O capítulo *Depoimento especial: um espaço de tensões* traz a descrição do percurso metodológico da pesquisa empreendida, bem como a sistematização do material analisado e os resultados encontrados, os quais, desde já, esclarece-se que não possuem pretensão conclusiva para o problema apontado, mas podem servir de pistas para a melhoria das práticas dos agentes envolvidos com o depoimento especial, demonstrando como este tema não se encontra esgotado, mas em plena construção.

2

Proteção e Violação: uma tênue separação

Quando os termos da discussão estão pautados nas intenções de proteger, faz-se necessário entender sobre quem recai essa “dita” proteção. O verbo “proteger” é um verbo bitransitivo, ou seja, admite objetos diretos e indiretos: protegem-se crianças e adolescentes (objetos diretos) de maus-tratos, de negligências, de exploração (objetos indiretos). Esta é apenas uma analogia para ilustrar o ponto de coesão dos temas que serão tratados a seguir neste capítulo e que demonstram a forma como crianças e adolescentes foram (e ainda são) objetos diretos de proteção.

Freitas (2016, p. 12) alerta para a necessária problematização de conceitos como infância, criança e proteção. Este último, segundo ele, “é evocado como se fosse um conceito ‘natural’ ou sem história”, bastando para sua efetividade existência de lei que a garanta. Sob esta ótica, uma perspectiva bastante reduzida, a ausência da proteção estaria circunscrita na incompreensão da lei ou na falta de consciência e compromisso da sociedade. Nota-se, portanto, que “proteção” é um conceito que precisa ser revisto, analisado e submetido a um “exame crítico para que seja possível indagar a respeito da construção de seus sentidos” (Freitas, 2016, p. 12).

Segundo Bourdieu (1983, p. 47), “a ruptura com as evidências da sociologia espontânea é, porém, uma luta permanente, na qual o pesquisador estaria derrotado antes de começar, se não conseguisse mobilizar [...] métodos específicos de construção e de análise”. Olhar através das evidências trazidas pelo mundo social, analisando elementos pacificados, permite vislumbrar novos entendimentos sobre as práticas sociais aplicadas à infância e à adolescência que atravessaram e que ainda atravessam não só as instituições, mas toda a sociedade, permitindo entender que a realidade que se vê está composta por representações⁴ também construídas

⁴ O estudo sobre as representações sociais foi inicialmente desenvolvido pelo psicólogo Serge Moscovici, na década de 1960, que embora não tenha formulado um conceito específico, inaugurou um paradigma dinâmico de “apreensão e reabilitação da ordem simbólica, que rompe com a dicotomia entre [...] sujeito e objeto” (Patriota, 2007, p. 2). O conceito mais utilizado no meio acadêmico, segundo Patriota (2007, p. 5), é de Denise Jodelet (1989): “[As representações sociais] são uma forma de conhecimento elaborada e partilhada socialmente, tendo uma visão prática e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Para Abric (1998 apud

socialmente, aprendidas, reificadas, mas sobretudo, incorporadas naqueles que ali se relacionam e se reconhecem mutuamente.

[...] A certeza em nome da qual [privilegia-se] o conhecimento da “realidade” em relação ao conhecimento dos instrumentos de conhecimento nunca é, indubitavelmente, tão pouco fundamentada como no caso de uma “realidade que, sendo em primeiro lugar, *representação*, depende tão profundamente do conhecimento e do reconhecimento. (Bourdieu, 1989, p. 107-108).

Freitas (2016) acrescenta que, na história das instituições brasileiras, principalmente, à criança pobre destinaram-se cuidados e proteções por parte do Estado e da sociedade. No entanto, em uma análise mais acurada, a depender das relações vigentes, é possível notar que o pano de fundo da proteção não se tratava exclusivamente de crianças e adolescentes, mas da sociedade.

[...] Palavras como proteção e direitos historicamente foram usadas mais vezes **contra** a criança do que a seu favor, com claras clivagens de classe, cor, gênero e origem. Portanto, a história social da infância no Brasil **não** é a história de um tempo “sem proteção” que se move linearmente até a chegada de um tempo “com proteção”. (Freitas, 2016, p.13, grifos nossos).

Freitas (2016) aponta, ainda, a forma como a criança, muitas vezes, se configura na história, um objeto de disputa, não somente de práticas institucionais, mas do campo acadêmico e científico, e alerta, à luz de Pierre Bourdieu, quanto às “guerras de representações”, quando determinadas perspectivas são defendidas e outras são refutadas.

A ciência que pretende propor os critérios mais bem alicerçados na realidade não deve esquecer que se limita a registrar um estado da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação e que, como ela, invocam frequentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor. (Bourdieu, 1989, p. 115).

Nesse sentido, importa ressaltar que a objetividade da realidade social divide espaço com as representações subjetivadas que configuram, não como reflexo exato do real, mas como parte do entendimento sobre o mundo social, agindo sobre ele, fomentando práticas sociais, definindo conceitos e formando subjetividades. Para

Patriota, 2007, p. 5), “a representação social não é um simples reflexo da realidade, ela é uma organização de significados que funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas”.

Bourdieu (1989, p. 118), “o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto”.

2.1.

Contribuições de Pierre Bourdieu: campo, *habitus* e capital

Bourdieu (1983), em sua proposta de produção de um conhecimento praxiológico, buscou estabelecer um método de análise que superasse o pensamento sociológico dualista, ao abranger tanto conhecimento acerca das condições objetivas da estrutura do campo da pesquisa, como da ação subjetiva dos sujeitos ali inseridos, além de evidenciar que tais aspectos influem essencialmente um no outro – ambos, produzindo e sendo produzidos por uma “matriz de percepções, de apreciações e de ações”, a qual ele classificou como *habitus*. Este termo foi retomado pelo autor a partir da “velha noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*” (Bourdieu, 1989, p. 61).

Segundo Wacquant (2007, p. 65), o termo *habitus* foi definido originariamente pelo filósofo Aristóteles através do termo *hexis* “significando um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta nossos sentimentos e desejos em uma situação e, como tal, a nossa conduta”, para posteriormente ser traduzido para o latim, no século XIII, por Tomás de Aquino, maior expoente da filosofia escolástica, na *Summa Theologiae*, que acrescentou à definição o sentido de “capacidade para crescer por meio da atividade, ou disposição durável suspensa a meio caminho entre potência e ação propositada”. Wacquant (2007) acrescenta que outros sociólogos clássicos⁵ também fizeram uso deste conceito ou de expressões similares até Pierre Bourdieu reformulá-lo depois da década de 1960. Bourdieu (1989, p. 61) explica que sua intenção ao retomar este termo era

por em evidência as capacidades criadoras, ativas, inventivas do *habitus* e do agente [...] chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana [...] – o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito

⁵ Loïc Wacquant (2007) menciona autores clássicos como: Émile Durkheim, Marcel Mauss, Max Weber, Thorstein Veblen, Edmund Husserl, Alfred Schutz, Maurice Merleau-Ponty e Norbert Elias.

transcendental na tradição idealista), o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente em ação [...].

Para Brandão (2010, p. 3), a noção de *habitus* visa a “marcar uma ruptura com a filosofia intelectualista da ação, que se fundava no pressuposto do caráter racional de toda ação verdadeiramente humana”. Para esta autora, Pierre Bourdieu não refuta a ação racional, mas dá um enfoque especial ao “peso das razões práticas geradas pelo *habitus* na vida social” (p. 3).

[Pierre Bourdieu] priorizou a análise das razões práticas, aquelas que do seu ponto de vista são as mais frequentes na vida social: as que incorporadas socialmente permitem aos agentes agir segundo o “senso do jogo”, ou seja, agir no espaço social (sociedade) de acordo com as regras do jogo social (que podem variar segundo os diferentes campos) sem necessidade de, a cada momento, recorrer à razão para decidir o que fazer. (Brandão, 2010, p. 3).

Embora não se trate de uma ação racional planejada e consciente, mas de uma racionalidade prática, o *habitus* influencia as práticas sociais, agindo silenciosamente por meio da ação dos agentes, ao mesmo tempo que dificulta sua percepção, podendo inclusive contribuir para que se conformem os comportamentos dos sujeitos sociais, sem que, para isto, haja uma ação orquestrada com tal finalidade.

Segundo Bourdieu (1983, p. 61), o *habitus* é um

sistema de *disposições* duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.

O entendimento da influência do *habitus* sobre a ação dos agentes e sobre a reprodução da estrutura – não só como produto e produtor de uma ação social coletiva, como também produto e produtor das condições objetivas da estrutura do campo no qual estes agentes estão inseridos – possibilita entender que mesmo a ação declaradamente norteadas por princípios éticos depende de constante reflexão crítica.

Nesse sentido, a noção de *habitus* se apresenta como um elemento estruturador da ação, uma vez que “se aplica à interiorização das normas e valores”, como também “inclui os sistemas de classificações que preexistem [...] às

representações sociais”, pressupondo um “conjunto de ‘esquemas generativos’ que presidem a escolha” (Ortiz, 1983, p. 16).

O *habitus* se apresenta, pois, como social e individual, refere-se a um grupo ou a uma classe, mas também ao elemento individual; o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade. (Ortiz, 1983, p. 17).

Intimamente relacionado ao *habitus*, Bourdieu (1989) define o campo de produção de práticas como o espaço social onde se dão as relações objetivas, indo além do entendimento de que este seja um universo autônomo de relações específicas, posto que estas, imediatamente visíveis, disfarçam as relações objetivas que determinam e, ao mesmo tempo, também são determinadas pelas posições ocupadas pelos agentes na estrutura do campo. Assim, compreende-se que, na teoria social bourdieusiana, tanto a estrutura do campo é determinante na estruturação e na manutenção do *habitus*, como a ação do *habitus* é preponderante à permanência da disposição estrutural do campo.

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus* [...]. (Bourdieu, 1983, p. 60).

Dessa forma, o campo de pesquisa se configura “como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão” (Ortiz, 1983, p. 19). Este espaço apresenta-se tanto de forma corporificada, quanto de maneira intangível por meio das ações dos agentes que nele atuam, transcendendo o espaço físico e tornando possível, por meio da sua análise, conhecer a lógica das relações ali empreendidas.

Todavia, é importante compreender que, não sendo o *habitus* o produto de uma ação intencional estratégica, ele só se materializa em relação a um “campo de potencialidades objetivas”, ou seja, onde os agentes dispostos na estrutura se encontram em condições de perceber, decodificar e responder a esses estímulos simbólicos (Bourdieu, 1983, p. 62).

O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina esse *quantum* de “capital social”. A estrutura do campo

pode ser apreendida tomando-se como referência dois polos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. (Ortiz, 1983, p. 21).

Nesse espaço travam-se disputas cotidianas entre os diversos agentes presentes no campo em estudo, tornando necessária a compreensão da lógica que atravessa essa multiplicidade de relações. Isso pressupõe conhecer o capital social que cada agente detém e que, conseqüentemente, define a sua posição na estrutura. Este capital pode ser entendido como o conjunto de recursos adquiridos desde o nascimento, por meio da herança cultural transmitida em suas primeiras experiências – a qual dependerá inclusive da classe social em que a família está posicionada –, até o decurso da trajetória de vida do agente. O manejo destes recursos servirá para que o agente reafirme ou eleve sua posição no campo em que se desenvolvem suas relações sociais.

O campo revela, portanto, a manifestação de relações de poder, onde a posição de cada agente em sua estrutura será determinada a partir de uma distribuição desigual de capital social entre eles. Esta desigualdade não é facilmente observada, pois decorre de inúmeros e complexos fatores, como, por exemplo, da forma como um agente vivenciou seu processo inicial de socialização, desde suas experiências pessoais e privadas até os conhecimentos adquiridos institucionalmente; ou de como se construiu a percepção sócio-histórica sobre a legitimidade do lugar social que ele ocupa, bem como dos condicionantes e prerrogativas que lhe estão subjacentes, entre outros fatores preponderantes.

A distribuição desigual de capital social infere significativamente sobre as possibilidades de ação dentro do campo, visto que as práticas se ajustam às suas chances objetivas de realização. Bourdieu (1983), para ilustrar essa percepção, cita um trecho de Karl Marx na obra “Esboço de uma crítica da economia política”:

Quem quer que eu seja, se não tenho dinheiro para viajar, não tenho necessidade – no sentido de necessidade real de viajar – suscetível de ser satisfeita. Quem quer que eu seja, se tenho a vocação dos estudos, mas não tenho dinheiro para dedicar-me, não tenho a vocação para o estudo, quer dizer, uma vocação efetiva, verdadeira. (Bourdieu, 1983, p. 63).

Com base nesse entendimento, torna-se mais fácil compreender como a ação dos agentes tende a adaptar-se ao campo perpetuando sua estrutura, seja ao incorporar o *habitus* existente, ou, até mesmo, ao tentar modificá-lo. O agente tende a agir dentro de suas possibilidades objetivas, conformadas pela estrutura do

próprio campo, e em busca de reconhecimento dos demais agentes atuantes, especialmente, daqueles que ocupam o polo dominante. Por meio destas reflexões, aquilo inicialmente percebido como virtude ou vocação, ou aquilo que se acredita impossível, são, na realidade, socialmente e historicamente construídos.

Pelo fato de que as disposições duravelmente inculcadas pelas condições objetivas [...] engendram aspirações e práticas objetivamente compatíveis com as condições objetivas e, de uma certa maneira, pré-adaptadas às suas exigências objetivas, os acontecimentos mais improváveis se encontram excluídos, antes de qualquer exame, a título do impensável, ou pelo preço de uma *dupla negação* que leva a fazer da necessidade [uma] virtude, isto é, a recusar o recusado e a amar o inevitável. (Bourdieu, 1983, p. 63).

A análise bourdieusiana permite compreender por que iniciativas de transformação do *habitus* nem sempre resultam em uma transformação social efetiva. Quando aqueles que “se encontram no polo dominado procuram manifestar seu inconformismo através de uma estratégia de ‘subversão’, essa forma de “contestação é [...] puramente simbólica”, pois não coloca em questão “os princípios de poder que estruturam o campo” funcionando apenas como reforço da ordem ali vigente (Ortiz, 1983, p. 23).

Dominantes e dominados são necessariamente coniventes, adversários cúmplices que, através do antagonismo, delimitam o campo legítimo da discussão. [...] A convivência entre os agentes determina o consenso a respeito da situação, ou seja, o que merece ser ou não levado em consideração. O consenso se fundamenta, pois, no desconhecimento, pelos agentes, de que o mundo social é um espaço de conflito, de concorrência entre grupos com interesses distintos. Esse desconhecimento corresponde a uma “crença coletiva” que solda, no interior do campo, agentes que ocupam posições assimétricas de poder [...]. (Ortiz, 1983, p. 23-24).

A teoria bourdieusiana contribui principalmente para entender como determinadas práticas sociais, valores e crenças permanecem incorporadas às ações dos agentes que atuam em determinado campo. O *habitus* inscrito em suas ações decorre de uma ampla trama de relações, vivências, determinações sociais, culturais, políticas, econômica, contribuindo para a reprodução da estrutura e oferecendo uma margem estreita para mudanças efetivas.

Remetendo a um pensamento determinista, Ortiz (1983) esclarece que Bourdieu, embora apresente um certo pessimismo, demonstra “como as relações entre os agentes reproduzem as relações objetivas da sociedade” (p. 26), e como, por meio de sua análise, torna-se possível “desvendar os mecanismos profundos de poder” (p. 29), contudo, afirma que o autor, no que tange às “transformações

histórico-sociais ao espaço superestrutural do campo [...] limita-se a assinalar um jogo de correspondências” (p. 26). Entretanto, Ortiz (1983, p. 29) assinala que a heresia, ou seja, as estratégias de subversão, tem potencial para “associar-se ao movimento da História e soldar-se organicamente às classes subalternas” abrindo a possibilidade de construir-se “um novo bloco histórico”, onde a “reprodução cede lugar à transformação”.

2.2.

Infância, família e tutela: o controle social das relações

O entendimento sobre a infância e a adolescência na sociedade ocidental alterou-se de forma bastante significativa a partir da Idade Moderna. As visões alargaram-se e muitas concepções, antes absolutas, relativizaram-se e deram espaço para contribuições de outras áreas do conhecimento, fortalecendo a visão de que crianças e adolescentes são capazes de expressar opiniões e participar da sociedade como sujeitos de direitos.

Embora infância e adolescência tenham se constituído como depositárias do interesse social a partir de determinado momento da história considerado ainda bastante recente, é possível notar que as razões deste interesse sofreram importantes inflexões, principalmente, a partir de meados do século XVI.

Para Philippe Ariès (1986)⁶, sentimentos pela infância, ou seja, em valoração à figura da criança, passaram a ser notados de forma mais intensa a partir do século XVII, embora isso não signifique a inexistência de afeto ou cuidado em época anterior. A infância, assim como a adolescência – períodos que se confundiam – eram vistas como fases de transição para a vida adulta. Ambas recebiam tratamento indiferenciado, sendo reconhecidas por sua condição de dependência. Segundo Ariès (1986, p. 45), “[...] subsistia a ambiguidade entre a infância e a adolescência de um lado, e aquela categoria a que se dava o nome de juventude do outro. Não se possuía a ideia do que hoje chamamos de adolescência, e essa ideia demoraria a se formar”.

⁶ Philippe Ariès realizou um estudo pioneiro publicado na década de 1960 intitulado “*História Social da Criança e da Família*”, no qual analisou as representações sociais de crianças (e adolescentes) e famílias com base em material iconográfico.

Ariès (1986) observa que a partir do século XVII, a representação gráfica de crianças na família passa a se tornar mais frequente, denotando, então, a reconfiguração de um sentimento social voltado para a infância⁷, expresso pela individualização da família em torno de seu próprio núcleo, pela preocupação com o processo de escolarização das crianças e pela valorização de sua memória. É importante ressaltar que o estudo de Ariès restringiu-se à análise da infância representada em obras de arte e em registros de famílias europeias abastadas, não abrangendo as crianças oriundas de famílias empobrecidas.

Lloyd DeMause (1974), no entanto, vai apresentar uma tese oposta à de Ariès (1986) além de criticá-la duramente ao afirmar que seus argumentos sobre a invenção da infância são insustentáveis. Para o autor, a tese de Ariès cria uma concepção tirana de família moderna que destruiu a sociabilidade comunitária da Idade Média e retirou das crianças a liberdade, aumentando a severidade dos castigos. Ele ainda acrescenta que ao contrário do que demonstra Ariès, quanto mais se retorna ao passado, mais evidentes se tornam os maus-tratos contra crianças, defendendo que na contemporaneidade há uma preocupação consolidada em torno da proteção das crianças, o que não existia tempos atrás.

La historia de la infancia es una pesadilla de la que hemos empezado a despertar hace muy poco. Cuanto más se retrocede em el pasado, más bajo es el nivel de la puericultura y más expuestos están los niños a la muerte violenta, el abandono, los golpes, el terror y los abusos sexuales⁸. (DeMause, 1974, p. 1).

A análise de Jacques Donzelot (1986) centrada a partir do século XVIII, em sua obra *A polícia das famílias*, apresenta algumas considerações acerca do controle destinado à infância e à família, essenciais para o entendimento das práticas que permanecem enraizadas culturalmente na sociedade ocidental. O autor aponta como a intensificação da produção literária acerca do emergente interesse na

⁷ Embora seu trabalho tenha sofrido severas críticas quanto aos limites do método empregado em sua pesquisa, a obra de Ariès é um marco na literatura acadêmica sobre os estudos dedicados à compreensão da infância e da criança. O próprio autor, respondendo às críticas recebidas, expressou-se no prefácio das edições posteriores de seu livro: “Um livro tem sua vida própria, e rapidamente escapa das mãos de seu autor para pertencer a um público nem sempre conforme ao que o autor previra.” (Ariès, 1986, p. 12).

⁸ A história da infância é um pesadelo do qual começamos a despertar há muito pouco tempo. Quanto mais se retrocede no passado, mais baixo é o nível de puericultura e mais expostas estão as crianças à morte violenta, ao abandono, às surras, ao terror e aos abusos sexuais. (DeMause, 1974, tradução nossa).

“conservação das crianças” se justificava por evitar o empobrecimento da nação e combater, principalmente, três práticas muito comuns à época: o abandono de crianças em hospícios, a amamentação por amas de leite e a educação das crianças por terceiros.

Segundo Donzelot (1986), a literatura analisada condenava o alto índice de mortalidade entre as crianças entregues às instituições. Os estudiosos da época consideravam que esta mortalidade impedia que, no futuro, estas crianças pudessem ser úteis ao Estado⁹.

Todos esses memoriais se obstinam em mostrar como seria oportuno, não obstante, salvar os bastardos, a fim de destiná-los a tarefas nacionais, como a colonização, a milícia, a marinha, tarefas para as quais eles estariam perfeitamente adaptados, pelo fato de não possuírem vínculos de obrigações familiares. (Donzelot, 1986, p. 16).

As práticas de terceirização dos cuidados com as crianças também eram condenadas em razão da transmissão de maus hábitos e vícios às crianças. Assim, a literatura desse período trazia uma série de considerações contra esses costumes, alterando definitivamente a imagem social sobre a infância. “Conservar as crianças” assumia o sentido de protegê-las da má influência dos serviçais ou de familiares de comportamento considerado vicioso, ofertando-lhes novas condições de educação e preparando-as para o futuro. Donzelot (1986) defende que a investida higienista – de caráter médico, jurídico, educacional e assistencial – incidiu sobre todas as famílias. Contudo, é importante ressaltar que, junto às famílias abastadas, existia uma preocupação em “educar” as mães para o exercício do cuidado materno ao estimular a amamentação e, assim, diminuir a terceirização dos cuidados com as crianças afastando-as dos vícios da criadagem; enquanto à família pobre, em sua maioria, considerada perniciosa, a ação higienista realizava-se pela retirada e institucionalização das crianças.

De acordo com Donzelot (1986), tanto a assunção do compromisso de conservação das crianças pela medicina, como a preocupação com a diminuição dos custos sociais com a reprodução da força de trabalho, foram estratégias decisivas na reorganização do comportamento social. Para este autor, o relacionamento entre

⁹ Jacques Donzelot (1986) faz considerações sobre a produção literária francesa acerca do tema da conservação das crianças desde meados do século XVIII até o começo do século XIX, trazendo ao debate a visão dos acadêmicos que se dedicaram a estudar o referido tema à época.

médicos e famílias, com ação centralizada na figura materna, alterou significativamente a organização da vida familiar, ao menos nas famílias mais ricas, as quais intensificaram o processo de escolarização das crianças.

Nas famílias populares, o caráter da *conservação* das crianças, por sua vez, adquiriu um foco voltado às práticas higienistas, estendendo-se à dimensão de uma *economia social*, que visava assegurar não somente proteção e assistência aos segmentos mais pobres, mas também a sua vigilância direta, em um processo de *familiarização* das camadas populares, onde o exercício do cuidado recairia sobre a figura da mulher. Assim, o dote inexistente das mulheres oriundas de famílias pobres seria substituído pelo seu trabalho doméstico não remunerado de modo a torná-las atrativas para o matrimônio e atraídas para a função do cuidado familiar. Sobre a substituição do dote, Donzelot (1986, p. 38) faz a seguinte reflexão:

Pelo que será substituído esse capital inicial que elas não podem mais fornecer? Não será uma soma de dinheiro, já que elas são numerosas demais. Será então seu trabalho doméstico, requalificado, revalorizado, guindado à altura de profissão. Solução que é triplamente vantajosa. Permitia substituir uma despesa social por um acréscimo de trabalho não remunerado. Permitia igualmente introduzir, na vida operária, elementos de higiene relativos à criação das crianças, à alimentação, à regularização dos comportamentos cuja ausência explicava a frequência das mortes prematuras, das doenças, das insubordinações [...].

Acerca desse aspecto utilitarista envolvendo o casamento entre famílias pobres, Donzelot (1986) esclarece a natureza do acordo realizado:

No lugar do contrato que ela [a esposa] estabelecia com ele [o marido] e que lhe atribuía, com o dote, a possibilidade de uma autonomia *exterior*, de um lugar na sociedade pela posse de um *status*, ela o insere na dependência de um *interior* que será seu domínio reservado, o que poderá dar, mas também retomar a qualquer momento. (Donzelot, 1986, p. 38, grifos do autor).

A centralidade na figura da mulher – esposa, mãe, educadora e, por vezes, operária – possibilitava o exercício de múltiplas funções: vigilância, cuidado, higiene, controle da sociabilidade dos membros familiares, e, principalmente, o controle sobre as crianças e o marido. Fosse essa mulher, de família abastada ou de família popular, iniciava-se uma nova forma de valoração no interior da esfera privada, o que Donzelot (1986, p. 46) denominou como “recentramento da família sobre si mesma”.

A intenção na preservação da prole, com vistas aos futuros adultos que se formariam em função do bem da sociedade, constrói um lugar social particular para

a criança no seio da família, ou seja, um lugar de ser destinatário de cuidados, proteção e investimentos (Teixeira, 2019).

O processo de *conservação das crianças* mediante a responsabilização das famílias pelo espaço doméstico e pela reprodução das condições de sobrevivência da força de trabalho, segundo Donzelot (1986) marca esse novo modelo familiar, que traz consigo um sentimento diferenciado para com a infância, notadamente diverso daquele sentimento apontado por Ariès (1986).

A construção da autonomia da família diante de suas redes de solidariedade, passando a servir de ponto de apoio para seus componentes, segundo Donzelot (1986), foi na realidade um resultado estratégico de táticas filantrópicas para o controle da pobreza e das classes pauperizadas. Esse argumento de integração social por meio da filantropia servia para conter a insurreição contra as formas anteriores de assistência (reclusões, esmolas e auxílio à *pobreza envergonhada*).

O desenvolvimento dos problemas de assistência, por causa dessa percepção falsa da pobreza que a incita a exhibir-se ou ajuda a esconder-se ou, ainda, a encoraja através dos socorros públicos, ou mesmo a desloca para a caridade privada por meio da repressão de suas manifestações públicas, engendra, para os governos, a obrigação de ter que escolher, no final das contas, entre uma institucionalização da caridade que consagre a ajuda como um direito e uma repressão violenta dos pobres quando sua miséria os conduz à insurreição. (Donzelot, 1986, p. 60-61).

Donzelot (1986) aponta como um movimento importante da filantropia, a influência moral legítima por meio do incentivo à poupança, como meio de prover a autonomia familiar em lugar da beneficência privada. A lógica da filantropia distanciava-se da caridade na escolha de seus objetivos notadamente pragmáticos e financeiramente mais viáveis.

O objetivo desse exame, a novidade de seu caráter, será o de condicionar a atribuição dos socorros a uma investigação minuciosa das necessidades, pela penetração no interior da vida do pobre. Inspeção que é necessária para desarmar os artifícios da pobreza [...] Inspeção que é necessária também para a avaliação da oportunidade dos socorros [...]. Socorrer aqueles cuja pobreza não esconda nenhuma artimanha não é tudo. É preciso, ainda, que os socorros sirvam para algo, é preciso que eles promovam um reerguimento da família. (Donzelot, 1986, p. 67).

Isso implicará uma vigilância constante com a inculcação de um sistema de moralização e de privatização das relações, como formas indiretas de controle das famílias pobres, de estratégias de conservação das crianças e de proteção da

sociedade, não apenas para evitar a corrupção da infância, mas como meio de conter os levantes sociais (Donzelot, 1986).

Contudo, Donzelot (1986) aponta que, em fins do século XIX, nota-se uma inflexão no movimento filantrópico francês que passa a questionar o poder soberano da família (entendido por poder paterno) sobre suas crianças, uma vez que poderiam interromper os métodos de criação e educação realizados pelas entidades filantrópicas dedicadas à proteção da infância. Para ilustrar esse posicionamento, o autor cita um trecho extraído de um livreto do ano de 1885 de autoria da União para Salvaguarda da Infância:

Esses pais que haviam considerado seus filhos como bocas inúteis ou como coisas a serem exploradas, entregam-nos de boa vontade a sociedades que queiram se encarregar de criá-los. Mas, quando julgam terem idade suficiente, os pais os reivindicam a fim de explorá-los, destiná-los à vagabundagem e à prostituição'. (Donzelot, 1986, p. 79-80).

Assim, a partir de 1889 na França, o poder soberano paterno da família “moralmente insuficiente” é transferido para essa elite filantrópica especializada na infância, podendo, a partir de então, ser decretada a perda dos direitos de pais e mães¹⁰. Esta lei passou a atribuir ao juiz o poder de definir sobre a guarda de crianças, causando uma enorme mudança na forma como as famílias relacionavam-se com as entidades filantrópicas.

Para Donzelot (1986) a crescente vigilância em favor da prevenção de delitos contra crianças possibilitou a criação de um sistema de delação legítima e de verificação da condição das famílias, que autorizava legalmente a entrada dessas instituições no ambiente familiar, fosse por motivo de proteção da criança ou por ocasião de sua ação delinquente. Desta forma, “a norma estatal e a moralização filantrópica colocam a família diante da obrigação de reter e vigiar seus filhos, se não quiser ser, ela própria, objeto de uma vigilância e de disciplinarização” (Donzelot, 1986, p. 81). Esse poder controlador reunia em uma só atividade “preventiva”, a assistência aos moralmente abandonados e a repressão aos insubmissos.

Donzelot (1986) deixa claro, no entanto, que esse movimento de filantropização do controle de famílias e da proteção de crianças não significou um

¹⁰ A lei a que Donzelot (1986) se refere trata da proteção judiciária francesa das crianças maltratadas e moralmente abandonadas, estabelecida em 24 de julho de 1889 (Chaussumier, 1993).

processo de iniciativa estatal, posto que a participação do Estado se resumia à função normalizadora do funcionamento da lógica assistencialista filantrópica. Contudo, a legitimidade desta ação de destituição do poder patriarcal, fosse por ação ilícita dos pais ou por mera suspeita em razão da condição de pobreza, coadunou objetivos sociais convergentes, favorecendo a institucionalização de um processo de *tutelarização* e conciliando interesses higienistas, moralizantes e econômicos.

Assim, como atividade inculcadora de valores morais e higienistas, a ação filantrópica buscava intervir nas famílias com a justificativa de reforçar sua autonomia, evitando, assim, a interferência estatal residual.

Apoiando-se na defesa dos interesses de seus membros mais frágeis (crianças e mulheres), a tutela permite uma intervenção estatal corretiva e salvadora, mas às custas de uma despossessão quase total dos direitos privados. [...] A família pode, entretanto, conservar e aumentar essa autonomia que não é mais garantida. Conservá-la, utilizando sua capacidade econômica, o controle de suas necessidades, a fim de resolver, na esfera privada dos intercâmbios contratuais, os problemas que podem se colocar no plano da normalidade de seus membros. (Donzelot, 1986, p. 87).

Para Donzelot (1986), a conciliação dos interesses e demandas entre Estado, entidades filantrópicas e família impulsionou a organização de um complexo tutelar, dentro do qual, estariam incluídos os assistentes sociais, educadores especializados e orientadores – profissões que se agregariam a aparatos institucionais pré-existentes como: assistência, judiciário e educação. Com isso, estes setores passariam a estar preparados para intervir em favor da “infância em perigo, aquela que não se beneficiou de todos os cuidados da criação e da educação almejadas, e [da] infância perigosa, a da delinquência” (Donzelot, 1986, p. 92).

Sobre o indivíduo considerado como “criança em perigo” ou “pré-delinquente”, o autor discorre:

Sobre ele se instaurará uma infraestrutura de prevenção, iniciando-se uma ação educativa que possa, oportunamente, retê-lo aquém do delito. Objeto de intervenção ele será, ao mesmo tempo, e por sua vez, objeto de saber. Estudar-se-á com refinamento o clima familiar, o contexto social que faz com que determinada criança se transforme numa criança “de risco”. [...] O saber anularia o poder repressivo, abrindo caminho para uma educação libertadora. (Donzelot, 1986, p. 92).

Donzelot (1986) ressalta o caráter da criança, objeto de estudos da elite filantropa que buscava a construção de métodos interventivos junto a essas famílias

operárias e pauperizadas, cuja pergunta central deve ser realizada criticamente: para quem estava voltada a proteção que se almejava com todo esse complexo tutelar organizado?

Nota-se na reflexão de Donzelot (1986) que a “descoberta” da criança como objeto de preocupação social, apresentou maior relevância a partir das transformações sociais advindas da expansão do modo de produção capitalista, o qual ocasionou na sociedade um pauperismo diferenciado, aparentemente natural e inevitável (Netto, 2001). Para enfrentá-lo, um movimento filantrópico da sociedade de cunho médico, jurídico e assistencial organiza-se, legitimado pelo Estado, e passa a examinar e classificar crianças, adolescentes e famílias em função de sua utilidade social, algo que, no Brasil, não será muito diferente.

2.3. As ações “protetivas” do Estado brasileiro

Analisando a história da infância e da adolescência brasileira, nota-se que estas sempre foram marcadas, em alguma medida, pela prática da violência, seja como recurso pedagógico, estratégia de controle, como objeto de satisfação pessoal ou de disputas. Tradicionalmente, na história brasileira, crianças e adolescentes configuraram como objetos de pertencimento e posse de outrem.

Na história que se conhece acerca do período Brasil-colônia, as crianças – à exceção de filhos de negros escravizados, cujo destino voltava-se ao trabalho – eram educadas sob a doutrina jesuíta. Essa educação abarcava um processo intermediário de educação e controle das famílias, ressaltando-se que, ao se tratar de crianças de origem indígena, também significava um movimento de aculturação (Oliveira, 1999).

A educação e a catequese dos filhos de índios tinham por objetivo “afastá-los dos costumes tribais, ensinar o português e formar hábitos de trabalho”, promovendo, assim, o interesse colonialista de conquista dos territórios (Rizzini; Rizzini, 2004, p. 28). Este processo de dominação cultural conciliava os interesses da Igreja e do Estado ao submeter e amedrontar os povos nativos com fins de expandir as fronteiras.

Conforme Arantes (2011, p. 160), a pedagogia jesuíta foi aplicada sobre os povos indígenas mediante a justificativa da ausência de “rei, lei e fé”, permitindo uma ação de “massacre cultural” sobre esses eles. “O fato de andarem os índios soltos, sem prestarem obediência a um rei e sem se encontrarem organizados por um poder centralizador nos moldes dos Estados europeus, dificultava a conversão [religiosa]” (Arantes, 2011, p. 159). Esta autora ainda acrescenta que as ações de Mem de Sá, terceiro governador geral, foram percebidas pelos jesuítas como um “marco de governabilidade” ao forçar a submissão dos índios ao governo, mediando essa relação pela força. Contudo, no que se referia à fé dos indígenas, a tarefa seria ainda mais árdua, a aniquilação cultural se tornou motivo de intenso sofrimento e melancolia entre os índios:

Se a ausência de rei e lei pôde, desta forma, ser equacionada, ainda que pela força, restava a difícil questão da fé. É em relação a esta questão que se descortina toda a pedagogia da época – massacre cultural tão terrível como os sofrimentos infligidos aos corpos. (Arantes, 2011, p. 160).

Quanto às crianças negras, estas eram definidas pelo lucro que proporcionavam aos seus donos na sua qualidade de mercadorias desde a infância. Conforme Arantes (2011, p. 172-173), tratava-se de um sistema de “pecuária negreira” no qual “a partir de 7 anos, entrava a criança para o mundo do trabalho na condição de ‘aprendiz’ ou ‘moleque’ e aos 12/14 anos já se constituía plenamente como força de trabalho escrava”.

Para Rizzini e Rizzini (2004), os filhos de mulheres escravizadas, mesmo os ingênuos¹¹, estavam submetidos ao domínio de seus senhores, estando a cargo destes, a educação e a preparação destas crianças para o trabalho. Em alguns casos, estas crianças e adolescentes eram entregues ao governo mediante indenização. Esta Lei estava permeada de ambiguidades e contradições, uma vez que suas cláusulas velavam evitar a libertação dessas crianças, pois eram “a própria evidência de que, apesar de livre, o filho da escrava não deixou de perder seu valor de mão de obra, valor variável segundo sua idade” (Zero, 2003, p. 3).

Quando o filho da escrava completava oito anos, a lei permitia ao senhor, que tinha prazo de um mês para fazê-lo, escolher a modalidade de “libertação” que lhe

¹¹ Os *ingênuos* eram as crianças, filhas de mulheres escravizadas, nascidas a partir do estabelecimento da Lei do Ventre Livre, no ano de 1871. Embora classificadas como “livres”, permaneciam sob a “tutela” do senhor de escravos uma vez que suas mães se mantinham em condição de escravidão (Zero, 2003).

convinha. Isso acontecia, porque aos seus 8 anos a criança já mostrava as suas capacidades. Sem dúvida, poucos foram os senhores que não prenderam pelo trabalho os filhos de suas escravas. Até os 21 anos, seriam treze anos de trabalho, que nenhuma indenização oferecida pelo governo poderia compensar. (Zero, 2003, p. 3).

Mestiços e mamelucos que compunham a classificação dos “filhos de ninguém”, ou seja, aqueles cuja ascendência se conhecia somente pela via materna (Gomes, 1991 apud Arantes, 2011, p. 174), foram os primeiros brasileiros – nem europeus, nem nativos – desprovidos de ascendência e identidade, que se somavam ao contingente de “pobres e desclassificados” das cidades, juntamente com os filhos das mulheres escravizadas e os “enjeitados”, órfãos ou abandonados nas Casas de Misericórdia. Todas essas crianças e adolescentes compunham as várias faces de uma infância e uma juventude desvalida.

[...] Sendo campo e cidade verso e reverso de um mesmo modelo de colonização, incapaz de absorver o contingente populacional em contínuo crescimento, tem início aí a história do povo brasileiro, até hoje dividido em cidadãos de primeira e segunda categoria – o que dá à nossa história um caráter de permanência, continuidade e repetição do mesmo. [...] É sem perder de vista este fio condutor, esta marca inaugural que não cessa de se reproduzir, que podemos falar de rupturas e descontinuidades das práticas que incidiram sobre a criança no Brasil [...]. (Arantes, 2011, p. 175).

Para a entrega das crianças abandonadas ou órfãs, a partir de 1738, foi admitido o uso da Roda dos Expostos na cidade do Rio de Janeiro, prática já utilizada na Europa que, segundo Donzelot (1986, p. 30), tinha por objetivo principal “romper, sem alarde e sem escândalo, o vínculo de origem desses produtos de alianças não desejáveis, depurar as relações sociais das progenituras não conformes à lei familiar, às suas ambições, à sua reputação”. A Roda era um aparato cilíndrico fixado no muro dos Casas de Misericórdia, cuja lateral era aberta e girava em torno do eixo de sua altura. Ali eram colocadas crianças abandonadas sem que o responsável pelo abandono pudesse ser identificado, bastando acionar uma campainha. Ao girar a roda, a criança era conduzida para o interior das dependências da instituição, enquanto o responsável por seu abandono tinha o seu anonimato preservado.

Fosse para esconder a sua origem paterna, protegendo a honra das famílias; para livrar-se do ônus da criação dos filhos de mulheres negras escravizadas durante o período em que não serviam para o trabalho; ou simplesmente para ter direito a

um sepultamento digno; as crianças eram entregues às Casas de Misericórdia vivas, doentes e até mesmo mortas, visto que o final do século XIX foi um período de grandes epidemias (Arantes, 2011).

Diante desse cenário de agravamento da mortalidade infantil, principalmente entre as crianças abandonadas, uma ação médico-higienista passou a se voltar para a infância, a partir de meados do século XIX, demarcando a transição de um tratamento caritativo e religioso para uma ação médica e jurídica laica, até a sua constituição como ação estatal de política pública. Segundo Arantes (2011, p. 187), a ação higienista de *cultivar crianças* tinha o foco no “futuro do homem e da pátria devendo sua autonomia ser desenvolvida”.

Este movimento de busca de identidade nacional, de tentativa de equiparação do Brasil às nações europeias, abriu caminho para a disseminação das ideias higienistas e eugenistas. Havia a certeza de que, por meio da aplicação das propostas advindas desse ideário, resolver-se-iam os problemas geradores dos obstáculos que mantinham a recente República longe do sonho de se tornar uma potência. (Cunha; Boarini, 2010, p. 3).

No início do século XX, período de grandes transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil, estrutura-se a compreensão acerca da criança, como objeto de preocupação social. Segundo Rizzini (2011), especialmente na cidade do Rio de Janeiro, as transformações iniciadas no período republicano intensificaram a pobreza, a urbanização desordenada e as epidemias, fazendo com que a infância que circulava nas ruas se tornasse objeto dessa preocupação médico-jurídico-assistencial. A ação sobre a infância, assumida como uma “missão civilizatória”, passa a ser tutelada por uma classe de intelectuais – médicos, juristas, sociólogos e outros profissionais liberais.

É a criança-menor que protagoniza esta história – aquela que necessita de assistência e sobre a qual a sociedade precisa definir o campo das responsabilidades e das ações – caridade, filantropia, regulamentação de cunho social ou penal, assistência pública ou privada. [...] “Salvar a criança é defender a nação” – foi este o lema que moveu ilustres brasileiros na passagem do século XIX para o XX, a considerarem a criança uma “magna causa”. (Rizzini, 2011, p. 98).

Segundo Cunha e Boarini (2010), acreditava-se que o higienismo seria capaz de conter os males sociais, ao cuidar também dos bons costumes e da moral, conduzindo o indivíduo a uma vida saudável. A “ciência da boa geração” e a teoria da “melhoria da espécie” levavam a crer que ao adaptar o ser humano à ordem se

produziria o ideal de homem para uma nação civilizada e moderna. Essa vertente preconizava que “as características capazes de tornar alguém mais ou menos adaptado, sejam elas de ordem psicológica, física ou moral, seriam passadas hereditariamente, teriam uma determinação biológica” (Cunha; Boarini, 2010, p. 3).

A elite intelectual brasileira dessa época, com a qual é possível fazer uma inferência direta com o movimento filantrópico apresentado por Donzelot (1986), enxergava na criança um ser capaz de ser moldado e ajustado às necessidades nacionais, sobre quem seriam dispostos investimentos educacionais e, se necessário, correccionais, com a finalidade de prevenir males da sociedade. Assim, “a infância assumiu uma importância capaz de impulsionar a criação de uma legislação própria e de todo um aparato jurídico” (Cunha; Boarini, 2010, p. 3).

A partir de 1927, os *menores*, crianças e adolescentes que, supostamente, careciam da assistência e da proteção do Estado, passariam a contar com a institucionalização de serviços estatais estabelecidos por meio da legislação que ficou conhecida como Código Mello Mattos, o primeiro Código de Menores brasileiro, estabelecido pelo Decreto 17.943-A em 12 de outubro de 1927. Este Código foi idealizado pelo jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, primeiro Juiz de Menores do Brasil, e consolidava as leis de assistência e proteção aos menores de 18 anos abandonados ou delinquentes. Ressalta-se que, muito embora o referido Código de Menores tenha consolidado um tácito processo de classificação entre crianças e adolescentes, ele também significou um importante avanço no que se refere à legislação da época, tendo em vista a inexistência de legislação anterior específica que tratasse da proteção da população infanto-juvenil, estando as normativas reduzidas ao Código Penal de 1890¹² (Silva, 2011).

Para Rizzini (2011, p. 99), o Estado estava sendo chamado a intervir sobre a infância a fim de dar um “tratamento jurídico diferenciado a crianças e adolescentes”, sendo este início de século um período de grande importância na compreensão sobre a “construção social das noções de infância na época, mas, sobretudo, para as práticas que elas produziram ao longo de todo o século XX”.

¹² O Código Penal de 1890 foi estabelecido na primeira República, por meio do Decreto n.º 847, de 11 de outubro desse ano, sendo importante observar que esse código formalizou uma drástica redução na idade para imputabilidade penal – iniciando aos nove anos de idade – além disso, permitiu o trabalho infantil, afastando ainda mais a criança pobre da escola (Arantes, 2011).

Embora representasse a primeira iniciativa legal de assistência à infância e à juventude, o Código Mello Mattos marca historicamente uma estigmatização presente até os dias atuais no que se refere ao termo “menor”, uma vez que se tratava prioritariamente da infância delinquente e abandonada, ou seja, quase em sua totalidade, daquela infância oriunda de famílias pobres, fosse por ausência, incapacidade, má conduta ou maus tratos do responsável. Todos os casos de abandono físico, material ou moral eram classificados no artigo 26 deste Código:

Art. 26. Consideram-se abandonados os menores de 18 anos:

- I. que não tenham habitação certa, nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda vivam;
- II. que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistência, devido a indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos pais, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda;
- III. que tenham pai, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para, com o filho ou pupilo ou protegido;
- IV. que vivam em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoa que se entregue à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes;
- V. que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicidade ou libertinagem;
- VI. que frequentem lugares de jogo ou de moralidade duvidosa, ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida;
- VII. que, devido à crueldade, abuso de autoridade, negligência ou exploração dos pais, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam:
 - a) vítimas de maus-tratos físicos habituais ou castigos imoderados;
 - b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensáveis à saúde;
 - c) empregados em ocupações proibidas ou manifestamente contrárias à moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida ou a saúde;
 - d) excitados habitualmente para a gatunice, mendicidade ou libertinagem;
- VIII. que tenham pai, mãe ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, condenado por sentença irrecorrível [...]. (Brasil, 1927).

Para Cunha e Boarini (2010, p. 3), esses determinantes impostos pelo Decreto remetiam de alguma forma à família dessas crianças, fazendo com que se legitimasse a “intervenção do Estado no âmbito privado familiar”, e se deslocasse a autoridade da figura paterna para a figura do Juiz de Menores:

É este quem vai determinar a classificação do menor (abandonado, delinquente, vadio, libertino, mendigo, pervertido), a medida de “assistência e proteção” destinada ao mesmo, o tempo de internação, a manutenção do menor sob a tutela mesmo diante de absolvição e a internação daquele que, apesar de nada ter feito, o juiz o vê como potencialmente perigoso, ou, nos termos do Código de Menores de 1927, “em perigo de o ser” [...]. (Cunha; Boarini, 2010, p. 4).

Essa cisão atravessava as famílias que eram consideradas incapazes de criar bons cidadãos, fazendo com que estas viessem a perder o direito de guarda. Segundo Cunha e Boarini (2010, p. 4), o Código Mello Mattos retirou do ordenamento jurídico “a condição do filho como propriedade da família e, portanto, sujeito a todo tipo de conduta dos pais, seja de maus tratos ou violência”.

Art. 31. Nos casos em que a provada negligência, a incapacidade, o abuso de poder, os maus exemplos, a crueldade, a exploração, a perversidade, ou o crime do pai, mãe ou tutor podem comprometer a saúde, segurança ou moralidade do filho ou pupilo, a autoridade competente decretará a suspensão ou a perda do pátrio poder ou a destituição da tutela, como no caso couber. (Brasil, 1927).

Segundo Rizzini e Rizzini (2004, p. 31) era notória a “certeza científica com que as famílias populares e seus filhos eram rotulados de incapazes, insensíveis, e uma infinidade de [outros] rótulos [...]”. A culpabilização das famílias era discurso recorrente, o que fez com que se tornassem objeto de estudo e de intervenção. As desigualdades sociais e a ausência de políticas públicas permaneciam mascaradas pela concepção de disfunção familiar, onde a indiferença e a insensibilidade, principalmente, de mães trabalhadoras, impulsionavam os altos índices de internação de seus filhos, reforçando o imaginário social de que as famílias pobres eram incapazes de educar e cuidar de suas crianças (Rizzini; Rizzini, 2004, p. 41).

Esse estigma foi intensificado quando o Código de Menores de 1979¹³, ao substituir o Código de Mello Mattos, estabeleceu a doutrina da “situação irregular” em seu 2º artigo:

Art. 2º. Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

- I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
 - a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
 - b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III - em perigo moral, devido a:
 - a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
 - b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V - com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI - autor de infração penal. (Brasil, 1979).

¹³ Ressalta-se que o Código de Menores de 1979 foi estabelecido durante o período da ditadura militar, cuja característica era de forte institucionalização e centralização política

Faleiros (2011, p. 70) aponta que as condições sociais para aplicação desses critérios, reduziam-se “às ações dos pais ou do próprio menor, fazendo-se da vítima um réu e tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial, dando-se ao juiz o poder de decidir sobre o [...] melhor para o menor”. Para o autor, a lei consagrava o que já vinha sendo feito pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), criada em 1964, em substituição ao Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM)¹⁴, que havia sido fundado em 1941, ainda na Era Vargas¹⁵. A FUNABEM que, inicialmente, buscava desfazer a imagem do SAM saindo de uma estratégia repressiva para uma ação integrativa e voltada para a família, acabou rendendo-se a uma política tecnocrática e autoritária (Faleiros, 2011).

Para Silva (2005, p. 32), o Código de Menores 1979 já surgiu defasado para a época, “pois constituía o prolongamento da filosofia menorista” de seu antecessor, ademais, criminalizava crianças e adolescentes pela sua condição de pobreza, ou seja, pela sua “situação irregular”¹⁶. No mesmo ano da publicação deste Código, comemorava-se o Ano Internacional da Criança, expressão de uma mobilização mundial em face dos direitos de crianças e adolescentes e diante da qual a normativa brasileira encontrava-se na contramão. Segundo Silva (2005), essa legislação não só expressava a crise entre os ideais governamentais, políticos e sociais, mas deixava transparecer o descompasso entre a legislação e os anseios da sociedade, dando ao Código de 1979 um tom de falência desde a sua inauguração.

2.4.

Proteção Integral: um direito em construção

Como já foi dito, os antigos Códigos de Menores marcaram fortemente a intervenção estatal sobre a infância e a adolescência no Brasil, principalmente, aquela caracterizada pela pobreza, uma vez que não se tratava apenas de órfãos,

¹⁴ O SAM fazia parte de um complexo de instituições governamentais e privadas, onde a ação pública era realizada conjuntamente por meio do Conselho Nacional de Serviço Social, instituído em 1938, do Departamento Nacional da Criança, em 1940, e da Legião Brasileira de Assistência, em 1942 (Faleiros, 2011).

¹⁵ A “Era Vargas” foi o período em que o presidente Getúlio Vargas governou o Brasil tendo perdurado de 1930 a 1945, quando então foi deposto por pressão de uma intervenção militar “decorrente da conjuntura democrática internacional do pós-guerra e da crise de seu governo” (Faleiros, 2011, p. 57).

¹⁶ Ressalta-se que o Código de Menores de 1979 nasceu em uma conjuntura política caracterizada pelo governo ditatorial militar que perdurou no Brasil por, aproximadamente, 21 anos (1964-1985).

mas de crianças e adolescentes carentes, em outras palavras, daqueles que se encontravam em situação de abandono moral ou material, representando um estigma que colocava em xeque a capacidade da família em cuidar.

Pela legislação, que vigorou até 1990 (Código de Menores), todas essas crianças e jovens eram passíveis, num momento ou outro, de serem sentenciadas como “irregulares” e enviadas às instituições de recolhimento, triagem, ressocialização ou guarda, a fim de que cessasse a situação de irregularidade. A lógica era aparentemente simples: se a família não pode, ou falha no cuidado e proteção ao menor, o Estado toma para si esta função. (Arantes, 2011, p. 195).

A mobilização social que se seguiu, principalmente a partir de 1980, com início de um processo de reabertura democrática no cenário político, encontrou uma conjuntura nacional favorável à mudança das práticas sociais destinadas à infância e à adolescência. A falência do modelo adotado pelas legislações que antecederam o ECA estava evidente, ademais, essas práticas tradicionais se contrapunham às iniciativas de segmentos da sociedade que reivindicavam maior participação social (Oliveira, 1999).

O ECA foi estabelecido por meio da Lei federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, e significou um enorme avanço no campo da defesa de direitos de crianças e adolescentes no Brasil, uma vez que dispôs sobre o direito de toda criança e adolescente à proteção integral, em uma inflexão do paradigma menorista presente nos códigos anteriores.

Segundo Silva (2005, p. 38), a busca pela ruptura da lógica menorista, a partir da década de 1980 engajou a sociedade civil, setores do Estado e organizações não governamentais na mobilização pela defesa dos direitos da criança e do adolescente, demonstrando na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, que a assistência brasileira à infância e à adolescência, até então, tinha, na realidade, uma finalidade “correcional-repressiva”.

Silva (2005) destaca a mobilização social empreendida pela sociedade civil, movimentos sociais¹⁷ e, até, de setores governamentais, contra as práticas institucionais vigentes. Para a autora, duas críticas eram bastante evidentes: a classificação pejorativa que envolvia o termo “menor” e enquadrava crianças e adolescentes em um critério de situação irregular provocado, muitas vezes, pela

¹⁷ Dentre esses movimentos, destaca-se a ação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Silva, 2005).

ausência de recursos e políticas públicas; e a frequente criminalização da pobreza no que se referia aos adolescentes em situação de ato infracional. Assim, a década de 1980, no Brasil, foi um momento determinante para mobilização social e questionamento de práticas sociais que reduziam a infância e a adolescência à condição de objeto de intervenção e tutela.

Este reconhecimento possibilitou um movimento de articulação entre iniciativas governamentais e da sociedade civil, dando início a um diálogo que, ao se intensificar e aprofundar, traria consequências até então inusitadas e impensadas para o processo de reordenamento jurídico-assistencial de gestação ainda incipiente. (Oliveira, 1999, p. 43).

No panorama social brasileiro, passariam, então, a convergir interesses de diversos setores da sociedade civil e do Estado que buscavam uma lógica distinta para a condução das políticas de assistência à infância no país (Oliveira, 1999). Toda essa mobilização social conseguiu representar-se no texto constitucional de 1988, conforme o artigo 227 a seguir:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988).

No ano seguinte, em 1989, quatro meses após a promulgação do ECA, em assembleia geral, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), ratificada pelo Brasil por meio do Decreto n.º 99.710, em novembro de 1990. Nota-se, portanto, neste período, um cenário social bastante profícuo para a recepção da mudança de paradigma proposta pelo Estatuto. Tal contexto proporcionava as condições necessárias para a suplantação do modelo de situação irregular e a admissão do princípio da proteção integral no ordenamento jurídico brasileiro, conforme vinha a dispor o primeiro artigo do ECA.

Para Nogueira Neto (2011, p. 1) foi a partir de um movimento contra-hegemônico de vanguarda na luta pela democracia que se produziu um “direito novo e um novo ordenamento político”, no qual o ECA é o “resultado culminante, mais visível e impactante das lutas mencionadas”. Para o autor, esse processo foi o resultado da união de três forças alavancadoras, expressão de uma “sociedade civil

organizada¹⁸ e protagonista”: a ação dos movimentos sociais, a produção acadêmica e o conjunto de normativas internacionais de direitos humanos.

Nogueira Neto (2011, p. 2) ressalta que a doutrina da proteção integral trata-se de “um esforço de sistematização doutrinária, prevalentemente latino-americana, embasadora desse novo direito da criança”, não sendo uma doutrina científica, mas uma “chave-hermenêutica”, visto que proporciona uma referência, ou seja, uma maneira específica de interpretar todas as normativas pertinentes aos direitos das crianças e adolescentes. O autor acrescenta que a doutrina da proteção integral tem por base a relação de vários campos do saber – Direito, Psicologia, Sociologia, Antropologia, Pedagogia, entre outros –, contendo “variadas explicitações dos discursos justificadores de novas práticas”, e relacionando-se essencialmente com todo o paradigma ético-político dos direitos humanos ao reconhecer, formalmente, que crianças e adolescentes são sujeitos desses direitos.

Na verdade, quando se utiliza a expressão “proteção integral”, em qualquer contexto, dever-se-á fazê-lo levando-se em conta o princípio jurídico jus-humanista da indivisibilidade dos direitos humanos e da integralidade na sua promoção e proteção. E, portanto, realização de direitos e sua promoção/proteção não se chocam, nessa perspectiva. Com isso se abandonaria a ideia de meramente referir-se à proteção integral, como uma estratégia, uma metodologia, um modelo de atendimento público – equivocadamente uma ressalva na busca da realização dos direitos fundamentais, vez que, garantem-se direitos, sem prejuízo da proteção a crianças e adolescentes. (Nogueira Neto, 2011, p. 11).

Para Digiácomo e Digiácomo (2020, p.3), o artigo 1º do ECA tem por objetivo deixar claro que ao se tratarem dos direitos de crianças e adolescentes, o que está em questão é o conjunto de compromissos nacionais e internacionais assumidos pelo Estado em face dos direitos humanos, posto que, neste processo de reformulação do ordenamento jurídico, crianças e adolescentes alcançaram formalmente a “condição de titulares de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”, não sendo mais admitida a violação de um direito com base na justificativa de se garantir outro, fato comum à época da vigência dos antigos códigos, quando a pobreza era razão explícita para a institucionalização de crianças e adolescentes.

¹⁸ Nogueira Neto (2011, p. 2) fundamenta seu argumento com base na teoria Antonio Gramsci de Estado ampliado, explicando que se refere à “sociedade civil organizada vista como parcela da sociedade em geral, integrante do Estado ampliado (isto é, como parte dele) para possibilitar a participação direta do povo na formação e funcionamento do Estado”.

Nesse sentido, o ECA, em seu artigo 15, equipara expressamente a igualdade de condições de crianças e adolescentes a de cidadãos brasileiros, “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (Brasil, 1990).

No entanto, conforme nos demonstra Oliveira (1999), o descompasso entre a proposta inclusiva do Estatuto e o cenário de desigualdades vivenciado no campo da luta pelos direitos da infância e da adolescência se torna um elemento essencial para o entendimento da conjuntura brasileira. A igualdade proposta pelo Estatuto, com o intuito de sobrepujar a histórica dicotomia existente entre menores e crianças/adolescentes, pressupunha não só a universalidade de acesso aos direitos conquistados, mas também a superação do “hiato existente entre a proposta e sua efetiva realização” (Oliveira, 1999, p. 56), ilustrando no plano concreto como “as práticas podem encontrar-se objetivamente ajustadas às chances objetivas” (Bourdieu, 1983, p. 63).

O fato de crianças e adolescentes, pobres ou não, atingirem a igualdade formal com o ECA, não significou a certeza do alcance de uma igualdade material. Segundo Nogueira Neto (2005, p. 11), a igualdade material tem caráter afirmativo e exige que dispositivos legais sejam criados a fim de diminuir o processo de desigualdades entre os sujeitos sociais, fazendo “prevalecer a diversidade de cada um como pessoas com identidades próprias”. Em uma sociedade cuja formação basilar se deu por meio da exploração colonialista escravagista, tendo sido marcada por diversas formas de desigualdade, o autor chama à seguinte reflexão:

É cultural a nossa dificuldade no Brasil em fazer imergir nosso pensar e agir nos paradigmas dos direitos humanos, no sentido da promoção e defesa da dignidade, da liberdade, da igualdade, da pluralidade etc. Como difícil para nós também é imergir esse nosso pensamento e nossas práticas nos paradigmas da democracia e do desenvolvimento humano [autossustentado]. Essas dificuldades, em nós todos no país, estão muito arraigadas. Somos uma Nação construída sob mitos fundantes da dominação, opressão, exploração, violência - próprios do colonialismo (extrativista e bandeirantista), do elitismo eurocêntrico, do corporativismo privilegiador, do formalismo cartorial. (Nogueira Neto, 2011, p. 22).

A implementação do ECA, portanto, não dependia apenas de sua promulgação, mas da existência de condições sociais e culturais que viabilizassem a realização de suas propostas e a ruptura de antigas práticas.

O processo de elaboração de leis constitui uma prática social que transmuta em princípios e regras os acordos firmados por determinada sociedade para a coexistência pacífica em dado contexto histórico, estando seu produto – o texto jurídico-legal propriamente dito –, por isso mesmo, impregnado das representações coletivas acerca do objeto de que trata. Dito de outra forma, trata-se da convicção de que toda lei – como toda produção cultural de uma coletividade – encerra em si mesma as próprias condições que a tornaram possível em determinado momento, estando compreendidos aí os avanços, retrocessos, possibilidades, limites, constrangimentos e contradições da sociedade que a produz. (Oliveira, 1999, p. 01).

A aprovação do ECA, símbolo da superação de um modelo de tratamento classificatório, inaugurou, então, um discurso democrático e igualitário voltado à população infanto-juvenil. No entanto, é importante ressaltar que o avanço para o regime democrático e a busca pela universalização dos direitos sociais se deram em um momento político e econômico de grande retração das ações estatais, incidindo fatalmente sobre as ações de proteção dos direitos, não só de crianças e adolescentes, mas de toda a população.

A crise das políticas sociais, vivenciada mais fortemente após a década de 1970 em função do discurso econômico vigente para minimização das funções do Estado, tanto auxiliou na derrocada da assistência de modelo menorista – tido como paternalista e promotor de impunidade – como contribuiu para a dificuldade de implementação das ações propostas pelo ECA que dependiam (e ainda dependem) de investimento público em serviços de cunho socioassistencial (Silva, 2005).

[...] A justiça e o direito menorista foram criticados por ‘oferecer’ proteção tutelar maximizada (paternalismo), pela impunidade em relação aos comportamentos violentos juvenis, sobretudo pela ausência das garantias de defesa. Assim, esse direito/justiça, aos poucos, foi sendo internacionalmente ‘desconstruído’ e ‘construído’, com base na visão moderna de Estado de direito, de Estado mínimo e de democracia participativa com os inerentes direitos e garantias jurídicas. (Silva, 2005, p. 35).

Nota-se, com base nos estudos de Silva (2005), que o ECA, apesar de ter sido fruto da mobilização social e ter significado ganhos fundamentais para a sociedade, se instalou na sociedade brasileira concomitantemente à implementação das políticas neoliberais de retração dos gastos sociais do Estado, o que significou uma ameaça concreta à consolidação dos direitos previstos no Estatuto.

Ocorre que [o ECA] foi uma conquista obtida tardiamente nos marcos do neoliberalismo, nos quais os direitos estão ameaçados, precarizados e reduzidos, criando um impasse na ‘cidadania de crianças’, no sentido de tê-la conquistada formalmente, sem, no entanto, existir condições reais de ser efetivada e usufruída. (Silva, 2005, p. 36).

Silva (2005, p. 42) ainda assevera que o ECA não representa a ruptura total com os preceitos existentes nas legislações anteriores, pois “suas bases estão enraizadas no processo de reprodução e dominação social”, significando uma grande reforma, uma vez que não rompeu completamente com os valores sociais construídos durante o tempo em que vigoram os antigos códigos.

Nesse sentido, lei é sempre lei, portanto, passa por frequentes reformas e será sempre normativa, coercitiva e reguladora; jamais fará qualquer ruptura no plano institucional legal. Resguardará os interesses e os valores dos grupos hegemônicos que compõem o Estado e inovará com reformas necessárias à manutenção da ordem social. (Silva, 2005, p. 42).

Mesmo diante de entraves culturais, políticos e econômicos que dificultavam a concretização do que vislumbrava o ECA, se fazia necessário criar uma estrutura orgânica de instrumentos, instâncias e mecanismos de promoção e proteção de direitos humanos, ou seja, era preciso que fosse institucionalizado e fortalecido um *sistema de garantia* de direitos da criança e do adolescente, uma vez que, segundo Nogueira Neto (2005, p. 14):

[...] o Estatuto em nenhum momento é suficientemente claro quanto a esse “sistema de garantia de direitos”: trata-se mais de uma inferência, especialmente a partir dos artigos 86 a 90, e de uma transposição dos modelos, internacional e regional (interamericano). Esse sistema nasce muito mais do espírito da convenção sobre os direitos da criança do que propriamente do texto do Estatuto.

Parte dessa tarefa foi iniciada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), por meio da Resolução n.º 113 de 2006, que viabilizou a estruturação de um sistema de garantia de direitos, fazendo com que este deixasse de ser uma mera inferência no ECA e passasse a organizar estrategicamente as instituições, serviços e políticas públicas governamentais ou não, para fins de consolidação do princípio da proteção integral previsto no artigo 1º do Estatuto (Nogueira Neto, 2005). Para este autor (2011, p. 16), a ausência de explicitude maior sobre esse sistema gerava dúvidas e reducionismo, contribuindo para as dificuldades de sua plena implementação, sendo, apesar disso, importante reconhecer o seu avanço enquanto um “instrumento político de construção de um discurso e prática contra-hegemônicos”.

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - SGDCA idealizado na Resolução n.º 113 do CONANDA teria por finalidade atuar estrategicamente em três eixos, a saber: o eixo da promoção de direitos, que

preconiza o estabelecimento de uma política articulada de atendimento a crianças e adolescentes; o eixo estratégico da defesa de direitos, idealizado a partir do estudo dos artigos 87, inciso V, e 88, incisos V e VI do Estatuto, mediante a proteção legal dos direitos e liberdades de crianças e adolescentes; e o eixo estratégico do controle institucional e social da promoção e defesa dos direitos, entendido como o conjunto de ações de acompanhamento, avaliação e monitoramento, ou seja, um controle social difuso (Nogueira Neto, 2005).

Nogueira Neto (2005, p. 21), acreditava que a proteção de direitos de crianças e adolescentes estava adquirindo novo sentido, uma vez que se vinculava a normas reguladoras, nacionais ou internacionais, e a um sistema institucional munido de instrumentos, agentes e mecanismos, e que dessa forma, estaria afastada “toda a tentação de se criar um ramo de direito e um sistema de promoção e proteção (garantia) autônomos e isolados” que desvinculasse a luta pela emancipação de crianças e adolescentes da luta maior, a “emancipação de todos os cidadãos, especialmente dos ‘dominados’[...]”.

Com essa ação integrada estabelecida pelo SGDCA, os diversos agentes da rede poderiam atuar de forma articulada em face da proteção de crianças e adolescentes – uns de forma mais preponderante que outros, a depender da situação – mas de modo a se complementarem em serviços interligados dentro de uma rede socioassistencial (Nogueira Neto, 2005).

No entanto, Chaves e Costa (2018, p. 486) ponderam que “a desarticulação entre a rede de proteção social e a confusão dos papéis e atribuições institucionais agem também como dificultadoras da garantia de direitos”, sendo fundamental a busca dessa inter-relação. A retração dos serviços socioassistenciais do Estado e a consequente transferência de responsabilidades para entidades não governamentais, filantrópicas ou caritativas, trazem outras questões à tona, pois muito embora essas instituições possibilitem um determinado acesso a serviços que no âmbito estatal são escassos, elas não têm capacidade (por vezes, nem a intenção) de alçar o *status* de política pública, oferecendo serviços ainda mais restritos e focalizados, se comparados àqueles prestados por órgãos públicos. As atividades dessa nova filantropia, reconhecida como Terceiro Setor, em geral, são dependentes de financiamento – seja estatal, empresarial ou da sociedade civil – e o seu objetivo pode remeter a ações específicas, com restrições de público, abrangência

circunscrita a um território, limitação de serviços, entre outros aspectos delimitadores.

No eixo estratégico da defesa de direitos, encontramos as instituições responsáveis por garantir que crianças e adolescentes tenham acesso à justiça. Neste eixo, segundo Nogueira Neto (2005), encontra-se não só a atuação dos conselhos tutelares, mas dos agentes de Segurança Pública, como as polícias, e dos órgãos ligados ao sistema de justiça, como o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, em suas diversas finalidades e instâncias quando são chamados para uma ação conjunta à rede de proteção.

Assim, o sistema de justiça, ao tratar de assuntos relacionados aos direitos das crianças e dos adolescentes, configura como parte integrante do SGDCA, seja nas varas da infância e da juventude, varas de violência doméstica, de família, ou, até mesmo nas varas criminais, quando estas processam crimes contra crianças e adolescentes. Portanto, mesmo as varas criminais, especializadas ou não, se caracterizam como agentes do SGDCA, a partir do momento em que são provocadas para atuarem nos processos judiciais de crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

Contudo, segundo Nogueira Neto (2020, p. 47) difícil seria “conciliar o polo do ‘cuidado’ (proteção especial) e o da responsabilização”, pois estão em questão dois conceitos que, para o referido autor, são vistos como “antagônicos e inconciliáveis”: a condição de sujeitos de direitos de crianças e adolescentes e sua situação peculiar de pessoa em desenvolvimento. Nogueira Neto (2020) expõe a imensa carga de preconceito social que permeia as discussões sobre proteção e cidadania daquelas crianças não idealizadas, mas marginalizadas, negligenciadas, violentadas etc.

A dificuldade da promoção e da garantia do direito da infância e da adolescência reside, quando a realidade é má, quando as circunstâncias de vida dos seus titulares incomodam-nos, ameaçam-nos, agridem-nos. Aí o discurso epistemológico e político-institucional de proteção (promoção/garantia) de direitos, firmado na Convenção [CDC], torna-se, para o senso comum, pretensamente, inócuo, descolado da realidade e perigoso [...]. (Nogueira Neto, 2020, p. 47).

Ademais, para Chaves e Costa (2018) quando o tempo processual do Poder Judiciário termina, essas entidades perdem seu apoio formal, o que pode comprometer a ação da rede. Assim, a insuficiência dos investimentos sociais e a consequente precarização dos serviços e programas de assistência conduzem à

busca de métodos pragmáticos substitutivos das políticas públicas e, por vezes, insuficientes na garantia da proteção integral.

É preciso ter [...] cuidado para não se tornar [acrítico] [em] relação a determinado tipo de discurso jurídico adultocêntrico e permitir que ele assuma o papel doravante de produtor de um direito positivo, que venha normatizar essas relações geracionais, a partir de uma ótica a serviço da violência, da exploração, dos abusos, das discriminações, das negligências. (Nogueira Neto, 2011, p. 16-17).

Nesse sentido, Nogueira Neto (2005, 2011) chama a atenção para a necessidade de uma reflexão cautelosa sobre o fato de que é a partir do discurso endógeno de um bloco dominante hegemônico adultocêntrico que a luta pelos direitos das crianças e adolescentes se constrói e, através dela, busca manter sua hegemonia econômica, social, cultural e política. O autor ainda acrescenta:

São adultos que tentam sobrelevar em si mesmos seus interesses e desejos de bloco, para se comprometerem com os interesses e desejos dos oprimidos, como o empoderamento ou potencialização estratégica de crianças e adolescentes, para sua emancipação, para se tornarem sujeitos da história. (Nogueira Neto, 2005, p. 7).

Para tanto, Nogueira Neto (2011, p. 17) afirma que a “jurisdicalização e a judicialização” das relações intergeracionais só interessam se os movimentos sociais mantiverem “sua capacidade de fazer prevalecer sua reflexão e prática”, apropriando-se e beneficiando-se do processo.

Verdadeiramente, só será possível se construir essa capacidade real de “mediatizar”, nesses moldes se incorporada for a essa intervenção jurídica, uma sociedade civil forte, organizada/mobilizada, política e tecnicamente qualificada, realmente participativa ¹⁹. (Nogueira Neto, 2011, p. 17).

O autor, então, questiona se o nível de consciência e organização de crianças e adolescentes seria efetivo a ponto de construir uma participação proativa e coligada com a luta pelos direitos de outros segmentos que também se encontrem em condição subalternizada. Essa participação nas relações sociais, familiares e políticas “passaria a se dar a partir deles próprios, e não como concessão do mundo adulto [...] que, no mais das vezes, promovem de fora para dentro esse

¹⁹ O autor utiliza o termo “mediatizar” no sentido marxiano (com base na teoria social crítica de Karl Marx) e no sentido “conselhista” (com base nos estudos de Anton Pannekoek) que compreende o termo como “instâncias e mecanismos de intermediação, de conscientização da classe proletária, dos explorados e oprimidos mais amplamente”.

‘protagonismo’ e ao mesmo tempo o emolduram e domesticam” (Nogueira Neto, 2005, p. 8).

As visões reducionistas e polarizadas, seja na linha exclusiva da proteção, seja na linha da promoção de direitos contribuem ainda mais para as dificuldades da implementação da ação integrada e efetiva. A visão protetivo-reducionista, de caráter tutelarista e menorista leva ao hiperdimensionamento da figura do Juiz, ou de qualquer outro agente do eixo estratégico de defesa do SGDCA, a quem não cabe o papel de gestores de políticas públicas. No lado oposto, situa-se a visão que reduz a garantia dos direitos fundamentais ao âmbito exclusivo do atendimento em programas socioassistenciais, sem que haja a necessária responsabilização jurídica dos agressores, perpetuando o ciclo perverso de violações e remetendo às políticas assistencialistas, ao menorismo, ao higienismo (Nogueira Neto, 2005, 2011).

Assim como os aspectos de gênero, etnia e classe social intensificam o processo classificatório das práticas assistencialistas de proteção, o aspecto geracional é determinante na direção social impressa na luta pelos direitos de crianças e adolescentes, pois evidencia o adultocentrismo contido em qualquer das práticas, sejam elas bem ou mal intencionadas, ou seja, expõe essa conformação naturalizada ao modelo de dominação das relações comandadas por adultos, estejam elas a favor dos direitos ou não.

A luta, neste sentido, assume metas que ultrapassam o horizonte das conquistas de direitos e incitam à desconstrução não somente dos preconceitos formados ao longo da história, mas das próprias iniciativas protetivas que, mesmo direcionadas eticamente, podem cercear a liberdade dos sujeitos, conformando comportamentos, seja sob o discurso da incapacidade de crianças e adolescentes de falarem por si mesmos, seja sob o discurso da intenção protetiva. Quando se limitam os espaços públicos e privados de exercício da autonomia e da participação social de crianças e adolescentes, também lhes é subtraída, ou delegada a terceiros, a possibilidade de construção de suas próprias identidades e o exercício da cidadania.

2.5.

Crianças e adolescentes: novos sujeitos de direitos?

O campo dos direitos de crianças e adolescentes supõe entender como se dão as relações intergeracionais, acrescentando-se à análise as perspectivas de gênero, raça, etnia, classe social, entre outros aspectos, a fim de que se possam construir interações mais justas e igualitárias e promover a equidade entre aqueles que com eles se relacionam, sejam jovens, adultos ou idosos.

Os primeiros estudos realizados sobre a infância, a partir de uma reflexão histórica sobre as relações entre Estado, família e sociedade, descritos anteriormente, possibilitam identificar uma preocupação inicial no que concerne aos aspectos de higiene e cuidados com crianças, prioritariamente, com vistas a reduzir os índices de mortalidade e, em consequência, promover seu bom desenvolvimento, como forma útil de servir a anseios nacionalistas. Nessa perspectiva, embora essa preocupação tenha sido de imensurável valor para a época, dando à infância uma visibilidade necessária, não é possível ignorar que a vigilância empreendida por setores da sociedade às famílias, em sua maioria, pobres e operárias, foi um meio de ajustamento destes indivíduos à ordem social. Os conhecimentos que foram produzidos a partir da legitimidade da infância como assunto merecedor da atenção de camadas da elite intelectual e filantrópica, em muito, foram responsáveis por tornar infância e adolescência parte da agenda pública das ações governamentais como meio de controle social.

Contudo, novos olhares para além de temas higienistas de conservação das crianças se agregaram ao cenário e puderam contribuir para a construção de novas perspectivas e possibilidades para infância e adolescência. Aos conhecimentos sobre capacidades e desenvolvimento cognitivo foram acrescidas compreensões sobre as relações sociais, desigualdades e assimetrias de poder, fomentando a discussão de valores, culturas, normas e sociabilidades. Essa nova perspectiva científica, conhecida como Sociologia da Infância ou Estudos Sociais da Infância, trouxe importantes contribuições para os estudos acerca de crianças e adolescentes²⁰.

²⁰ Na legislação internacional, a palavra “criança” se refere ao indivíduo que possui idade inferior a dezoito anos. No Brasil, considera-se criança somente da faixa etária de zero até doze anos incompletos, e adolescente, de doze até dezoito anos incompletos, de acordo com o ECA.

Segundo James (2009), a preocupação em conhecer a construção social do conceito de infância deu origem a um novo paradigma. A partir desta nova perspectiva foi possível compreender que a infância não possui definições universais, mas situadas em momentos históricos determinados e inseridas socialmente em culturas específicas. Essa percepção possibilitou ultrapassar o entendimento de que a infância é apenas uma “fase biológica natural”, mas “uma expressão cultural particular do curso da vida, historicamente contingente e sujeito a mudanças” (James, 2009, p. 31). Outro importante ponto abordado pela autora demonstra que a forma como a sociedade percebe e trata a infância terá grande influência sobre as vivências das crianças, pois aspectos que tradicionalmente são considerados naturais e biológicos resultam na realidade das suas relações dadas em lugares e tempos específicos, ou seja, são socialmente construídas.

Ribeiro et al. (2015, p. 31) explicam que o desenvolvimento desse campo teórico, a Sociologia da Infância ou os Estudos Sociais da Infância, visa a “reconhecer a infância como construção social e a criança como um ator social, sujeito de direitos”, agregando conhecimentos de outras áreas do saber, como as Ciências Sociais e a Antropologia, por exemplo. Para estas autoras, esses estudos “propõem uma ruptura epistemológica com os paradigmas naturalizantes que enfatizavam a fonte biológica das identidades”, além de pretender estabelecer a reconstrução dos conceitos ocidentais e adultocêntricos que regem as intervenções sobre a criança e que a consideram um objeto passivo dessas intervenções.

Ribeiro et al. (2015) classificam esses estudos em três vertentes principais: a perspectiva relacional, a perspectiva construtivista e a perspectiva estrutural. A perspectiva *relacional* defende a *geração* como conceito-chave para o entendimento sobre a infância. Sob este enfoque, “a infância só existe em relação à adultez”, pois ambas são categorias geracionais, onde cada uma se constitui a partir de sua relação com a outra em um plano microsocial (p. 35). A abordagem *construcionista* colabora com elementos ligados ao exercício da autonomia e “defende que as noções sobre criança, crianças e infância são formações discursivas socialmente construídas”, e que, portanto, precisam ser desconstruídas (p. 36). Esses estudos defendem que as crianças são ativas na construção de sua vida social, assim como as infâncias são plurais, havendo múltiplas possibilidades de realização da infância no mundo. A linha de pensamento *estrutural*, por sua vez, considera a infância como parte da estrutura social, sendo o conceito de *geração* uma categoria

comparada à classe, ao gênero, à raça e à etnia, importante para especificar as condições de vida das crianças e da infância, mas que, se muito maximizada, pode impedir a visualização daquilo que é comum a todas as crianças, estruturalmente (Ribeiro et al., 2015, p. 37).

Para Sarmiento (2009, p. 16), a emergência desses estudos está profundamente associada à “mudança do estatuto das crianças no mundo”, o que constituiu um campo de estudos com base em quatro pressupostos: o reconhecimento de sua condição de sujeito, fazendo com que crianças deixem de ser vistas como “meros destinatários mais ou menos passivos de *ações* adultas ou de intervenções institucionais a elas dirigidas”; a recusa da noção da criança como “ser em transição” que somente estará completo quando tornar-se adulto; a importância do conceito de geração como forma de compreender o(s) contexto(s) de vida das crianças; e a necessária análise interdisciplinar sobre o assunto. O autor ainda acrescenta que os estudos sociais da infância constituem um campo de saberes e vertentes bastante heterogêneas, mas que apresentam importantes pontos de confluência que possibilitam entender as rupturas com os paradigmas biológicos e desenvolvimentistas.

O conceito de geração tem bastante relevância para esse campo de estudos, pois permite identificar elementos que agem sobre a infância, tanto de maneira homogênea, quanto heterogênea. Segundo Sarmiento (2009), aspectos homogêneos, ou seja, comuns a todas as crianças, são aqueles que principalmente afetam a regulação das condições etárias de sua existência, como, por exemplo, as interdições e as obrigações. Quanto aos aspectos heterogêneos, o autor discorre sobre as condições materiais de existência que tendem a estratificar e categorizar as crianças de acordo com sua classe social, gênero, etnia, cultura, localização geográfica e diferenças físicas e psicológicas, por exemplo.

Para Qvortrup (2010), pensar a infância apenas como período da vida torna sua apreensão limitada a aspectos de desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo. Embora tais dimensões não devam ser deixadas de lado, não podem se tornar centrais, pois a criança, se reduzida a ser em desenvolvimento, só será capaz de concluir sua integração à sociedade com sua saída da infância, um período a ser vencido e superado através das experiências de socialização familiar, comunitária e escolar. A infância, neste sentido, precisaria ser superada.

Qvortrup (2010, 2011) defende, portanto, que a infância seja analisada como uma categoria estrutural permanente e geracional, ou seja, uma categoria que faz parte da estrutura da sociedade e não se extingue com a passagem das crianças para a vida adulta. “A infância persiste: ela continua a existir – como uma classe social, por exemplo – como forma estrutural, independentemente de quantas crianças entram e quantas saem dela” (Qvortrup, 2011, p. 4). Por conseguinte, enquanto parte da estrutura da sociedade, torna-se importante entender que a infância sofre influência de parâmetros sociais, econômicos, políticos, culturais, ideológicos, além de estar em constante interação com as demais categorias geracionais.

É a interação entre os parâmetros que produz todas as configurações sociais, incluindo os grupos sociais e as relações entre eles. Em qualquer fase, portanto, a infância é o resultado de fortes relações entre os parâmetros prevaletentes, os quais devem ser todos considerados como forças estruturais. (Qvortrup, 2010, p. 636-637).

Qvortrup (2010) esclarece, no entanto, que esses parâmetros se localizam no tempo e no espaço, o que os particulariza, ao mesmo tempo que consolida a infância na estrutura da sociedade como uma categoria geracional mediante as demais (adulthood e velhice). Por exemplo, analisar a infância por períodos históricos, permite ver as transformações da infância ao longo do tempo, por meio da mudança dos parâmetros sociais, culturais, econômicos, possibilitando comparar a infância do século XIX e a infância atual. Neste sentido, nota-se seu caráter permanente na estrutura social que não se extingue com a passagem dos indivíduos para a idade adulta, mas continua a existir como espaço social destinado a receber novas crianças. Por sua vez, analisar a infância em contraposição aos demais períodos da vida permite enxergá-la como categoria de estrutura geracional do mundo social. Portanto, as transformações sociais e a modificação dos valores ao longo do tempo “não podem esconder, no entanto, a contínua existência e realidade da infância enquanto categoria estrutural” (Qvortrup, 2010, p. 637). Esta abordagem estruturalista não se opõe à abordagem construcionista, mas afirma:

O desenvolvimento histórico da infância não acaba com a sua categoria; e a variabilidade cultural da infância contemporânea testemunha a favor da sua presença universal. Em outras palavras, a infância tanto se transforma de maneira constante assim como é uma categoria estrutural permanente pela qual todas as crianças passam. A infância existe enquanto um espaço social para receber qualquer criança nascida e para incluí-la – para o que der e vier – por todo o período da sua infância. Quando essa criança crescer e se tornar um adulto, a sua infância terá chegado ao

fim, mas enquanto categoria a infância não desaparece, ao contrário, continua a existir para receber novas gerações de crianças. (Qvortrup, 2010, p. 637).

A condição etária constitui-se como um aspecto determinante nas relações de dominação sobre crianças e adolescentes, assim como para as demais gerações. Para James (2009), o critério etário tem maior influência sobre o que é ser criança do que a própria percepção de dependência, uma vez que este conceito pode estender-se ou não até a juventude. Em estudo²¹ realizado na Inglaterra, a autora demonstra como denominações, por exemplo, de crianças *mais velhas*, constituem-se como marcadores semânticos importantes tanto para os adultos, como para as próprias crianças.

A forma como os espaços institucionais são projetados para crianças e as formas de tratamento dispensadas a elas pelos adultos expressam a ordem dessas relações, concretizando materialmente o que os adultos supõem que as crianças necessitam. O distanciamento geracional adquire forma física ao limitar a participação das crianças nos planejamentos das ações, as quais assumem um caráter unidirecional com justificativa na necessidade de proteção e na crença sobre a incapacidade das crianças em responderem por si mesmas. Segundo James (2009), nas instituições sociais, notam-se ideias e percepções culturais pré-concebidas que influenciam diretamente sobre a participação ou a exclusão de crianças e adolescentes dos processos decisórios. Segundo a autora, além de comprometer o exercício da autonomia, tais aspectos fazem com que as crianças *mais velhas* queiram se afastar cada vez mais da infância, ao não se reconhecerem como crianças, ou, pelo menos como as crianças que os adultos esperam.

Segundo Ribeiro et al (2015, p. 39), “a delimitação ou demarcação das idades se torna mais complexa quando focalizamos os cortes etários para as diferentes instituições”. Para Minayo e Coimbra Jr (2002, p. 18), nas sociedades ocidentais, “o Estado é o grande regulador do curso da vida” sendo a “idade cronológica [...] um princípio cultural de extrema relevância no moderno aparato jurídico-político”, onde o indivíduo assume direitos e deveres que irão refletir culturalmente no que se espera socialmente de cada geração. Assim, para entender o lugar social das

²¹ A autora realizou um estudo na Inglaterra com 120 crianças e adolescentes com idades entre 4 e 16 anos em ambiente hospitalar.

crianças, também se faz necessário compreender a forma como “a sociedade organiza a estrutura, as funções e os papéis de cada grupo etário específico”.

Os estudos antropológicos demonstram que a infância, a adolescência, a vida adulta e a velhice não constituem propriedades substanciais que os indivíduos adquirem com o avanço da idade cronológica. Pelo contrário: o processo biológico, que é real e pode ser reconhecido por sinais externos do corpo, é apropriado e elaborado simbolicamente por meio de rituais que definem, nas fronteiras etárias, um sentido político e organizador do sistema social. (Minayo; Coimbra Jr., 2002, p. 15).

Assim como está presente no imaginário social a representação da infância como a época de inocência e dependência, a idade adulta apresenta a ideia de vigor físico, produtividade e capacidade, e a velhice traz em si a ideia de passado, descartabilidade, decadência física e inatividade (Minayo; Coimbra Jr., 2002). “A infância, a adolescência e a juventude são tempos de escolarização [e aprendizagem]; a idade adulta é o tempo associado à procriação e à participação no mercado de trabalho; a velhice, o tempo da aposentadoria” (Minayo; Coimbra Jr, 2002, p. 19).

Para Qvortrup (2011, p. 3), tanto a escolarização, como a condição de *menor* de idade são duas características essenciais que definem a infância na sociedade moderna: a escolarização, ou seja, a institucionalização das crianças que pode “significar uma situação de confinamento até o final da infância”; e “em termos legais, o lugar da criança como *menor*²² [é] um lugar que é dado pelo grupo dominante correspondente, os adultos”. Para o autor, esses critérios não requerem idades biológicas, mas definições socialmente determinadas, que embora abstratas, permitem verificar “o lugar em que as crianças têm sido colocadas e podem ser localizadas na arquitetura social pelos adultos”. Segundo Costa (2019), a institucionalização de crianças e adolescentes é estabelecida por meio de limites de idade que emolduram o desenvolvimento infanto-juvenil e determinam o modo e as prioridades das ações públicas interventivas como, por exemplo, a priorização de ações voltadas para a primeira infância, em detrimento da infância, pré-adolescência, adolescência e juventude.

²² Entende-se o uso do termo “menor” por Qvortrup (2011) como uma forma de indicar a posição de polo dominado na relação assimétrica de poder estabelecida entre adultos e crianças, mas não com a intenção de referenciar o caráter pejorativo socialmente construído no contexto histórico brasileiro conforme foi abordado no item 2.3 deste capítulo.

A vertente construcionista aponta que, historicamente, a infância consolidou-se segundo o princípio da negatividade, ou seja, mediante um “conjunto de interdições e prescrições” que negam ou limitam o exercício de sua autonomia e de sua participação social (Sarmiento, 2009, p. 21). Contudo, ressalta-se que esses novos paradigmas permitem refletir sobre as possibilidades de interações sociais desses indivíduos, suas competências, suas influências sobre a divisão social do trabalho e sobre a produção cultural da sociedade²³.

Dessa forma, a compreensão da infância tanto como uma construção sócio-histórica, quanto como uma categoria estrutural permanente e geracional traz importantes contribuições para as pesquisas dedicadas a analisar as práticas sociais, intervenções institucionais e políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes. Faz-se necessário, portanto, refletir sobre os lugares ocupados por esses indivíduos na sociedade e reconhecer quais forças estruturais agem sobre eles, interferindo diretamente sobre seu modo de vida. Assim como Nogueira Neto (2005) sugere refletir sobre o “protagonismo” infanto-juvenil, torna-se de suma importância analisar o lugar real ocupado pelas crianças e adolescentes na sociedade brasileira, nas instituições e nas famílias, a fim de que a partir da visibilização dos limites estruturais e relacionais, novas práticas sejam construídas socialmente de modo a minorar ou, até mesmo, eliminar as assimetrias e desigualdades presentes nas relações sociais intergeracionais.

2.6.

Violência sexual contra crianças e adolescentes

Como uma das expressões da desigualdade nas relações intergeracionais, muitas vezes agravada por condições de gênero, raça, etnia, classe social e subalternidade, a violência contra crianças e adolescentes se faz presente em toda a sociedade, frequentemente provocando comoção pública, mobilizando a mídia e as instituições governamentais para a adoção de medidas protetivas eficazes que sejam capazes de responsabilizar autores de agressão.

²³ Sarmiento (2009) e Qvortrup (2010) refletem sobre a influência da infância, seja de modo direto ou indireto, sobre as instituições e os setores econômicos de produção de bens e serviços, os quais, por sua vez, são espaços que também se encontram repletos de interações infanto-juvenis e intergeracionais.

Minayo (2001, p. 93) afirma que a violência contra crianças e adolescentes é “uma forma secular de relacionamento das sociedades” com variadas justificativas e formas de expressão, comumente relacionada a processos educativos e socializadores ao longo da história, também aplicada em resposta a atos de desobediências e rebeldias. A autora concorda que a violência é um fenômeno de difícil apreensão devido ao seu “grau de subjetividade, polissemia, polêmica e controvérsia” (Minayo, 2001, p. 93).

A violência contra a criança e o adolescente é todo ato ou omissão cometidos por pais, parentes, outras pessoas e instituições, capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica, de um lado, numa transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral; e de outro, numa coisificação da infância. (Minayo, 2001, p. 92).

Conforme o Balanço Geral do Disque 100²⁴, o estado do Rio de Janeiro vem registrando, aproximadamente, doze por cento das denúncias de violências cometidas contra crianças e adolescentes no Brasil, estando atrás apenas do estado de São Paulo, que nos últimos cinco anos reuniu cerca de vinte por cento das denúncias registradas. O Dossiê Criança e Adolescente de 2018²⁵ corrobora estas informações, demonstrando que crianças e adolescentes são as maiores vítimas em casos de violência sexual e crimes de periclitacão da vida e da saúde. Do total de vítimas desta última categoria, por exemplo, 49% possuíam idade entre zero e dezoito anos. A periclitacão da vida e da saúde abrange três tipos de delitos intimamente relacionados à lógica do dever de cuidado: abandono, maus-tratos e omissão de socorro.

No que tange à violência sexual, o Dossiê Mulher de 2019²⁶ (Manso; Campagnac, 2019) demonstra que quase 85,6% das vítimas de estupro no Rio de Janeiro eram do sexo feminino; dentre elas, 69,7% eram crianças e adolescentes.

²⁴ O Disque 100 é um serviço telefônico para recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violações de direitos humanos. Inicialmente, o Disque 100 foi concebido para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, mas funciona, atualmente, também recebendo denúncias relativas a violações de direitos de pessoas em situação de rua, idosos, pessoas com deficiência e população LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros e outras identidades de gênero).

²⁵ Relatório produzido pelo Instituto de Segurança Pública com base em registros de ocorrências da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – PCERJ realizados no ano de 2017.

²⁶ Relatório produzido pelo Instituto de Segurança Pública com base em registros de ocorrências da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – PCERJ realizados no ano de 2018.

A violência sexual se destaca entre as expressões de violência por ser aquela com maior participação de vítimas crianças e adolescentes (59%), [...]. Isso significa dizer que, em média, por dia, dez crianças e adolescentes foram vítimas de violência sexual no estado do Rio de Janeiro [no ano de 2017]. Esses números são provavelmente uma subestimativa da violência contra crianças e adolescentes, uma vez que consideram apenas os casos registrados nas delegacias de polícia. (Manso; Gonçalves, 2018, p. 35).

Um relevante aspecto a ser destacado é o vínculo social existente entre autores e vítimas nos dados apresentados. Significativa parte das violências cometidas são perpetradas por aqueles com quem crianças e adolescentes possuem relações de sociabilidade: genitores, responsáveis, familiares ou conhecidos próximos à família. De acordo com os registros policiais, aproximadamente, 40% dos crimes de violência sexual são de autoria de familiares ou conhecidos. Tal fator torna-se de suma importância para refletir sobre os altos índices de subnotificação a que estão sujeitas as violências domésticas, extra ou intrafamiliares, principalmente de cunho sexual, uma vez que estas, por vezes, permanecem circunscritas ao silenciamento do espaço privado por longos períodos, o que impede o alcance do espaço público da denúncia e, conseqüentemente, da responsabilização de seus autores. Para tanto, o Dossiê considera:

Apesar das determinações legais, a enorme subnotificação dos crimes de natureza sexual ainda é uma realidade: há um grande constrangimento para as vítimas ao revelarem esse tipo de violência, além disso, dependendo da idade e das circunstâncias, a criança sequer tem consciência que está sofrendo violência sexual [...]. (Manso; Gonçalves, 2018, p. 11).

Acrescenta-se a essa realidade o fato de que “em quase todas as formas de violência, exceto patrimonial” a maioria das vítimas são crianças e adolescentes negros e pardos e, ao tratar-se especificamente da violência sexual, as vítimas são, em grande parte, meninas (Manso; Gonçalves, 2018, p. 12). Isto corrobora o que já foi abordado neste capítulo: aspectos de gênero, classe social, raça e etnia podem ser determinantes ao se definir qual população está mais sujeita às violências na sociedade, pois os registros da violência sexual contra crianças e adolescentes demonstram que a maioria das vítimas eram negras e pardas, além de serem do sexo feminino.

No caso específico do abuso sexual, duas características da desigualdade de poder supracitada são fatores relevantes: as relações de gênero e de geração. [...] No entanto, uma análise qualitativa mais detida constata uma importante subnotificação dos casos envolvendo meninos como vítimas, devido, sobretudo, a fatores culturais

que dificultam sua revelação, aumentando sua vulnerabilidade. (Oliveira, 2011, p. 33).

Segundo Garcia e Pacheco (2016, p. 42), a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes “caracteriza-se como uma relação de mercantilização e abuso sexual” deste público sob distintas formas que “variam desde o contato direto entre o explorador e a vítima, até o envolvimento de uma rede mais ampla que se estrutura a partir de relações de poder e interesses econômicos”.

Ressalta-se que a exploração sexual envolve uma relação de mercantilização do corpo da criança ou do/a adolescente vítima, cuja ocultação pode ser maior em casos de intermediação de agenciadores em redes de exploração. É um tipo de violência sexual que, culturalmente, criminaliza as vítimas em virtude da crença de que seria um tipo de trabalho definido por “escolha”. A problematização desta questão ensejou a reflexão sobre a própria definição desta violência antes denominada como “prostituição infantil”. O uso do termo *exploração* evidencia uma carga histórica de preconceito presente no termo “prostituição” e destaca a violência nas relações baseadas em extrema desigualdade, “onde não há possibilidades para consentimentos” (Garcia; Pacheco, 2016, p. 44).

O abuso sexual, por sua vez, “é praticado geralmente por alguém da confiança da criança/adolescente, destituindo a imagem de proteção associada à família e à rede de sociabilidade” da vítima (Garcia; Pacheco, 2016, p. 45). Segundo Oliveira (2011, p. 34), trata-se, frequentemente, de “pessoa que tem acesso e oportunidade de interação com a criança” e que adquire sua confiança, por vezes, de forma lúdica, avançando gradativamente e despotencializando a autonomia relativa da vítima. O abuso sexual é uma forma de violência sexual que, geralmente, ocasiona maior comoção pública, principalmente, quando as vítimas são crianças *mais novas*, e seus abusadores, pessoas *muito mais velhas* que elas.

Segundo Habigzang, Ramos e Koller (2011), o abuso sexual contra crianças e adolescentes tem sido considerado um problema de saúde pública e pode ser definido como qualquer interação, mesmo que não haja contato físico, entre uma criança ou adolescente e outra pessoa que esteja em estágio de desenvolvimento psicológico e sexual mais avançado, na qual a vítima (criança ou adolescente) esteja sendo utilizada para satisfação sexual do perpetrador do abuso (geralmente um adulto). Estas relações, segundo as autoras, se darão mediante violência física, ameaça ou indução da vontade.

Tilman Furniss (1993, p. 50) contribui com esta definição quando sugere o uso do termo *conflito emociossexual* para identificar o abuso sexual intrafamiliar que ocorre quando uma criança busca o cuidado emocional e recebe uma resposta sexual, apontando o rompimento das fronteiras familiares intergeracionais com a ocorrência do abuso. A inversão de hierarquias, a confusão de papéis, e sentimentos de medo, rejeição e culpa dificultam a revelação do abuso e contribuem para aprisionar crianças e adolescentes neste tipo de dinâmica familiar.

A compreensão e a apropriação adequada da coexistência desse mosaico de sentimentos e expressões vinculares – não só na vítima como também em cada um dos outros membros da família – constituem elemento indispensável que deve informar as ações dos integrantes do SGD [Sistema de Garantia de Direitos], sob pena de não resultarem na garantia de direitos preconizada como fundamento de sua legitimidade. A não consideração desses elementos pode conduzir a interpretações moralizadoras das condutas de vítimas, de familiares não diretamente envolvidos na interação sexual abusiva e de autores do abuso, podendo atuar como mais um deflagrador da ocorrência de supressão da alegação do abuso sexual. (Oliveira, 2011, p. 38).

Para Furniss (1993, p. 12), as normativas protetivas estão relacionadas ao que é tolerável socialmente no processo de educação das crianças, pois visa a descrever os “limites e fronteiras do comportamento apropriado e aceitável dos adultos em relação às crianças”.

Essa definição normativa destaca a noção de dependência estrutural das crianças e a incapacidade de dar consentimento informado a relacionamentos sexuais. Ela aponta para o direito das crianças de crescerem sem a interferência sexual dos adultos para a sua própria satisfação. Subjacente à maioria das definições normativas está a noção de que os relacionamentos sexuais entre adultos e crianças constituem abuso sexual da criança, porque os relacionamentos sexuais deveriam acontecer por livre vontade e por livre escolha, sem coerção. (Furniss, 1993, p. 12).

Azevedo, Guerra e Vaiciunas (2015) definem o incesto como uma forma de violência contra a criança onde existe a “coação exercida por um adulto a ela ligado por laços de parentesco, afinidade ou responsabilidade, com o intuito de levá-la a participar de práticas eróticas”. As autoras pontuam que se fala genericamente de criança, pois o abuso pode ocorrer também contra adolescentes. Ademais, os vínculos entre o adulto perpetrador e a vítima dependem do sistema de parentesco e dos laços de afinidade e responsabilidade moral e legal. Um determinante deste tipo de violência é a sua qualificação como uma violência privada que pode abarcar violências físicas e psicológicas. As autoras reiteram que o fator determinante deste

tipo de relação está na assimetria de poder envolvida na interação entre adultos e crianças, a qual não pode ser ignorada. As autoras também apresentam um quadro de consequências do abuso, no qual se evidencia a ruptura da infância e da adolescência através de aspectos como: dificuldades de adaptação interpessoal nos relacionamentos familiares e com terceiros; adaptação sexual refletindo retraimento ou exacerbação da sexualidade; adaptação afetiva, como sentimento de culpa, idealização ou tentativas de suicídio e pensamentos fixos sobre a morte.

Hacking (2013, p. 25) propõe uma reflexão sobre a construção social do abuso sexual, uma vez que o tema passou a adquirir importância, segundo o autor, a partir da década de 1960 nos Estados Unidos, cujos estudos, inicialmente, denunciavam a “síndrome da criança espancada”. O autor alerta para o fato de que se anunciava um tipo recém-noticiado de comportamento humano assumido com o caráter de doença e que, portanto, precisava ser combatido. A compreensão sobre o abuso em si ainda estava reduzida à violência física e à negligência, não havendo notoriedade para os abusos psicológicos e sexuais.

Para Hacking (2013), o reconhecimento social do abuso sexual contra crianças tem uma íntima relação com a pauta do movimento feminista a partir da década de 1970, visto que, embora já se soubesse de sua existência, este tipo de violência recebia pouca atenção da sociedade. Outro importante fator que levou à notoriedade do fenômeno foi a moralização sexual proibitiva ao considerar a perspectiva de abuso contra crianças um reflexo da prática de incesto, historicamente reprovável. Esta conjugação trouxe o abuso sexual de crianças para a esfera do intolerável, como um novo fenômeno passível de ser definido e medido cientificamente, ao passo que outras violências graves permaneceram relegadas à indiferença (Hacking, 2013).

O percurso histórico apresentado por Hacking (2013, p. 45) demonstra como “o conceito de abuso de crianças busca a objetividade” ao expor como perícias médicas, exames e doenças contraídas foram consideradas provas cabais do delito²⁷. Contudo, o autor aponta que essas técnicas poderiam ter contribuído como

²⁷ Hacking (2013, p. 42) relata como estudos realizados pela classe médica de Pediatria, na década de 1980, foram tratados como “soluções mágicas” para o desvendamento de casos de abuso sexual. Esses estudos apontavam, por exemplo, que a ocorrência de dilatação anal seria uma forma de identificar práticas sexuais anais, alertando para a “sodomia contra crianças *pequenas*”, “um tipo de abuso sério, comum e sub-denunciado”, mas que, segundo o autor, ocasionava a intervenção estatal indiscriminada contra famílias.

indicadores de um necessário acompanhamento das famílias e não como a razão irrefutável da separação drástica de familiares. Tais posicionamentos, de certo modo, intransigentes, evidenciavam a centralidade na moralidade que classifica algumas práticas sociais toleráveis e outras não. Hacking (2013, p. 50) ressalta, por exemplo, que a “prostituição infantil” não é considerada uma forma de violência que componha a agenda política de proteção de crianças, mesmo que seja uma relação tão danosa quanto o abuso sexual.

Suponha que o incesto foi central para moldar a ideia de abuso de crianças. Suponha que isso ocorreu porque o incesto oferecia uma maneira de algumas ativistas feministas atacarem a autoridade patriarcal e, na cena mais ampla, resumiu as preocupações com a crise da família nuclear. Assim, qualquer relação sexual com crianças dentro da família contará como abuso sexual, não importa o quanto a metáfora seja ampliada. Pense na família extensa de hoje de uma maneira ampla, que inclua creches, escolas, internatos, corais, grupos de escoteiros e tudo o mais. Relações sexuais com crianças no âmbito da família extensa são comumente vistas como o pior tipo de abuso sexual. Mas relações sexuais danosas com crianças e adolescentes fora do âmbito da família extensa não fazem parte do protótipo de abuso de crianças. Assim, a prostituição de crianças não foi incluída, de maneira séria, dentro dos limites do abuso de crianças. (Hacking, 2013, p. 50).

Segundo Hacking (2013, p. 54), “a ideia de abuso contra crianças está tão emaranhada numa rede de especulações causais e morais contemporâneas que não faz sentido usá-la em descrições indiscriminadas do passado distante”, sob o risco de se realizar uma análise anacrônica. Por esta razão se torna tão importante a ação articulada intersetorial e interdisciplinar a fim de que se conheçam os fatores sociais, culturais, psicológicos, econômicos, entre outros, que compõem o cenário da violência contra criança ou adolescente, fazendo notar que as percepções sociais históricas, cujos efeitos são moralizadores, não só destituem a importância de outras formas graves de violência contra crianças e adolescentes, mas invisibilizam o fato de que toda e qualquer criança ou adolescente pode configurar nestas relações como vítima.

Com base no estudo de Azambuja (2010), é possível considerar que uma análise centrada no perfil de vítimas e abusadores também pode mascarar a compreensão do fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, em especial a violência sexual, levando a crer que esse tipo de violência está relacionado à condição de pobreza das famílias que chegam ao Sistema de Justiça, uma visão possivelmente equivocada da realidade, lembrando que condições de classe, raça, gênero e etnia, podem intensificar a vigilância tutelar, deixando essas famílias mais

expostas ao controle estatal, mas sendo de suma importância ressaltar que a violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno social, presente em toda a sociedade. Nesse sentido, a autora alerta:

A violência sexual intrafamiliar praticada contra a criança pertencente a camadas sociais que não se enquadram na condição de pobreza não costuma chegar ao Judiciário [...]. Os casos ocorridos nas classes sociais privilegiadas, ao invés de serem levados ao Judiciário, costumam ser relatados em consultórios [...] quando a vítima já é adulta, o que contribui para a invisibilidade e por não serem abarcadas pelo sistema penal na época da ocorrência (*sic*), pois as famílias de maior poder aquisitivo dispõem de mais condições de escamotear o que acontece em seu interior. (Azambuja, 2010, p. 148).

Assim, a classificação e a hierarquização das violências para fins de investigação e responsabilização de autores de violência, sem que se conheçam as relações de desigualdade, as assimetrias de poder e os condicionantes sociais envolvidos na interação, contribuem para a exacerbação da comoção ou da indiferença, evidenciando, por vezes, vieses no empenho da sociedade em combater alguns tipos de violência, em prejuízo de outras, além de ocultar nos interstícios das ações de proteção, elementos violadores de direitos.

3

Tribunal do Direito ou tribunal de direitos?

A vida atual em sociedade implica o estabelecimento de um sistema de normas conduzido por uma espécie de poder que tem a finalidade principiológica de alcançar o bem comum para todos aqueles que vivem sob esse ordenamento. Segundo Tourinho Filho (1998, p. 2) esse poder organizador da sociedade atual centraliza-se no Estado, “visando à continuidade da vida em sociedade, à defesa das liberdades individuais, em suma, ao bem-estar geral”. Para a obtenção desse fim, o Estado contemporâneo divide suas funções básicas em legislativa, administrativa e jurisdicional, as quais, no plano ideal, não devem sobrepor-se às outras, supondo o seu exercício harmônico e independente (Tourinho Filho, 1998).

Para manter a harmonia no meio social e, enfim, para atingir os seus objetivos, um dos quais se alça à posição de primordial – o bem estar geral –, o Estado elabora as leis, por meio das quais se estabelecem normas de conduta, disciplinam-se as relações entre os homens e regulam-se as relações derivadas de certos fatos e acontecimentos que surgem na vida em sociedade. Essas normas, gerais e abstratas, dispõem, inclusive, sobre as consequências que podem advir do seu descumprimento. Em face de um conflito de interesses, [...] a norma dispõe não só quanto à relevância de um deles, como também quanto às consequências da sua lesão. (Tourinho Filho, 1998, p. 5).

A sanção penal, portanto, é historicamente reconhecida como ato necessário para o funcionamento do pacto que mantém a ordem societária, uma vez que as condutas que rompem este acordo entre sujeitos em sociedade violam a norma jurídica estabelecida e são consideradas ilícitas.

Segundo Tourinho Filho (1998, p. 5-6), “tais normas são, pois, indispensáveis, para que se saiba o que pode e o que não se pode fazer” e, para tanto, ao legislador cabe a elaboração de “leis reguladoras e disciplinadoras” dentro das quais são cominadas “sanções àqueles que, porventura, viessem a transgredilas”. O autor ainda acrescenta que, ao legislador também cabe observar, no meio social, o que a sociedade compreende como conduta antissocial, uma vez que o “conceito de [antissociabilidade] de determinada conduta varia no tempo e no espaço”, a depender de valores históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais. Neste sentido, entende-se que a sanção punitiva tem por objetivo o cumprimento de uma função social:

Se todos nós nos subordinássemos às ordens abstratas das leis que tutelam nossos interesses e bens, haveria uma ‘geral e espontânea submissão dos interesses à ordem jurídica’, e desnecessária seria qualquer preocupação do Estado em restaurá-la. Entretanto, como sabemos, não é isso que ocorre. Frequentemente surgem no meio social numerosos conflitos de interesses em virtude de descumprimento da norma de comportamento [...]. (Tourinho Filho, 1998, p. 7).

Para Tourinho Filho (1998, p. 9), foi preciso que um *terceiro forte*, cuja decisão seria respeitada e obedecida, chamasse para si a tarefa de solucionar os litígios, administrando a justiça e impedindo vinganças ou decisões em desequilíbrio de poder, por exemplo, quando um dos litigantes é considerado mais fraco que a outra parte, o que pode acarretar impunidade. Assim, constituindo-se como atribuição privativa do Estado de exercício típico do Poder Judiciário²⁸, o poder de aplicar penas não poderia ser tarefa exercida por qualquer um, mas por aqueles agentes investidos dessa competência, legitimados socialmente, “de modo a tornar sua decisão respeitada e obedecida por todos, principalmente pelos litigantes” (p. 9).

O Estado exerce papel fundamental em virtude de seu poder-dever punitivo, vedando a “justiça pelas próprias mãos” e avocando, para si, a função de punir aquele que infringe determinada regra do ordenamento jurídico (*jus puniendi*). Nessa esteira, há o afastamento da vítima do conflito, incumbindo somente ao Estado aplicar a sanção pela conduta desviada, utilizando-se do devido processo legal. (Mazzutti, 2012, p. 89).

No entanto, embora o direito de punir tenha data histórica mais antiga, o dever de proteger a dignidade da pessoa humana, passou a fazer parte da atribuição do sistema de justiça. Além disso, como pessoa humana, não só devem estar compreendidos crianças e adolescentes vitimados, mas também aqueles que contra eles, agiram com violência.

Segundo Dobke (2001, p. 46), para compreender o processo penal, faz-se necessário o entendimento sobre três princípios fundamentais norteadores: “a garantia do devido processo legal, ampla defesa e do contraditório, os dois últimos corolários do primeiro”. Tais princípios estão expressos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, conforme a seguir:

²⁸ A função jurisdicional é exercida, tipicamente, pelo Poder Judiciário, o que não impede que os demais Poderes também a exerçam, da mesma forma que os Tribunais de Justiça também possuem, de forma atípica, ou seja, em circunstâncias específicas, as atribuições de legislar, fiscalizar e administrar, expedindo normativas ou gerindo seus recursos humanos e administrativos.

Art. 5º) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

[...]. (Brasil, 1988).

Para Dobke (2001), o devido processo legal garante direitos às partes e à jurisdição, uma vez que concede ao juiz o poder de aplicar o direito objetivo ao mesmo tempo que concede às partes, a oportunidade de produzirem provas. A autora acrescenta que a ampla defesa e o contraditório são “decorrências lógicas do devido processo legal” (p.46). A ampla defesa garante ao acusado o direito de apresentar provas lícitas de sua inocência, desde a defesa pessoal, a partir de sua própria narrativa ou das informações que fornece ao seu defensor, até a sua defesa técnica, quando se utiliza do saber jurídico do seu advogado para articular sua argumentação. O direito ao contraditório trata do desenvolvimento equilibrado entre acusação e defesa, cujo objetivo finalístico é “influenciar na formação do convencimento do juiz, a quem cabe fiscalizar e ativar a contraposição dialógica das partes” (Grinover, 1985 apud Dobke, 2001, p. 47).

O contraditório não pode se ausentar do processo penal; nele a reação deve ser efetiva; a verdade real – como os fatos ocorreram – há de ser buscada sempre dialeticamente. Sem que isso ocorra não teremos processo penal válido, chegaremos apenas à verdade formal – verdade dos autos do processo. (Dobke, 2001, p. 47).

Decidindo-se pela responsabilização do acusado, o juiz se apoiará em critérios²⁹ expressos na lei penal (art. 59), tendo por base as provas produzidas de acordo com o devido processo legal, a fim de estabelecer a fixação da pena. Portanto, o cumprimento da norma jurídica, seja responsabilizando, punindo ou protegendo, destaca-se como uma das finalidades essenciais do Poder Judiciário.

²⁹ Para fixação da pena, o art. 59 do Código Penal prevê: “o juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: I) as penas aplicáveis; II) a quantidade de pena aplicável [...]”.

O Direito Penal, pois, não é um direito de coação direta. Embora o Estado detenha o direito de punir, ele próprio não pode executá-lo. Ele se submete, assim ao império da lei. Em suma: embora o Estado detenha o *jus puniendi*, não poderá fazê-lo atuar com o uso direto da força. [...] Reconheceu, pois, o Estado que o *processo* [...] é fator indispensável, porquanto visa a proteger os cidadãos contra os abusos do Poder Público. (Tourinho Filho, 1998, p. 14-15).

O Direito, enquanto ciência jurídica, para realização do processo legal, pretende ao exercício do formalismo e ao uso imparcial dos instrumentos legais com o intuito de que não existam vieses tendenciosos que prejudiquem o seu poder de julgamento, evitando que esteja subordinado a interesses externos que beneficiem alguns indivíduos em detrimento de outros. Assim, estudiosos e juristas dedicam-se à elaboração de doutrinas jurídicas a fim de construírem definições e estabelecerem parâmetros para a execução das normas jurídicas, as quais, por sua vez, devem estar em consonância com a contemporaneidade, visto que a sociedade não é estática e se transforma continuamente.

Este capítulo, portanto, buscará refletir acerca dessas requisições jurídicas sobre o modo de pensar e o modo de fazer do Direito, bem como suas implicações sobre o depoimento especial de crianças e adolescentes.

3.1.

Campo jurídico: espaço de poderes, saberes e práticas

No campo do Direito, o formalismo exigido, segundo Bourdieu (1989, p. 209), trata de uma “autonomia absoluta da forma jurídica em relação ao mundo social”, enquanto o seu instrumentalismo “concebe o direito como um reflexo ou um utensílio ao serviço dos dominantes”. Para o autor, alguns teóricos da ciência jurídica consideram o Direito “um sistema fechado e autônomo, cujo desenvolvimento só pode ser compreendido segundo a sua dinâmica interna”, ou seja, compreendem a evolução do Direito de forma endógena, a partir de si mesmo. Bourdieu (1989) aponta Hans Kelsen³⁰, autor da *Teoria Pura do Direito*, como o maior expoente desta vertente, cuja obra busca afirmar o exercício do Direito pelo

³⁰ Hans Kelsen (1881-1973) foi um renomado jurista, nascido em Praga, importante representante da escola positivista do Direito.

próprio Direito, livre de ideologias e dos “constrangimentos e das pressões sociais”³¹.

Na direção oposta à visão kelseniana, Bourdieu (1989) faz considerações acerca do posicionamento de Louis Althusser³² que aponta o Direito como um “aparelho”, um instrumento a serviço dos interesses das classes dominantes, cuja jurisprudência reflete diretamente as determinações econômicas das relações de força existentes. Para Bourdieu, a vertente marxista althusseriana ao apoiar-se ritualmente na autonomia das ideologias, deixa de considerar a estrutura dos sistemas simbólicos, e a especificidade do discurso jurídico³³. Para o autor, esta vertente ignora as condições históricas construídas socialmente que viabilizaram o surgimento de um poder autônomo e independente do mundo social.

[...] Eles [os marxistas] passaram em claro a questão dos fundamentos sociais desta autonomia, quer dizer, mais precisamente, a questão das condições históricas que se devem verificar para poder emergir, mediante lutas no seio do campo do poder, um universo autônomo, capaz de produzir e de reproduzir, pela lógica do seu funcionamento específico, um *corpus* jurídico relativamente independente dos constrangimentos externos. (Bourdieu, 1989, p. 210).

É importante ressaltar que Bourdieu, em sua *teoria da prática*, não tem a intenção de atacar frontalmente a teoria crítica marxista, rejeitando o conhecimento objetivista, mas explicitar seus limites e, então, superá-los (Ortiz, 1983). “O conhecimento praxiológico não anula as aquisições do conhecimento objetivista, mas conserva-as e as ultrapassa, integrando o que esse conhecimento teve que excluir para obtê-las” (Bourdieu, 1983, p. 48).

Conforme já mencionado, o pensamento dualista era um problema epistemológico que Bourdieu, constantemente, buscava superar, considerando, nas ciências jurídicas, dicotomias como Direito e Sociologia, direito como ciência e direito como ideologia, instrumentalismo e formalismo. Tarefa esta que ele irá

³¹ “Quando a si própria se designa como ‘pura’ teoria do Direito, isto significa que ela se propõe garantir um conhecimento apenas dirigido ao Direito e excluir deste conhecimento tudo quanto não pertença ao seu objeto, tudo quanto não se possa, rigorosamente, determinar como Direito. Quer isto dizer que ela pretende libertar a ciência jurídica de todos os elementos que lhe são estranhos. Esse é o seu princípio metodológico fundamental”. Fonte: Kelsen, Hans. *Direito e Natureza*. In: *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

³² Louis Althusser (1918-1990) foi um filósofo marxista, que embora nascido na Argélia, cresceu e estudou na França, sendo autor da obra “Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado”.

³³ Para Castro (2020, p. 3), a análise de Bourdieu, ao considerar o marxismo mecanicista representado na teoria de Louis Althusser como uma representação do pensamento marxista como um todo, demonstra uma maneira de “opor-se às formas do marxismo estruturalista do seu tempo”.

empreender em seus estudos sobre os mais diversos campos mediante a concepção de *habitus*, intentando, dessa forma, ultrapassar a discussão do dualismo presente no antagonismo entre “estruturalismo sem sujeito/filosofia do sujeito” (Sckell, 2016, p. 158, 160).

O autor busca, então, analisar o Direito de modo a romper com essa ideia de independência e autonomia, afirmando o seguinte:

É preciso levar em linha de conta aquilo que as duas visões antagonistas, internalista e externalista, ignoram uma e outra, quer dizer, a existência de um universo social relativamente independente em relação às pressões externas, no interior do qual se produz e se exerce a autoridade jurídica, forma por excelência da violência simbólica legítima cujo monopólio pertence ao Estado e que se pode combinar com o exercício da força física. (Bourdieu, 1989, p. 211).

Bourdieu (1989) acrescenta que as práticas e os discursos jurídicos são, portanto, produto da lógica de funcionamento de um campo específico: o campo jurídico. Esta lógica define-se tanto pelas relações de forças concorrenciais presentes que conferem a estrutura do campo, determinando a posição ocupada por seus agentes, quanto pelos saberes que definem e delimitam as práticas jurídicas.

O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social. (Bourdieu, 1989, p. 212).

Para Bourdieu (1989, p. 213), a autonomia absoluta do Direito em relação à pressão exercida pelo mundo social nada mais é do que uma ilusão intensificada pela concorrência de saberes no campo jurídico, a qual contribui para a separação entre *dominantes* – aqueles detentores do monopólio do direito de dizer o direito, ou como ele próprio também denomina intérpretes autorizados – e *dominados* – aqueles que afrontam o referido monopólio, seja para subvertê-lo ou apenas para adentrá-lo. Isso ocorre sem que exista uma intenção proposital, ou seja, uma concertação consciente, conforme explicitado anteriormente.

A lógica de divisão do trabalho no campo jurídico, para o autor, é o princípio de um sistema de normas e de práticas que se crê autônomo por conjugar o objetivismo da ciência positivista com aspectos éticos e morais.

A Justiça organiza segundo uma estrita hierarquia não só as instâncias judiciais e os seus poderes, portanto, as suas decisões e as interpretações em que elas se apoiam, mas também as normas e as fontes que conferem a sua autoridade a essas decisões. É pois um campo que, pelo menos em período de equilíbrio, tende a funcionar como um aparelho na medida em que a coesão dos *habitus* espontaneamente orquestrados dos intérpretes é aumentada pela disciplina de um corpo hierarquizado o qual põe em prática procedimentos codificados de resolução de conflitos entre os profissionais da resolução regulada dos conflitos. (Bourdieu, 1989, p. 214).

Para Bourdieu (1989, p. 81), a razão de ser da instituição não se circunscreve à vontade de um indivíduo ou de um grupo social, mas no jogo de forças *antagonistas* ou *complementares*, as quais, em função de seus interesses definem e redefinem a realidade. Neste jogo empreendido no campo, o *habitus* produz uma ilusão que dá a sensação de pertencimento aos agentes que “quase nunca dominam explicitamente aqueles mecanismos cujo domínio prático é a condição do seu êxito” (p. 82), crendo-se portadores de uma habilidade inata, sensação compartilhada por aqueles que dividem o mesmo *habitus*. Dessa maneira, aqueles que não possuem as mesmas disposições ou que têm inscritos em si *habitus* diversos, concorrem sob significativa desvantagem, enfrentando um distanciamento, por vezes, físico, mas principalmente, simbólico do objeto de sua prática.

Mas se o Direito puro professado pelos juristas e teóricos sofre o risco de estar preso a um rigorismo racional, a gestão dos conflitos e a busca pela adaptação ao real conferem aos magistrados, em sua prática, a possibilidade de introduzir mudanças e inovações no sistema jurídico. Aqui se configura uma das lutas simbólicas do campo jurídico, distribuindo os intérpretes autorizados entre dois polos: a interpretação doutrinária da norma e a interpretação voltada para o caso particular, a qual, por meio da jurisprudência, contribui para a permanente construção do ordenamento jurídico (Bourdieu, 1989).

Nesse sentido, torna-se tarefa árdua participar desse ambiente de concorrência no que se refere, principalmente, ao papel exercido pelos leigos em Direito, ou como Bourdieu (1989) se refere, os *profanos*. O campo jurídico impõe uma divisão para aqueles que, embora participem do jogo de forças, dele mantêm-se excluídos por não compartilharem o domínio sobre os códigos requeridos por esse espaço social, ou seja, considerando *profanos* aqueles agentes que não dominam o *habitus* linguístico que confere capital que os autorize a dizer o direito. Para o autor, esse distanciamento não é acidental, “ele é constitutivo de uma relação de poder”

transmitida, a começar, pela própria linguagem, a exemplo das “colisões homonímicas”³⁴ (Bourdieu, 1989, p. 227).

Com efeito, o conteúdo prático da lei que se revela no veredicto é o resultado de uma luta simbólica entre profissionais dotados de competências técnicas e sociais desiguais, portanto, capazes de mobilizar, embora de modo desigual, os meios ou recursos jurídicos disponíveis, pela exploração das “regras possíveis”, e de os utilizar eficazmente, quer dizer, como armas simbólicas, para fazerem triunfar a sua causa [...]. (Bourdieu, 1989, p. 224).

A eficácia simbólica da decisão judicial é legitimada a partir do seu reconhecimento social que, em parte, se sustenta na crença de que o Direito seja um sistema capaz de suprir a administração dos conflitos sociais. Adentrar esse campo supõe uma aceitação tácita das regras que conformam a sua estrutura. A descrição do tribunal como um espaço que converte o conflito em diálogo de peritos e o processo em um “progresso ordenado com vista à verdade”, é uma “boa evocação de uma das dimensões do efeito simbólico do ato jurídico como aplicação prática, livre e racional de uma norma universal e cientificamente fundamentada” (Bourdieu, 1989, p. 228).

O campo judicial é o espaço social organizado no qual e pelo qual se opera a transmutação de um conflito direto entre partes diretamente interessadas no debate juridicamente regulado entre profissionais que atuam por procuração e que têm de comum o conhecer e o reconhecer da regra do jogo jurídico, quer dizer, as leis escritas e não escritas no campo. (Bourdieu, 1989, p. 229).

Contudo, Bourdieu (1989) defende que a previsibilidade e a calculabilidade do Direito, mediante a perspectiva do *direito racional*³⁵, na realidade, se devem à constância e homogeneidade dos *habitus* jurídicos – vivências semelhantes em nível familiar e institucional – que irão funcionar como “categorias de percepção e apreciação que estruturam a percepção e a apreciação dos conflitos correntes”, orientando a prática. Dessa forma, homologias³⁶ existentes entre os juristas e as classes dominadas podem servir para transformar o Direito, comprovando-se, dessa maneira, a força que o mundo social exerce sobre ele.

³⁴ Bourdieu se refere aos mal-entendidos provocados pelo uso inadequado da linguagem do Direito, a qual atribui significados jurídicos diversos às mesmas palavras utilizadas na linguagem de senso comum, dando como exemplo a palavra “causa”.

³⁵ No que tange ao termo, Bourdieu (1989) faz uma referência aos estudos jurídicos de Max Weber (1864-1920).

³⁶ Bourdieu (1989) explica como ramos do Direito foram adquirindo legitimidade no campo jurídico a partir de momentos historicamente determinados (principalmente a partir da segunda metade do século XIX) como, por exemplo, o Direito Comercial, o Direito Trabalhista e os Direitos Sociais.

Os juristas que têm afinidades com as classes dominadas são capazes de, eventualmente, transformar o direito em favor dessas classes. De fato, essas homologias são o motor de transformação do direito. O aumento do poder dos grupos menos privilegiados ou de seus representantes (partidos ou sindicatos) no campo social também implica uma transformação do direito. (Sckell, 2016, p. 165).

Segundo Bourdieu (1989, p. 239), o Direito é um poder simbólico capaz de produzir efeitos no mundo social ao dar a legitimidade necessária às palavras, aos atos e aos agentes, garantindo-lhes o reconhecimento social, ou seja, “a possibilidade real de aceder à existência plena, conhecida e reconhecida”, precisando, contudo, estar fundamentado na realidade. Dessa forma, é importante entender que o Direito, por sua vez, também é produzido pelo mundo social, mesmo que esta produção se dê conformada aos limites de estruturas preexistentes.

Os esquemas de percepção e de apreciação que estão na origem da nossa construção do mundo social são produzidos por um trabalho histórico coletivo, mas a partir das próprias estruturas deste mundo: estruturas estruturadas, historicamente construídas, as nossas categorias de pensamento contribuem para produzir o mundo, mas dentro dos limites da sua correspondência com estruturas preexistentes. (Bourdieu, 1989, p. 238).

Para Sckell (2016, p. 170), embora os trabalhos de Bourdieu ainda tenham sido pouco discutidos, ele contribui para uma “reflexão renovada sobre o direito”. A obra de Bourdieu demonstra como as lutas simbólicas travadas no campo são na realidade *lutas por reconhecimento*, sendo este um conceito central em sua teoria social (Lazzeri, 2012 apud Sckell, 2016, p. 171).

[...] Toda alteração na estrutura de um campo decorre de lutas que articulam a estrutura social e a história, possuindo uma dimensão simbólica na medida em que visam a alterar o capital simbólico dos agentes. [...] A conduta dos agentes é interpretada não como uma mera consequência da sua posição na estrutura social, mas Bourdieu considera o ponto de vista que os próprios agentes têm sobre sua posição social, bem como a maneira que tem de transformar as estruturas. (Lazzeri, 2012 apud Sckell, 2016, p. 172).

Assim, segundo Lazzeri (2012 apud Sckell, 2016), o agente buscará aumentar seu capital social, se as relações empreendidas no campo acarretarem sua depreciação social. Nesta busca por mais capital simbólico, o agente motiva-se a entrar no conflito a fim de conquistar reconhecimento e, então, angariar posições mais altas na estrutura do campo.

Diante do quadro teórico apresentado, torna-se possível compreender o espaço onde se realizam as práticas jurídicas cujos agentes concorrem,

continuamente, mobilizando o capital de que dispõem com o intuito de manterem ou ascenderem posições na estrutura do campo da qual fazem parte. O campo jurídico, especificamente, ao longo da história, adquiriu um alto estatuto no campo de poder mais abrangente, ao menos, nas sociedades ocidentais como um todo. Lutas de posições pela consecução da hegemonia, da distinção, do direito de “dizer o direito” e de estabelecer a verdade sobre as coisas são aspectos inerentes às relações de poder imbricadas neste campo, cujo entendimento é de suma relevância.

É no campo jurídico que se compreende a prática jurídica do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas, uma atividade recém-construída em um cenário de concorrências e muitas disputas por legitimidade. Embora, no Brasil, tenha partido de uma iniciativa individual, o depoimento especial foi absorvido institucionalmente de uma forma muito rápida pelo Direito, conquistando, neste percurso, apoio e oposição de agentes representantes deste e de outros ramos de conhecimento. Neste campo de disputas, destacam-se além do Direito, o Serviço Social e a Psicologia, disciplinas tradicionalmente chamadas a subsidiar decisões judiciais por seus saberes específicos acerca da realidade social e da subjetividade dos indivíduos envolvidos nas lides, respectivamente.

Dessa forma, o depoimento especial configura-se como um novo espaço de práticas onde passam a concorrer saberes diversos do Direito, agregando novos capitais e novos *habitus* ao jogo de forças travado em um campo historicamente estruturado pelo *habitus* jurídico. Ao estrito cumprimento dos requisitos do processo legal, unem-se interesses legitimados social e historicamente e, portanto, conhecidos e reconhecidos, ao menos em nível de discurso oficial: o dever da proteção de crianças e adolescentes e o direito em garantir-lhes que suas opiniões sejam escutada e levadas em consideração.

3.2.

A construção da verdade e o poder de punir: sob a perspectiva de Michel Foucault

Para melhor entendimento sobre a construção social do procedimento de inquérito como meio de prova, Foucault (2002) apresenta uma reflexão sobre a obra “Édipo Rei”, escrita pelo filósofo Sófocles, a qual, segundo ele, constitui-se como primeiro registro de prática jurídica no qual fragmentos de relatos são reunidos para

formar uma verdade. Na tragédia grega, os testemunhos dos servos corroboram com aquilo que os deuses e semideuses, por meio da profecia, já haviam predito sobre o destino do personagem Édipo. Ressalta-se que, na tragédia, os servos, só tiveram a oportunidade de falar porque foram testemunhas oculares e participaram dos acontecimentos passados da vida do rei. Segundo Foucault (2002), a obra representa uma cisão entre o poder absoluto, representado por Édipo, e o conhecimento, ou seja, a verdade. Édipo, apesar de seu poder em excesso, na realidade, provou-se um homem ignorante que desconhecia a verdade real, e que, então, estava destituído de conhecimento.

De acordo com Foucault (2002), embora os “jogos de prova” tenham persistido por muitos séculos na história ocidental, seja pela crença na onisciência dos deuses, pela palavra, pela honra ou pelos duelos, essas práticas judiciais – onde os árbitros não definiam a verdade, apenas fiscalizavam o ato – desaparecem no final do século XII e no decurso do século XIII para dar lugar a uma forma racional de prova, dentro da qual o inquérito se torna um método para produzir a verdade por meio de convencimento.

Para o autor, passou a ser necessário um poder externo, posicionado acima dos litigantes, para que se regulassem as lides nas relações mercantis durante a Idade Média, impedindo que os bens comercializados ficassem à mercê da guerra e da conquista. A partir de então, os jogos de prova deixariam de ser aplicáveis, principalmente, porque as riquezas do Estado e do soberano também se encontravam em jogo e, portanto, não poderiam ficar sob o jugo de um duelo ou um desafio.

Assim, conforme Foucault (2002), o inquérito teve uma dupla origem: administrativa, intimamente relacionada *inquisitio*³⁷; e religiosa, com a prática do inquérito da Igreja medieval. O autor considera que este procedimento passou a ser adotado, não por mero progresso da racionalidade, mas pela decorrência de “toda uma transformação política, uma nova estrutura política que tornou não só possível,

³⁷ “Trata-se de um modelo de inquérito que tinha existido na época do Império Carolíngio. Quando os representantes do soberano tinham de solucionar um problema de direito, de poder, ou uma questão de impostos, de costumes, de foro ou de propriedade, procedia-se a algo perfeitamente ritualizado e regular: a *inquisitio*, o inquérito. O representante do poder chamava pessoas consideradas capazes de conhecer os costumes, o Direito ou os títulos de propriedade. Reunia estas pessoas, fazia com que jurassem dizer a verdade, o que conheciam, o que tinham visto ou o que sabiam por ter ouvido dizer. Em seguida, deixadas a sós, estas pessoas deliberavam. Ao final dessa deliberação pedia-se a solução do problema.” (Foucault, 2002, p. 68-69).

mas necessária a utilização desse procedimento no domínio judiciário” (Foucault, 2002, p.72).

O inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício do poder que, por meio da instituição judiciária, veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir. O inquérito é uma forma de saber-poder. É a análise dessas formas que nos deve conduzir à análise mais estrita das relações entre os conflitos de conhecimento e as determinações econômico-políticas. (Foucault, 2002, p. 78).

Fins do século XVIII e início do século XIX, para Foucault (2002), é o período em que a sociedade contemporânea assume um caráter disciplinar, principalmente, em face da reorganização do sistema judiciário e penal, não só na Europa, mas em todo o mundo. As transformações na sociedade alcançaram a teoria penal com a proposta de desvincular o crime da falta moral ou religiosa, passando a exigir um poder político legislador que estabelecesse quais condutas estariam submetidas a penalidades. Tais condutas, formalmente, desassociadas da moral e do pecado, a partir de então, seriam consideradas danos à sociedade, e o criminoso, um “inimigo social”.

A lei penal, então, assume um sentido de maior ajustamento dos indivíduos, ou seja, “um controle, não tanto sobre se o que fizeram [...] está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que são capazes de fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer” (Foucault, 2002, p. 85).

Foucault (1987) contribui de forma decisiva para a compreensão acerca das sanções aplicadas a esses indivíduos que rompiam a ordem social estabelecida. Para o autor, a pena, que antes tinha um caráter de espetáculo público de castigo corporal, na virada para o século XIX, assume a forma de ato procedimental. O suplício passou a adquirir um aspecto social negativo fazendo com que a pena aplicada causasse um repúdio até maior do que o próprio crime, e, por vezes, transformando o supliciado em “objeto de piedade e admiração” (Foucault, 1987, p. 12-13).

A punição vai se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro [do suplício]; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício. (Foucault, 1987, p. 13).

Segundo Foucault (1987, p. 18-19), há um “deslocamento do objeto da ação punitiva”, para além do respeito à dignidade humana, não sendo mais somente o corpo a quem se dirige a punição, mas à *alma*: “à expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”. Conforme o autor, buscar-se-á identificar “até que ponto a vontade do réu estava envolvida no crime”, qualificando não só o ato, mas também o indivíduo, não se tratando apenas do que fizeram, mas do que “eles são, serão, ou possam ser” (p. 20).

Assim, novos saberes vão se incorporando ao julgamento. “A sentença que condena ou absolve não é simplesmente um julgamento de culpa, uma decisão legal que sanciona; ela implica uma apreciação de normalidade e uma prescrição técnica para uma normalização possível” (Foucault, 1987, p. 22).

O juiz passa a não julgar mais sozinho, “pequenas justiças e juízes paralelos se multiplicaram em torno do julgamento principal” que passa a contar com profissionais de diversos ramos do conhecimento, os quais, junto ao magistrado, “fracionam o poder legar de punir” (Foucault, 1987, p. 22). Assim como o controle penal punitivo não pode ser efetuado somente pela justiça, “mas por uma série de outros poderes laterais, à margem da justiça”: polícias, instituições psicológicas, psiquiátricas, médicas, pedagógicas, entre outras (Foucault, 2002, p. 86). Todo esse aparato de controle social materializado em uma gama de instituições a serviço do poder judiciário, vai complementar o sentido dado por Donzelot (1986) ao complexo tutelar dedicado ao controle e vigilância das famílias e da infância.

Toda essa rede de um poder que não é judiciário deve desempenhar uma das funções que a justiça se atribui neste momento: função não mais de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades. Entramos assim na idade do que eu chamaria de ortopedia social. Trata-se de uma forma de poder, de um tipo de sociedade que classifico de sociedade disciplinar por oposição às sociedades propriamente penais que conhecíamos anteriormente. É a idade do controle social. (Foucault, 2002, p. 86).

Foucault (1987) observa, então, que a justiça criminal se dará a partir de um diferente ponto de aplicação, constituindo novos objetos, um “novo regime de verdade”, além do desempenho de novos papéis. “Um saber, técnicas, discursos ‘científicos’ se formam e se entrelaçam com a prática do poder de punir” (Foucault, 1987, p. 23). A complexidade que passa a envolver o sentido social da pena faz com

que se unam ao complexo jurídico outros saberes e ações que resultarão no aparato judicial multidisciplinar contemporâneo.

3.3.

Do depoimento sem dano ao depoimento especial

Conforme já mencionado na introdução deste trabalho, nota-se que a oitiva judicial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes adquire importância social a partir da experiência gaúcha, no ano de 2003, quando passou a ser tema de estudos e debates acadêmicos e profissionais. Até então, conhecida como “depoimento sem dano”, essa prática jurídica justificava-se na necessidade em proporcionar um ambiente mais acolhedor para que a vítima ou testemunha pudesse oferecer um relato mais confiável sobre o acontecimento que ocasionou a demanda judicial. Dessa forma, além de possibilitar uma narrativa válida para a construção do fato jurídico a ser analisado, garantindo os direitos fundamentais do acusado à ampla defesa e ao contraditório, o procedimento visava a proteger a vítima dos possíveis danos ocasionados pela “revitimização”, ou seja, a rememoração do sofrimento causado pela violência.

O “depoimento sem dano” se materializou quando, na experiência gaúcha, o magistrado responsável considerou que a tomada do depoimento no formato tradicional de audiência era um procedimento muito danoso para crianças e adolescentes submetidos a ele. O novo método, portanto, constituía-se em uma prática judicial com vistas a reduzir os danos causados aos depoentes, além de melhorar a qualidade da prova testemunhal.

Em outros países já vinham sendo aplicados métodos alternativos para as oitivas judiciais³⁸, como na França, Espanha e Argentina (César, 2007), África do Sul, Austrália, Canadá e Chile (Santos; Gonçalves, 2008)³⁹. Essa preocupação se

³⁸ A Resolução n.º 40/34 expedida pela ONU, em 29 de novembro de 1985, já afirmava a necessidade de adoção de medidas que garantissem o reconhecimento universal, em nível nacional e internacional, dos direitos das vítimas de criminalidade e do abuso de poder (Ramos, 2019).

³⁹ Dentre as experiências citadas, é importante mencionar que outros países, como os Estados Unidos, Israel e Inglaterra, já vinham conduzindo formas diferenciadas de oitivas judiciais de crianças, embora de forma diversa ao modelo majoritário seguido no Brasil. Para conhecer o detalhamento dessas experiências, ver o estudo de Benedito Rodrigues dos Santos e Itamar Batista Gonçalves, publicado em 2008: *Depoimento sem medo (?) - Culturas e práticas não-revitimizantes: uma cartografia das experiências de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes*.

demonstrava preponderante no campo da defesa dos direitos de crianças e adolescentes, principalmente após a CDC⁴⁰ ter trazido, em seu artigo 12, o direito da criança⁴¹ a expressar suas opiniões e a ser ouvida em todo processo que viesse a lhe afetar, fosse judicial ou administrativo, conforme se demonstra a seguir:

(1.) Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e maturidade da criança.

(2.) Com tal propósito, se proporcionará à criança, em particular, a oportunidade de ser ouvida em todo processo judicial ou administrativo que afete a mesma, quer diretamente quer por intermédio de um representante ou órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional. (ONU, 1989).

Em 2005, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas editou a Resolução n.º 20, estabelecendo as “Diretrizes para a justiça em assuntos envolvendo crianças vítimas ou testemunhas de crimes” e recomendando aos Estados-membros que elaborassem legislações, procedimentos, políticas e práticas que levassem em conta o preconizado no documento em questão. Essa resolução teve por objetivo estabelecer “boas práticas” judiciais a serem assumidas no atendimento de crianças vítimas ou testemunhas de crimes, trazendo em seu texto princípios norteadores, definições e direitos. Dentre os princípios, destaca-se o princípio do direito à participação que se descreve abaixo:

Todas as crianças têm, segundo o direito processual nacional, o direito de expressar livremente, com as suas próprias palavras, os seus pontos de vista, opiniões e crenças, e contribuir especialmente para as decisões que afetam a sua vida, incluindo as tomadas em qualquer processo judicial, e ter esses pontos de vista levados em consideração de acordo com a sua capacidade, idade, maturidade intelectual e condição de desenvolvimento. (ECOSOC, 2005).

A partir de então, a oitiva judicial de crianças e adolescentes passava a contar com um documento internacional que instava aos Estados-membros a tomada de providências quanto às diretrizes a serem assumidas em suas práticas judiciais internas.

⁴⁰ A CDC foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil, por meio do Decreto n.º 99.710, em 21 de novembro de 1990.

⁴¹ A CDC, em seu artigo 1º, considera “criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade”, à exceção dos casos previstos legalmente, nos quais a maioridade seja alcançada antes.

Alguns estudos feitos à época, cujos debates constituem assunto do próximo tópico deste capítulo, mostravam-se nitidamente contrários à prática, servindo de amparo para decisões dos conselhos profissionais de Serviço Social e Psicologia e aquecendo o debate e as polêmicas acerca das finalidades do “depoimento sem dano”, visto que, com o tema em ascensão no campo judiciário, a expansão dessa prática se consolidava em outros estados brasileiros.

A Recomendação n.º 33 do CNJ nomeou a escuta judicial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes como depoimento e especial, orientando aos tribunais que adotassem a tomada de depoimento vídeo-gravado, onde o depoente seria ouvido em “ambiente separado da sala de audiências e com a participação de profissional especializado para atuar nessa prática”.

Em abril de 2017, a lei n.º 13.431, que entrou em vigor um ano depois, trouxe à forma legal a definição de quatro formas de violências cometidas contra crianças e adolescentes, conforme prevê o artigo 4º: a violência física; a violência psicológica; a violência sexual e a violência institucional. Por meio dela, o depoimento especial se tornou um instrumento jurídico e o seu uso tem sido justificado, principalmente, devido à complexidade que envolve os crimes sexuais contra crianças e adolescentes, embora esse público seja destinatário de tantas outras formas de violência.

Ressalta-se que a lei federal n.º 13.010/2014⁴² já havia inserido no ECA o texto do artigo 70-A que estipulava a ação articulada dos entes federativos na “elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação”, observando-se que o inciso II do referido artigo propunha a “integração” entre o sistema de justiça, conselhos tutelares, conselhos de direitos e entidades não governamentais. Nota-se, no entanto, que a rede de proteção à violência já engendrada no estatuto, ainda carecia de ações afirmativas que fizessem reconhecer a imposição da medida.

⁴² A lei federal n.º 13.010, publicada em 26 de junho de 2014, ficou conhecida como a Lei do Menino Bernardo, pois foi votada após a imensa repercussão social decorrente da história de Bernardo Boldrini, de 11 anos, assassinado pela madrasta, pelo pai e outros cúmplices. O caso teve ampla notoriedade na imprensa e destaca-se, principalmente, pelo fato de a própria criança ter recorrido por diversas vezes aos órgãos de proteção e de justiça de seu município, todavia, sem que tivesse seu discurso validado, muito em razão da posição social que seu pai ocupava na comunidade como médico conhecido.

A lei n.º 13.431/2017 trouxe em seu corpo a descrição que faltava para que órgãos e entidades se movimentassem para a prestação de serviços de maneira adequada às peculiaridades de crianças e adolescentes. Todavia, é importante observar que esta lei trata de um sistema autônomo do SGDCA planejado a partir do ECA, conforme já alertava Nogueira Neto (2005), com potencial para reforçar a dicotomia que paira sobre a infância e a juventude no Brasil desde os antigos códigos de menores, a depender da direção social que lhe seja aplicada.

Já não é apenas o enraizamento cultural da doutrina “menorista” que vem interferir na integralidade de ações previstas no ECA, mas o próprio desmembramento do SGDCA, fazendo surgir um ramo específico da proteção concebido sob a ótica da violência, e que se constitui com força de diploma legal desvinculado do Estatuto. São muitos os aspectos que contribuíram e ainda contribuem para que, até os dias atuais, o SGDCA não tenha sido implementado de forma efetiva, abrindo espaço para que um sistema de garantias autônomo seja desenhado e formalizado, apartado do ECA e com o foco na violência.

Com a aprovação da lei n.º 13.431/2017 e consolidação do SGDCAVTV, segundo Digiácomo e Digiácomo (2018, p. 5), “pela primeira vez, a lei se refere expressamente à necessidade da instituição (formal/oficial) e organização da ‘rede de proteção’ à criança e ao adolescente”. Segundo esses autores, a lei preocupa-se em “erradicar [...] o amadorismo no atendimento” e tornar eficiente a “atuação dos órgãos de repressão e proteção, buscando a responsabilização dos autores de violência na esfera criminal, sem causar danos colaterais às vítimas ou testemunhas” (p. 6).

Para Digiácomo e Digiácomo (2018, p. 6), a referida lei evoca uma “ampla mudança cultural”, uma vez que requer o empenho de setores da Segurança Pública e da Justiça, agentes de potencial resistência em face de suas funções tradicionais. A lei demanda que a polícia envide “esforços investigativos” e os operadores do direito equilibrem as intervenções de modo a oferecer proteção a crianças e adolescentes, ao mesmo tempo, garantindo o pleno exercício do direito à ampla defesa técnica e ao contraditório, direitos fundamentais do indivíduo, estabelecidos como cláusulas pétreas⁴³ da Constituição Federal de 1988.

⁴³ As cláusulas pétreas são dispositivos que não podem ser alterados por emendas à Constituição Federal, a não ser que tais emendas tenham o objetivo de ampliar ou estender o direito. No entanto,

No entanto, embora o documento tenha trazido dispositivos que poderiam contribuir com a consolidação de um atendimento integrado para a proteção de vítimas ou testemunhas, em sua maioria, tratava-se de medidas que seriam adotadas a critério do poder público, ou seja, eram dispositivos destituídos de caráter obrigatório⁴⁴. Isso refletia o quanto o tema dependia de vontade política do poder público e delineava a forma diferenciada como o processo seria instalado pelos estados do Brasil. Estando a decisão sobre aplicação de recursos e criação de equipamentos que atendam aos requisitos da lei incumbida ao poder discricionário da administração pública, a redução de investimentos sociais em políticas de prevenção à violência e a ausência/sucateamento do SGDCA somente contribuem para a valorização do depoimento especial como um método solucionador em face da ausência de políticas públicas preventivas. Contudo, esta prática pode ser compreendida como uma solução paliativa e limitada se contraposta à necessidade de se garantir acesso universal de crianças e adolescentes a programas, serviços e atendimentos de qualidade.

Alguns tribunais priorizaram a instalação de varas especializadas em crimes contra crianças e adolescentes. Até maio de 2019, segundo levantamento⁴⁵ apresentado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, havia dezessete varas especializadas⁴⁶ em crimes contra crianças e adolescentes instaladas no país. Em tribunais de outros estados, como o TJERJ e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), tornaram prioritária a instalação de salas de depoimento especial para o uso compartilhado entre as varas. O TJERJ, por exemplo, vem ampliando o número de salas de depoimento especial desde a instituição do NUDECA em outubro de 2012⁴⁷, cuja primeira sala foi instalada no

em caso de elaboração de uma nova Constituição, mediante o poder originário de uma nova Assembleia Constituinte, as cláusulas pétreas poderão ser redefinidas de maneira diversa à da Constituição anterior.

⁴⁴ O caráter não obrigatório da implementação dos serviços especializados do SGDCAVTV pode ser observado na leitura dos artigos 15 ao 17, 19 e 23 da Lei n.º 13.431.

⁴⁵ O levantamento foi apresentado pelo Representante do Ministério Público, Rodrigo Medina, em palestra proferida no evento “Painéis de temas contemporâneos da infância e da Juventude” realizado em 27 de maio de 2019 e organizado pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Infância e Juventude (CAOInfância/MPRJ) e pelo Instituto de Estudos e Pesquisas (IEP/MPRJ).

⁴⁶ Até maio de 2019, os estados que contavam com, pelo menos, uma vara especializada em crimes contra crianças e adolescentes eram: Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Maranhão, Rondônia, Pará, Pernambuco, Ceará, Bahia, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte e Amazonas.

⁴⁷ O NUDECA/TJERJ foi instituído pelo Ato Executivo n.º 4297, de 17 de outubro de 2012.

fórum central da comarca da capital com vistas ao assessoramento de juízes de competência de família, de infância e juventude, e criminal.

Todavia, ressalta-se que, a exemplo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), existem, ainda, práticas diferenciadas do depoimento especial que está preconizado na lei n.º 13.431/2017. Neste tribunal, se optou por tornar o ambiente da audiência tradicional mais acolhedor, argumentando-se que “negar à vítima o seu direito de falar em juízo com suas próprias palavras, pode lhe transmitir a ideia de que os adultos não querem ouvi-la [...] além de infringir o artigo 12 da Convenção” (Nunes, 2018). O protocolo que rege esse procedimento vem sendo aplicado na Vara de Infrações Penais Contra Crianças, Adolescentes e Idosos e Infância e Juventude, localizada na comarca de Curitiba, por meio da manutenção do formato da audiência tradicional, contudo, com capacitação dos operadores do Direito, entrega de manual de orientação de conduta para advogados, manual de orientação para as famílias e para a vítima, realização de *rappport* com a vítima pelo Setor de Psicologia em momento prévio à oitiva, retirada do réu da sala de audiência no momento da tomada do depoimento, entre outras ações (Nunes, 2018).

A lei n.º 13.431/2017 estabeleceu dois procedimentos principais: a escuta especializada e o depoimento especial. Ambos demandam a capacitação dos profissionais envolvidos na sua execução. A escuta especializada, cujos procedimentos estão mais detalhados no decreto federal n.º 9.603 de 2018⁴⁸, trata da escuta extrajudicial realizada pela rede de proteção e conduzida por profissional qualificado, conforme o artigo 19 e 20 do referido decreto:

Art. 19. A escuta especializada é o procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima ou da testemunha de violência, para a superação das consequências da violação sofrida, limitado ao estritamente necessário para o cumprimento da finalidade de proteção social e de provimento de cuidados.

[...]

§ 3º O profissional envolvido no atendimento primará pela liberdade de expressão da criança ou do adolescente e sua família e evitará questionamentos que fujam aos objetivos da escuta especializada.

§ 4º A escuta especializada não tem o escopo de produzir prova para o processo de investigação e de responsabilização, e fica limitada estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade de proteção social e de provimento de cuidados.

⁴⁸ O Decreto federal n.º 9.603 foi assinado em 10 de dezembro de 2018 e regulamentou a lei n.º 13.431 de 2017.

Art. 20. A escuta especializada será realizada por profissional capacitado conforme o disposto no art. 27. (Brasil, 2018).

O depoimento especial, por sua vez, é realizado em âmbito policial ou judicial e, conforme o decreto supracitado, tem a finalidade de produção de provas:

Art. 22. O depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária com a finalidade de produção de provas.

§ 1º O depoimento especial deverá primar pela não revitimização e pelos limites etários e psicológicos de desenvolvimento da criança ou do adolescente.

§ 2º A autoridade policial ou judiciária deverá avaliar se é indispensável a oitiva da criança ou do adolescente, consideradas as demais provas existentes, de forma a preservar sua saúde física e mental e seu desenvolvimento moral, intelectual e social.

§ 3º A criança ou o adolescente serão respeitados em sua iniciativa de não falar sobre a violência sofrida. (Brasil, 2018).

Observando o decreto n.º 9.603/2018, nota-se que houve uma preocupação do legislador em suprir algumas lacunas deixadas pela lei n.º 13.431/2017, tanto pela tentativa em descrever o modo de execução desses procedimentos, quanto em inibir seu uso excessivo ou equivocado. Contudo, é importante ressaltar que a escuta especializada e o depoimento especial não podem ser tomados como substitutivos emergenciais ou paliativos para suprir a carência de políticas públicas sociais, nem para corrigir a insuficiência da articulação da rede de atendimento.

A condenação criminal e o tratamento humanizado da criança durante o processo criminal não esgotam a política pública de proteção de crianças, pois o depoimento especial é apenas um recorte direcionado ao Poder Judiciário, que não mais deverá ouvir a criança em sala de audiência tradicional. A política de atendimento integral à criança exige a participação dos órgãos de assistência social e de saúde em harmonia com as agências de persecução criminal. (Campos, 2019, p. 54).

Nesse sentido, é de suma importância que as ações sejam executadas de forma integrada, sob uma perspectiva de transversalidade, para que uma rede de proteção articulada possa promover a interação profissional de várias áreas do conhecimento e o atendimento adequado às crianças e adolescentes vítimas de violência, observando sua condição peculiar de desenvolvimento.

Um princípio norteador da construção de um sistema de garantia de direitos é a sua transversalidade. [...] A organização e as conexões desse sistema complexo supõem, portanto, articulações intersetoriais, interinstâncias estatais, interinstitucionais e inter-regionais. Supõem também ausência de acumulação de funções — o que exige uma definição clara dos papéis dos diversos atores sociais, situando-os em eixos estratégicos e inter-relacionados; integralidade da ação, conjugando transversal e

intersetorialmente as normativas legais, as políticas e as práticas, sem conformar políticas ou práticas setoriais independentes. (Baptista, 2012, p. 5).

Dessa forma, o depoimento especial passaria a ser apenas um instrumento a mais em meio a tantos outros que visam à proteção e à garantia de direitos, e, possivelmente, não seria considerado um objeto tão controverso e polêmico. Considera-se que a desarticulação da rede de serviços em face dos sucessivos cortes nos investimentos sociais ocorridos nos últimos anos, deixa à mostra a fragilidade dos planos governamentais de proteção integral às crianças e adolescentes, dentre os quais, destacam-se o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, atualizado em 2013, e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, aprovado em 2006.

Em novembro de 2019, o CNJ expediu a Resolução n.º 299 que buscou suprir algumas dessas lacunas dispondo sobre o SGDCAVTV no que tange à atuação dos tribunais. A referida resolução convoca os magistrados a uma atuação efetiva nesse campo, bem como estabelece prazos estritos dentro dos quais os tribunais deverão realizar estudos e tomar as providências necessárias para o atendimento dessas determinações. Em suma, a resolução, dentre outras questões, estabelece a implantação obrigatória de salas de depoimento especial em todas as comarcas do território nacional, assim como estabelece prazo para o levantamento de dados acerca da distribuição de processos que envolvem violência contra crianças e adolescentes a fim de definir a quantidade necessária de varas especializadas na matéria. Outro importante ponto a ser destacado nesta resolução refere-se à obrigatoriedade da capacitação adequada dos magistrados e dos profissionais para a realização do depoimento especial.

A prática do depoimento especial legitimou-se no Brasil, tendo sido disseminada no território nacional, mesmo antes da existência de lei, a partir da prática do tribunal gaúcho. Mesmo com discussões polarizadas em opiniões contrárias e favoráveis entre os profissionais de Serviço Social, Psicologia e Direito, é preciso reconhecer que a escuta judicial de crianças avançou no sistema de justiça como uma prática judiciária relevante e que, atualmente, encontra-se em pleno exercício.

3.3.1.

Escuta, proteção e depoimento: debates e controvérsias

Embora Cézar (2007, p. 56) defenda que o depoimento especial tenha entrado na prática judicial brasileira, principalmente, para a resolução de casos que envolvem abuso sexual praticado contra crianças, seus argumentos ainda são intensamente combatidos tanto no meio profissional, como no meio acadêmico. Segundo o autor, este tipo de crime, muitas vezes, não possui testemunhas e não deixa vestígios materiais que possam ser detectados em exames clínicos, sendo o depoimento da vítima, um meio de prova de extremo valor ou até a única prova possível. O autor acrescenta que os métodos tradicionais de depoimento somente colaboravam para tornar essa prova dúbia e frágil e contribuía para a não-responsabilização do acusado.

Conte (2008, p. 220), em seu estudo, ressalta que a iniciativa do depoimento especial (à época, chamado de depoimento sem dano) tem por objetivo, além da melhoria da qualidade da prova para fins de responsabilização dos agressores, constituir-se como uma política de redução de danos, como sugeria o antigo nome. No entanto, a autora alerta para o fato de que a verdade buscada em julgamento, como um critério objetivo, não é da mesma ordem da verdade do testemunho que advém de uma experiência da ordem do traumático, podendo ocasionar sofrimentos ao não se permitir a elaboração psíquica do trauma.

A demanda de validade na fala da criança, quando exposta a um depoimento, evidencia um paradoxo, pois precisa revelar e esconder. Revelar o solicitado quanto ao inquérito (a verdade objetiva) e esconder o acontecido (a vivência subjetiva de dor, vergonha e passivização). O discurso aparece como um sintoma, pois revela e esconde. Nem tudo está disponível no nível simbólico da palavra. Por isso, em um inquérito, há um hiato necessário entre o dito e o não dito. Quando não está respeitado o tempo do que não pode ser revelado – o não dito –, por não haver possibilidade de elaboração psíquica, o que ocorre é chamado de revitimização. (Conte, 2008, p. 220-221).

A autora defende que não se deve confundir realidade material com realidade psíquica. Por vezes, o tempo judicial não corresponde ao tempo necessário para a elaboração de traumas, pois “o que é da ordem do traumático não se inscreve na temporalidade”, cabendo ao psicólogo escolher entre duas formas de intervenção: “insistir no traumático ou buscar a transformação necessária para a elaboração” (Conte, 2008, p. 221).

Elaboração psíquica [...] consiste em que uma inscrição traumática como o abuso (um real que invade a criança) possa adquirir um significante, uma representação, uma fala para que esta criança possa transformar o excesso vivido no real do corpo em uma expressão de símbolo como a fala ou a produção lúdica. Transforma o que é um indício, uma inscrição da violência, em uma representação processada psiquicamente através de recomposição simbólica. (Conte, 2008, p. 221).

Nesse sentido, a autora chama à reflexão sobre o ato da fala na oitiva judicial, à qual não é dedicada intervenção terapêutica em virtude de sua finalidade jurídica de produção de prova. Para Conte (2008), falar em inquérito sem que o *traumático inscrito* tenha sido simbolizado, é uma segunda violência. Assim, a autora questiona a participação do psicólogo no papel de condutor do inquérito ou depoimento, ao encaminhar a fala da criança para a produção de prova jurídica e não para a produção psíquica da vítima, o que a autora apresenta como um problema ético.

[...] A ética que está em jogo é a responsabilidade frente ao sofrimento da criança a ser ouvida. Para tal escuta ser possível, é necessário um enquadre que possibilite uma intervenção psicológica/psicanalítica, uma construção com vistas à elaboração psíquica. (Conte, 2008, p. 223).

Brito (2008, p. 119), reiterando o argumento de Conte (2008), lembra que Sigmund Freud, em 1906, em conferência ministrada a estudantes de Direito, esclareceu não ser adequada “a simples transposição de técnicas e experiências psicológicas à prova legal para obtenção de testemunhos”. A autora, desta forma, problematiza o uso de técnicas psicológicas com fins de alcançar uma verdade objetiva a ser determinada em um único encontro, sem que haja espaço para o estudo psicológico da vítima, do agressor e dos familiares.

Brito (2008) acrescenta que, apesar de seu intuito protetivo, o depoimento sem dano pode revelar-se prejudicial às crianças e adolescentes, visto que a revitimização ocorreria tanto na ausência, quanto no excesso ou na inadequação das intervenções. A busca por “métodos objetivos, precisos, seguros, verídicos, incontestáveis” sugere a prioridade da apuração do fato, onde as perícias técnicas “são vistas com suspeição” (p. 123).

Poder-se-ia, em resumo, admitir que, quando todos os adultos que se ocupam do caso não sabem mais o que fazer para elucidar o crime, convoca-se a criança! Agora, entretanto, o seu direito de se expressar será transformado em obrigação de testemunhar. (Brito, 2008, p. 123).

Diante desses questionamentos, os conselhos profissionais de Serviço Social e de Psicologia movimentaram-se a fim de emitir um posicionamento para as categorias. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), com a finalidade de subsidiar elaboração de resolução que orientasse o exercício profissional de assistentes sociais na temática, convocou a opinião de especialistas do campo sociojurídico acerca do depoimento sem dano. No entanto, os pareceres técnicos que fundamentaram a discussão acerca do assunto também se dividiram.

Fávero (2008), em seu parecer, indica a ausência de debates e de sistematização de conhecimento acerca do tema que surgia como a “grande mágica” que solucionaria as dificuldades dos operadores do Direito quanto à realização da escuta de crianças, bem como a insuficiência dos meios de impedir a revitimização, ou seja, o dano secundário. Souza (2004 apud Fávero, 2008) reitera a importância de se assegurarem os direitos sociais, apontando o acesso às políticas públicas como ação necessária para o desempenho do papel familiar.

Segundo Fávero (2008), nas audiências tradicionais, caso houvesse acordo entre defesa e acusação, a oitiva da vítima poderia ser substituída por avaliação técnica, a fim de que o laudo resultante do estudo restasse como prova a fim de instruir o processo e subsidiar a decisão judicial acerca do fato. Para a autora, isso valoriza a contribuição dos profissionais das equipes técnicas que subsidiam a ação processual mediante laudos embasados em estudos sociais e psicológicos, nos quais esses profissionais têm a possibilidade de exercer sua autonomia e, assim, imprimir em sua intervenção, uma direção social aliada aos preceitos éticos, além de possibilitar a articulação da rede de serviços socioassistenciais.

Com críticas acerca da continuidade de dicotomização da infância “em perigo” e da infância “perigosa”, Fávero (2008) alerta para a valorização da justificativa de participação social das crianças vítimas de abuso sexual, enquanto se relega este direito a outras crianças e a outros adolescentes institucionalizados, por exemplo, em abrigos, ou em cumprimento de medidas socioeducativas. A autora ainda questiona se a grande questão em voga não seria a dificuldade do exercício do diálogo, uma vez que o depoimento sem dano encerra em si uma contradição: “Por que quem tem o dever ‘maior’ de garantir a efetividade da proteção não pode estar face a face com a criança e o adolescente, para com eles dialogar?” (p. 27).

Sendo um profissional que se coloca no espaço ocupacional contraditório do campo sociojurídico, permeado por “coerção, controle, disciplinamento e intervenção”, ao assistente social também está garantida a liberdade e a autonomia técnica no exercício profissional, bem como o compromisso com a efetivação dos direitos sociais (Fávero, 2008, p. 29). Desta forma, a autora indica a importância da realização da intervenção interdisciplinar com profissionais capacitados e supervisionados, além da garantia de políticas públicas comprometidas com a efetivação dos direitos sociais, e considera que não cabe ao assistente social o papel de inquisidor, nem à criança a responsabilidade da produção da prova judicial.

[...] A ideia de proteção posta na intervenção junto à população em diversos espaços de trabalho no âmbito do Poder Público, ou que executam programas a ele vinculados, observa que o direito à privacidade e o direito à proteção – pelo Estado – são colocados em choque no cotidiano da intervenção com famílias, pois esse último, ao mesmo tempo que fornece “recursos e sustentação às famílias”, movimenta “estratégias de controle”. Uma situação que se torna mais complicada “quando se observa que a permeabilidade dos limites da privacidade familiar é diretamente proporcional à vulnerabilidade social”, na medida em que a família pobre está mais sujeita às “visitas domiciliares” em situações que envolvem suspeitas de violência, por exemplo, do que famílias que, por sua condição social diferenciada, conseguem manter sua privacidade, solucionando “suas violências” sem torná-las públicas (Mioto, 2004 apud Fávero, 2008, p. 35-36).

Wolff (2008), em contraposição, argumenta que, com a ampliação da política de atenção às vítimas decorrida a partir da criação de novos mecanismos de proteção, dedicou-se maior atenção à inquirição de crianças e adolescentes, não somente nos tribunais, mas também, nas delegacias, o que anteriormente ao ECA não ocorria, visto que a doutrina menorista os considerava incapazes e o “Estado abarca[va] para si todo o poder e responsabilidade sobre o destino e sobre os destinatários da ‘justiça’” (Wolff, 2008, p. 4). Segundo Dobke (2001 apud Wolff, 2008), os depoimentos assumiam formas inquisitoriais, realidade que motivou operadores de Direito a buscarem métodos alternativos à inquirição tradicional.

Para Wolff (2008), a inquirição da vítima tem o objetivo de produzir provas, garantindo ao réu o direito fundamental ao devido processo legal e a uma condenação justa ou absolvição, se for o caso, sendo a declaração da vítima de suma importância nos casos em que há ausência de provas materiais como comumente ocorre nos crimes sexuais. Paralelo a isso, une-se o fato de que a CDC possui *status*

de emenda constitucional, uma vez que foi ratificada pelo Brasil e constitui-se tratado internacional sobre direitos humanos⁴⁹.

Wolff (2008) defende que, embora os conselhos profissionais de Psicologia e de Serviço Social defendam a possibilidade de laudos e perícias substituírem a fala da vítima, isso não está previsto nas normativas legais, ademais esses documentos são judicialmente valorados como opinião técnica e não como “palavra do ofendido”. A autora ainda acrescenta que

estudos realizados sobre o processo de elaboração de laudos e pareceres técnicos indicam que esses não são garantia de preservação de direitos, já que também estão sujeitos à subjetividade do avaliador e, não raramente, impregnados de preconceitos e pré-concepções sobre o tema tratado ou sobre os sujeitos avaliados. (Baptista, 1997; Carvalho, 2004; Wolff, 2003 apud Wolff, 2008, p. 06).

Segundo Wolff (2008), o depoimento sem dano não introduz um novo procedimento, apenas modifica o já existente, possibilitando mudar o enfoque processual dos trâmites legais e burocráticos, para que a criança possa ser “enxergada” no processo, posto que é direito disposto na CDC e está em consonância com o ECA. Conforme a autora, a proposta de “redução de danos” justifica-se ao criar “condições de trabalho favoráveis ao acolhimento dos sujeitos” e ao transpor o depoimento para um local não opressivo (Conte, 2004 apud Wolff, 2008, p. 7).

Esse procedimento, evidentemente, não anula o sofrimento causado pela agressão e pelas consequências dela decorrentes, entre as quais a de fazer parte de um processo judicial, mas certamente pode evitar danos maiores e imprime à audiência uma característica mais humana. (Wolff, 2008, p. 8).

A autora ressalta, no entanto, que é um trabalho que não está isento de contradições, assim como a própria prática do assistente social no campo jurídico, ao exercer atividades que “oscilam entre constituir-se como um instrumento de garantia de direitos [...] ou como um componente a mais de controle, de burocratização e judicialização do acesso da população aos direitos e às políticas sociais” (p. 10). Cabe ao profissional, portanto, a apropriação do espaço ocupacional de modo que sua atuação esteja orientada pelos princípios ético-políticos da profissão. “O trabalho do Serviço Social centrado no acolhimento da

⁴⁹ O dispositivo decorre da Emenda Constitucional n.º 45 de 2004 que alterou o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, incluindo o parágrafo 3º no inciso LXXVIII.

criança não significa que deva estar revestido de uma postura meramente punitiva em relação ao agressor” (Wolff, 2008, p. 16). A autora ainda destaca que novos estudos sejam realizados para a avaliação e aprimoramento da metodologia.

Nesse embate, embora houvesse, no interior das categorias, assistentes sociais e psicólogos favoráveis à metodologia do depoimento sem dano, o CFESS e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) posicionaram-se contrariamente ao procedimento, expedindo resoluções⁵⁰ que vedavam a participação desses profissionais no ato de inquirição de crianças e adolescente, além de prever a instauração de processo para apuração de falta ética-disciplinar (Pelisoli, Dobke e Dell’Aglío, 2014). No entanto, ambas as resoluções foram suspensas por determinação da justiça federal⁵¹.

No campo profissional e acadêmico, o debate continuou com divergências e disputas. Para Azambuja (2010, p. 271), o Juízo exige da criança que esta repita a experiência traumática que vivenciou, sem considerar os sentimentos que possam vir à tona, aplicando maior valoração à oitiva em detrimento de outros instrumentos técnicos disponíveis e remontando “ao tempo da doutrina da situação irregular”. Para tanto, a autora sugere que sejam aplicadas alternativas interdisciplinares comprometidas com a proteção da criança e o respeito à sua condição de sujeito de direitos. Ela ainda acrescenta que a Justiça Criminal “despreza o exame físico da vítima”, baseando-se “na prova obtida pela inquirição, a qual assumiu valor maior do que a própria prova física” e questiona:

[...] na falta de vestígios físicos, não teria maior credibilidade a avaliação por profissionais da saúde mental, a fim de constatar o dano psíquico causado pela violência sexual no aparato mental da vítima, pessoa em fase especial de desenvolvimento? Qual a credibilidade de uma “verdade” extraída através da inquirição, com o objetivo de produzir prova? Por que não recorrer à perícia realizada por pediatras, atuando de forma interdisciplinar e confiando aos profissionais de diversas áreas do conhecimento a utilização de técnicas próprias de sua área de atuação? (Azambuja, 2010, p. 272).

⁵⁰ O CFESS expediu a Resolução n.º 554 em 15 de setembro de 2009 e o CFP, expediu a Resolução n.º 10/2010 em 29 de junho de 2010.

⁵¹ A Resolução CFESS n.º 554/2009 foi suspensa em abril de 2013 por decisão da Justiça Federal do estado do Ceará (fonte: site do CFESS. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1107>>); e a Resolução CFP n.º 10/2010 foi suspensa em julho de 2012 por decisão da Justiça Federal do estado do Rio de Janeiro (fonte: <<https://site.cfp.org.br/nota-sobre-a-suspensao-da-resolucao-cfp-no-102010/>>).

Para Hoffmeister (2012), a oitiva judicial de crianças e adolescentes vinha se constituindo como espaço de prática profissional para o Serviço Social no campo sociojurídico, não sendo possível “conceber que esta intervenção do Conselho Federal de Serviço Social [pudesse] tomar a dimensão que tomou sem, primeiramente, constituir um processo de investigação/pesquisa das condições e relações” do exercício profissional nesta prática específica. A autora defende que se fazia necessário o conhecimento “dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebiam os serviços”, reiterando a necessidade de atuar sobre a realidade como busca de conhecimento (Guerra, 2009 apud Hoffmeister, 2012, p.23).

Para Hoffmeister (2012, p. 184 e 185), os profissionais que atuam junto ao depoimento especial, especialmente os assistentes sociais, têm como finalidade primeira a proteção da criança ou do adolescente submetido à oitiva, bem como sua não revitimização, sendo, portanto, imprescindível a capacitação não só como forma de respeito ao usuário, mas como fator de valorização da intervenção profissional e de recusa da subalternidade nas relações do espaço ocupacional.

Considerando o sistema judiciário brasileiro uma “instituição formal, hostil”, concebida para o atendimento de adultos, ao mesmo tempo, “*impregnada* de autoritarismo e formalidades”, segundo a autora, o assistente social emprega sua força de trabalho com o objetivo de “contribuir para a transformação de diversas situações particulares que se expressam de formas distintas neste espaço ocupacional”, acrescentando que esta inserção “vem se constituindo numa perspectiva de proteção da criança e adolescente” (Hoffmeister, 2012, p. 186 e 187).

O estudo realizado por Hoffmeister (2012, p. 185) aponta o depoimento especial como uma prática de redução de dano, informando que as vítimas indicam sua importância como forma de se expressarem em um ambiente protegido e menos traumático, embora seja inevitável “algum desconforto frente à realização da audiência”. A autora ainda defende:

A busca da verdade, neste sentido, é concebida pelo assistente social como uma verdade histórica, considerando que os motivos que ocasionaram a violência sexual podem ter sido construídos historicamente, identificando, assim, outras demandas da família da criança e/ou adolescente que sofreu abuso sexual para articulação com a rede de serviços visando à garantia de direitos da família na sua integralidade. (Hoffmeister, 2012, p. 187).

Brito e Pereira (2012, p. 288), por sua vez, alertam para uma excessiva valorização do depoimento especial, enquanto as demais provas materiais passaram a ocupar um segundo plano mesmo quando traziam a comprovação da violência, sendo “mencionadas apenas ao final do julgado, quase como um adendo”. As autoras demonstram em seu estudo que o depoimento infantil não foi suficiente para sustentar a condenação de acusados quando ocorriam contradições entre o relato e outros elementos probatórios (por exemplo, outros testemunhos), ou quando o relato da vítima era considerado fantasioso ou apenas uma represália contra o réu, ou pela situação peculiar da vítima (pouca idade, deficiência mental), entre outros aspectos. Para exemplificar, as autoras apontam um julgado em que, mesmo havendo comprovação da violência por outros meios de prova, como os laudos e pareceres, o fato de a vítima não confirmar o abuso foi fator preponderante na absolvição do acusado.

Pelisoli, Dobke e Dell’Aglio (2014), embora defendam claramente a prática do depoimento especial, sugerem que os depoimentos sejam considerados com cautela por parte da justiça, referenciando-se ao estudo supracitado de Brito e Pereira (2012). Além disso, as autoras alertam para que não se transfira para crianças e adolescentes a atribuição de decidir sobre o destino do acusado, uma vez que essa decisão é da “figura jurídica e não da vítima”.

Gloeckner (2016), embora tenha feito uma reflexão anterior ao estabelecimento da lei n.º 13.431/2017, traz à discussão um ponto de vista diferenciado ao pesar os efeitos da valorização do depoimento especial sobre os direitos e garantias do réu. Segundo ele, um “sistema de tensionamento” pode ser encontrado em vários dispositivos processuais penais. Em seu estudo, Gloeckner (2016) aponta que no depoimento especial, por exemplo, estão presentes tanto a defesa do bem-estar da criança e do adolescente⁵² quanto o “desdobramento de técnicas de controle social que apostam na efficientização do sistema de justiça criminal”.

Como controle social seletivo (isto é, que denuncia o caráter inequivocamente fragmentário da intervenção penal – especialmente no campo da criminalização secundária, como é o caso do depoimento sem dano), “a inquirição especial” é anunciada como uma técnica de garantia ou tutela de direitos humanos ou fundamentais (dos *menores* e adolescentes). Contudo, a sua operatividade prática,

⁵² Ressalta-se que o autor, em seu texto, utiliza o termo “menor” para identificar crianças e adolescentes que passam pelo procedimento do “depoimento sem dano”.

por meio de sua eficácia invertida, é responsável por estabelecer uma série de fissuras no sistema constitucional de garantias processuais-penais do imputado. (Gloeckner, 2016, p. 5, grifos nossos).

Gloeckner (2016) afirma que a temática do depoimento se insere no cenário “autoritário” do processo penal e da justiça criminal com o discurso de maior proteção às vítimas, mas tendo uma clara finalidade de “melhoria na produção da prova”. O autor argumenta que a elevação do interesse da vítima a interesse superior aos demais, configuraria uma “hierarquização de um valor em sacrifício de outro” e chama a atenção para o efeito sobre as garantias de direitos dos acusados, segundo ele, o polo mais afetado pela urgência do “eficientismo processual penal” proposto na metodologia do depoimento especial. Gloeckner (2016) questiona de forma incisiva a centralidade alocada na proteção da vítima, argumentando que esta discussão tem como razão fundante uma ideologia punitiva que encobre práticas autoritárias.

A análise apresentada por Gloeckner (2016) tem em seu escopo um posicionamento radicalmente contrário à prática do depoimento especial, embora por razões de ordem diversa daquelas apresentadas pelos conselhos profissionais de Serviço Social e de Psicologia. Essa análise remete à reflexão acerca do paradoxo que envolve a proteção de dois polos antagônicos no direito penal: a garantia aos direitos à ampla defesa e ao contraditório do acusado e a garantia do direito das crianças e adolescentes vítimas à proteção integral.

A dualidade presente nesta relação chama a atenção para o cuidado e a responsabilidade dos agentes que atuam neste campo repleto de tensões latentes, onde a proteção de um polo pode significar sensivelmente a violação do polo oposto. É no limiar desse tensionamento que os agentes do campo inscrevem seus saberes e suas práticas, motivados por interesses, ora concorrentes, ora complementares, com o intuito de construir um discurso sobre os fatos que culminaram em um processo judicial criminal.

Nota-se, portanto, uma intensa disputa por legitimidade que influencia a ação dos agentes e delimita os espaços a serem ocupados na estrutura do campo, além de dificultar um diálogo intra e interdisciplinar que vise ao aprimoramento da prática. Diante desta observação, destacam-se as considerações de Pelisoli; Dobke; Dell’Aglia (2014, p. 8):

[...] sugere-se que a crítica seja transformada em mudança e que posições contrárias, por vezes tão calorosas, conduzam ao aperfeiçoamento. Certamente, o maior benefício e proteção às crianças e adolescentes vítimas não reside no fato de simplesmente defendermos arduamente argumentos e permanecermos firmes em um determinado posicionamento. Estaremos atuando na proteção quando pudermos avançar, trocar conhecimentos e compartilhar informações, não na perspectiva de uma ciência ou área específica, mas num conjunto interdisciplinar que precisa se fortalecer para verdadeiramente proteger.

A atuação dos profissionais envolvidos no depoimento especial não pode estar orientada somente para a proteção unilateral à vítima, tampouco movida pela ânsia de acusação ao réu, mas precisa projetar-se com vistas a compreender a importância de se garantirem os direitos fundamentais a todos os sujeitos envolvidos: à vítima, a proteção integral; ao réu, condições justas para sua defesa.

3.4.

Crime, agressor e vítima: uma relação de desigualdades

A dignidade sexual, atualmente, é reconhecida como bem passível de tutela estatal no ordenamento jurídico brasileiro, devendo, portanto, ser protegida, posto que é direito inerente à pessoa humana. Contudo, é preciso entender que, em termos sócio-históricos, nem sempre foi assim. Torres (2011) demonstra que, até poucos anos atrás, no Brasil, os paradigmas que estruturavam a lei penal estavam permeados por padrões androcêntricos e patriarcais, estabelecendo um “rigoroso controle sobre a expressão da sexualidade feminina”, onde o objetivo principal não se tratava da proteção da mulher, mas sim do controle do exercício de sua sexualidade. Em 2005, apesar da reforma realizada no Código Penal (CP)⁵³, para o autor, o sistema penal continuou convivendo com a ultrapassada concepção de que a sexualidade deveria ser controlada por uma pauta moral de comportamento, segundo padrões ditados por uma ideologia patriarcal.

A dignidade sexual, como um valor fundamental, há muito tempo já deveria ter merecido uma adequada proteção do sistema legal brasileiro. Demorou muito tempo para que o legislador, atuando no âmbito abstrato e formal das leis, promovesse a eliminação ou a modificação daqueles dispositivos penais forjados em uma

⁵³ A título de ilustração, a lei federal n.º 11.106, de 28 de março de 2005, extinguiu a expressão “mulher honesta” presente no título VI do Código Penal de 1940, à época, ainda denominado “Dos crimes contra os costumes”. A partir da reforma promovida pela lei n.º 12.015, de 7 de agosto de 2009, o referido título foi alterado para “Dos crimes contra a dignidade sexual”.

concepção machista, preconceituosa e discriminatória da sexualidade. (Torres, 2011, p. 2).

Em 2009, o Código Penal veio a sofrer uma nova reforma que, segundo Torres (2011), permitiu que “a sexualidade [fosse] reconhecida como um atributo da pessoa humana e como uma expressão de sua dignidade”, tornando os delitos correlatos, crimes contra dignidade sexual. Além disto, as mudanças também ampliaram o alcance das normas. O autor ressalta a importância de conferências mundiais que contribuíram para o entendimento acerca dos direitos sexuais e reprodutivos em uma perspectiva dos direitos humanos, reconhecendo, assim, a necessidade de os Estados garantirem a autodeterminação, igualdade e segurança, principalmente, para mulheres e meninas⁵⁴.

No entanto, para que tais direitos sejam garantidos, principalmente no âmbito do sistema penal, segundo o autor, é preciso enfrentar a ideologia patriarcal que permanece como obstáculo para efetivação dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

Com relação ao tratamento legislativo dado à sexualidade, especialmente no âmbito do direito penal, o sistema jurídico brasileiro sofreu, recentemente, profundas mudanças, mas, de nada adiantará a edição de novos e inovadores dispositivos legais se, ao aplicá-los, os seus intérpretes continuarem acorrentados aos paradigmas que estruturavam os rochedos da antiga sistemática jurídica, construída no terreno pantanoso e traiçoeiro da ideologia patriarcal. (Torres, 2011, p. 1).

Nesse sentido, Torres (2011) reitera o estudo de Drezett et al. (2011) quando considera que as definições legais geralmente supõem que as violências sexuais são impostas mediante aplicação de força física e intimidação. O referido estudo também aponta que as normativas geram a expectativa de uma reação resistiva, a ponto de se evidenciarem marcas de luta física ou quaisquer vestígios do contato sexual violento, passíveis de análise pelos exames médicos. No entanto, segundo os autores, a taxa dos exames concordantes com a queixa da vítima depende de diferentes fatores. Drezett et al. (2011) apontam que, na grande maioria dos casos, há uso de intimidação psicológica em lugar do emprego de força física, conseqüentemente, com baixa incidência de traumatismos físicos. Assim, as especificidades exigidas pelos tipos penais, conforme os autores, passam a reger

⁵⁴ O autor refere-se à Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994 no Cairo, capital do Egito; e à IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995 em Pequim, capital da China.

parâmetros definidores dos exames médicos fazendo com que, por exemplo, apenas 15% dos crimes com penetração vaginal, e 30% com penetração anal, tenham laudos concordantes com as queixas, principalmente, quando se trata de vítimas adolescentes ou em idade adulta. Reitera-se que, mesmo nos casos que envolvem crianças, embora os índices sejam mais altos, há que se considerar a possibilidade de os exames médicos não identificarem vestígios físicos de violência.

Os casos de violência sexual tipificados na legislação penal brasileira são classificados como Crimes Contra a Dignidade Sexual. Entre eles, destaca-se o crime de estupro, caracterizado no artigo 213 como "constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso". Entende-se por violência, o uso de força física suficiente para superar a resistência da vítima. Por grave ameaça se define a ameaça do autor de praticar dano para a vítima, capaz de neutralizar psicologicamente sua reação. A conjunção carnal corresponde exclusivamente à penetração vaginal e o ato libidinoso compreende toda prática sexual diferente da penetração vaginal. O estupro de vulnerável, artigo 217-A, define como crime ter conjunção carnal ou praticar ato libidinoso com menor de 14 anos. Acrescenta o §1º que incorre no mesmo crime quem pratica as mesmas ações contra alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem discernimento para a prática sexual ou que, por qualquer outra causa, não possa oferecer resistência. (Drezett et al., 2011, p. 2-3).

O estudo⁵⁵ também aponta que o percentual de condenações de autores de violência sexual foi maior nos casos em que o exame médico-legal, também chamado de Exame de Corpo de Delito para Conjunção Carnal (ECD), foi concordante à queixa (taxa de 83,3%), enquanto os processos cujos laudos tiveram resultado negativo a taxa de condenação foi de 63,5%. Contudo, são muitos os fatores envolvidos, tanto nas condições materiais existentes para realização do exame, como nas condições sociais e psicológicas da vítima que precisa submeter-se a ele. É importante observar que as circunstâncias específicas em que ocorreu a violência são fatores que interferem no resultado dos laudos e, por fim, tendem a influenciar decisões judiciais para responsabilização e punição dos autores de violência, como, por exemplo, existência ou não de ruptura himenal ou outras lacerações, violência continuada durante longo período, grau de proximidade entre

⁵⁵ O estudo de Drezett et al (2011) analisou 137 prontuários de adolescentes do sexo feminino vítimas de estupro que deram entrada no Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CERCA), cujos processos judiciais haviam sido sentenciados em 1ª instância pelo Poder Judiciário do estado de São Paulo. O período analisado foi de janeiro de 1995 a dezembro de 2004, momento em que o depoimento de vítimas era realizado em formato de audiência tradicional em quase todos os tribunais brasileiros. Recorda-se que as primeiras iniciativas de depoimento no formato da metodologia do "depoimento sem dano" se deram a partir de maio de 2003 na 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Alegre - RS.

a vítima e o autor da violência, tempo decorrido entre o fato e o exame, dificuldade de acesso ao procedimento, precariedade de recursos institucionais, entre tanto outros aspectos que podem influir sobre o resultado do exame.

Drezett et al (2011, p. 6) acrescentam ainda que, na ausência de testemunhas da violência ou na insuficiência do laudo médico-legal, a palavra da vítima adquire importância fundamental, mas defendem que as “declarações devem ser coerentes, seguras e compatíveis com as demais provas e evidências do processo”. Os autores também apontam o psicodiagnóstico e o estudo social, peças regularmente constantes nos processos analisados, como elementos fundamentais para o convencimento do juízo nos casos em que o ECD foi negativo.

A violência sexual é uma das mais antigas expressões da violência de gênero e uma brutal violação de direitos humanos, de direitos sexuais e de direitos reprodutivos. Embora comprometa pessoas de ambos os sexos e em qualquer idade, as evidências apontam que o fenômeno declina contundentemente sobre as mulheres, particularmente as mais jovens e vulneráveis. [...] A violência sexual é um crime fácil de imputar e, ao mesmo tempo, o mais difícil de provar. A medicina limita-se a certezas relativas, nem sempre tão exatas quanto exige a legislação penal. (Drezett et al, 2011, p. 5).

Para Vilhena e Zamora (2004), historicamente, “o estupro é um ato relacionado ao domínio e à submissão das mulheres”, sendo utilizado, inclusive, como um crime de guerra recorrente. Relacionado diretamente com a desigual distribuição de poder nas relações sociais entre homens e mulheres, as autoras apontam que ao movimento feminista coube trazer à tona a discussão acerca do estupro enquanto um “crime de gênero, política sexual e poder”, desmistificando o seu “caráter patológico ou de exceção” (Brownmiller, 1975 apud Vilhena; Zamora, 2004, p. 116).

São muitos os obstáculos para o enfrentamento dessa questão, uma vez que a temática da sexualidade está atravessada de conceitos morais e religiosos. Para Vilhena e Zamora (2004), “o estupro costuma ser reduzido ao privado e essa esfera, como sabemos, tende a ser sacralizada e despolitizada”, por vezes, recaindo sobre a vítima a culpa da violência sofrida.

Para alguns, a denúncia amplia a vergonha da vítima e da família devendo, portanto, ser evitada [...]. Para outros, o estupro, simplesmente, não é da nossa conta. Guardadas na segurança do lar, as “nossas” mulheres sabem se comportar e estão a salvo. Engano. Também o lar, com seus sentimentos privatizantes, pode gerar segredos e silêncios destruidores. As mulheres e meninas são frequentemente estupradas dentro de casa por seus familiares [...]. (Vilhena; Zamora, 2004, p. 118).

O estudo das autoras demonstra que noções de honra, consentimento e comportamento permeiam as decisões judiciais, persistindo em ideias morais que tendem a incutir a culpa do estupro nas próprias vítimas, as quais a internalizam, assumindo “a vergonha como uma impureza permanente” (p. 121).

Se ela está viva e relativamente íntegra é porque não houve oposição suficiente ou, quem sabe, até houve alguma sedução ou prazer no episódio. Por que não fugiu quanto teve uma chance, por que não reagiu agredindo o violador, por que não gritou, por que ficou sozinha com ele? Por que bebeu? Por que pegou carona, se estava de saia curta? (Vilhena; Zamora, 2004, p. 120).

A cristalização das construções culturais que se limitam à percepção biológica sobre os sexos masculino e feminino reduz as possibilidades de entendimento acerca das desigualdades das relações entre homens e mulheres, reforçando mecanismos de um sistema que intensifica essa desigualdade e anula subjetividades. Dessa forma, mantém-se a visão da mulher “frágil, indefesa e capturada, passiva, que se deixa tomar e possuir”, assim como a do homem como potencial violador (Vilhena; Zamora, 2004, p. 126).

As construções históricas não só favorecem a vitimização da mulher, como reforçam a condição masculina na sociedade calcada em um processo de socialização culturalmente fundado em “insensibilidade e violência”, silenciando suas vulnerabilidades, fazendo com que homens, sob a ameaça contra sua masculinidade, rejeitem papéis que foram historicamente considerados pertencentes à natureza feminina, como a dependência, o cuidado, as emoções (Vilhena; Zamora, 2004, p. 122).

Para Bourdieu (2012, p. 45), as representações culturais androcêntricas, biológicas e sociais podem ser entendidas como um senso comum tanto objetivado estruturalmente, quanto impresso nas práticas dos agentes em suas relações, ou seja, pelo *habitus*, o qual funcionará como uma matriz de percepções, pensamentos e ações que se impõe sobre os indivíduos na sociedade, sendo transcendentais históricos e universalmente partilhados. O autor afirma que a dominação masculina, ao considerar a forma como ela se coloca na sociedade, é um exemplo de “submissão paradoxal” resultante da “violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento [...]” (p. 7). Bourdieu (2012, p. 46) ainda explica que o uso do adjetivo “simbólico” não tem por objetivo

“minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência”, mas evidenciar como a incorporação deste simbolismo tanto por dominantes, como por dominados, faz com que esta relação desigual seja vista como natural e não como uma construção cultural, social e histórica.

Ao se entender “simbólico” como o oposto do real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente “espiritual” e, indiscutivelmente, sem efeitos reais. É esta distinção simplista, característica de um materialismo primário, que a teoria materialista da economia de bens simbólicos [...] visa a destruir, fazendo ver, na teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação. (Bourdieu, 2012, p. 46).

Bourdieu (2012, p. 52) acrescenta que, ao demonstrar como os traços do processo de dominação estão impressos mesmo nas ações dos dominados, torna-se possível identificar que as visões acerca da “submissão” ou da “culpa da vítima” resultam das estruturas objetivas, cuja eficácia se dá por meio de mecanismos que elas próprias desencadeiam e que, também, contribuem para a sua reprodução. Para o autor, não é possível reduzir esse entendimento ao nível da consciência ou da vontade, uma vez que a violência simbólica reside “nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem” (p. 54).

[...] Só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade⁵⁶ que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes. (Bourdieu, 2012, p. 54).

Para Bourdieu (2012, p. 63), os homens cumprem um papel subordinado à representação dominante, a partir da necessidade de diferenciar-se do feminino para assumir aquilo que lhe é imposto socialmente: “ser homem, no sentido de *vir*⁵⁷, implica um dever-ser, uma *virtus*, que se impõe sob a forma do ‘é evidente por si mesma’, sem discussão”. A honra, como *habitus* corporalmente inscrito no agente,

⁵⁶ Importa ressaltar que a noção do conceito de cumplicidade presente na teoria bourdieusiana não se trata de uma contribuição voluntária e consciente, ou seja, um nível de convivência com o ato, mas o resultado de um senso prático, ou seja, de um *habitus* que influencia a ação dos agentes em suas interações, produzindo as condições das estruturas objetivas, ao mesmo tempo que é também reproduzido por elas.

⁵⁷ Nesta expressão, Bourdieu (2012, p. 63) utiliza o morfema *vir*, no sentido de referir-se à sua significação em latim que está relacionada à figura do homem, à sua força e potência, que dá origem a derivações de palavras como virtude e virilidade.

conduz pensamentos sem o obrigar, guiando “sua ação tal qual uma necessidade lógica, mas sem se impor a ele como uma regra”, sendo, antes de tudo, cultural, ou seja, “produto de um trabalho social de nominação e de inculcação”, dependente tanto de validade, como de reconhecimento social (Bourdieu, 2012, p. 63). Assim como a virilidade masculina não é resultado de um processo biológico e natural, a condição de vítima não pode ser naturalizada.

Isto termina por desqualificá-la, reduzindo-a a um estado de passividade absoluta, já que suas atitudes são apenas reativas, enquanto o homem que agride é dotado de vontade, intencionalidade de livre-arbítrio! [...] Sustentamos que as mulheres são sujeitos e não vítimas passivas, embora sejam sujeitos atravessados pelas produções machistas dominantes na sociedade, que procura colocá-las na posição de dominadas. O homem entende e trata a mulher como não-sujeito, transformando a diferença em desigualdade. (Vilhena; Zamora, 2004, p. 126-127).

Nesse espectro de relações cultural e historicamente desiguais, ao tratar-se de vítimas infanto-juvenis faz-se necessário compreender, além das percepções acerca das diferenças de gênero, as assimetrias de poder envolvidas nas relações intergeracionais. Para esse entendimento, retoma-se o conceito de infância enquanto categoria estrutural permanente e geracional, mencionado no primeiro capítulo, que permite tanto desvelar qual lugar tem sido reservado para crianças e adolescentes na estrutura de uma sociedade adultocêntrica (Qvortrup, 2011), como esclarecer sobre o que se espera socialmente de cada grupo etário que com eles se relaciona: a adultez, em seu vigor físico, e a velhice, em sua decadência e inatividade (Minayo; Coimbra Jr, 2002).

3.4.1. Vítima e vitimização

Bitencourt (2009, apud Potter Bitencourt, 2009) explica que a preocupação com a vítima no direito penal se deu a partir de meados do século XIX, embora para o autor, pouca coisa tenha mudado. Ao se tratar da vítima infanto-juvenil, esta continua “sendo tratada como objeto, objeto de investigação, que, em vez de direitos, tem deveres, o dever de ‘colaborar com a investigação criminal’, de permitir a invasão de sua privacidade, para facilitar os esclarecimentos dos fatos” (p. XVII).

Para Mazzutti (2012), no direito penal a vítima passa por três fases distintas: a autotutela ou autodefesa; a autocomposição; e o Estado-juiz. A fase da autotutela era motivada pelo sentimento de vingança, onde prevalecia a força como meio de resolução de litígios. A autocomposição, por sua vez, dependia da submissão, desistência ou transação, total ou parcial, do direito, onde o acordo dependia da vontade e da flexibilização do interesse das partes (Mazzutti, 2012).

Essas duas primeiras fases são facilmente remetidas à reflexão de Foucault (2002) sobre os jogos de prova como métodos de resolução de conflitos através de duelos e desafios, em que o emprego da força fazia valer o direito. Segundo Silva-Sánchez (1998, apud Potter Bitencourt, 2009), esse período, que atravessa o direito romano, o direito germânico e o direito medieval, pode ser considerado como a idade de ouro da vítima, pois a reparação estava sob o poder do titular do bem jurídico atingido.

Mazzutti (2012, p. 90) aponta que o Estado-juiz, como detentor do poder de jurisdição, surge como o terceiro imparcial que avoca para si a tarefa de solucionar os litígios, “retirando das mãos dos particulares o direito de administrar a justiça diretamente”.

Assim, com o surgimento do Direito Penal moderno, a vítima foi afastada da justiça criminal, não somente devido à intenção de se afastar seus desejos de vingança, mas, principalmente, devido ao poder e à força que representa para o Estado deter o monopólio de punir e aplicar sanções criminais [...]. O controle do delito não é mais tarefa da vítima e passa a ser competência do Estado, que se converte em detentor exclusivo da reação penal. (Potter Bitencourt, 2009, p. 47).

Nesse contexto, “a vítima passou a ocupar papel secundário na composição do litígio”, um afastamento que desamparou o ofendido, o que pode ser observado na existência de poucos artigos de proteção à vítima no Código Penal brasileiro, cenário modificado somente a partir da reforma de 1984⁵⁸, quando a reparação do

⁵⁸ Interessante destacar que a “preocupação” com a vítima, ou seja, a inovação dos estudos de vitimologia, trouxe para o Código Penal de 1940, o artigo 59 que trata o comportamento da vítima como “fator criminógeno”, onde para o sopesamento da dosimetria da pena, ou seja, o cálculo da forma e do tamanho da sanção, o juiz deve considerá-lo como forma de agravar, atenuar, diminuir ou perdoar o crime ou a culpa (Potter Bitencourt, 2009; Mazzutti, 2012). “Desse modo, há que se atentar para o fato de que o comportamento do ofendido pode resultar na atipicidade ou antijuridicidade da conduta do infrator, inclusive quando se trata de delitos sexuais, em que o consentimento da vítima, geralmente, contribui para a configuração da prática criminosa” (Mazzutti, 2012, p. 93).

dano passou a constar como forma de beneficiar o réu e promover sua reabilitação (Mazzuti, 2012, p. 90).

No período pós-segunda guerra, o estudo da vitimologia adquire *status* científico, com especial destaque para a importância do movimento feminista na visibilização da violência cometida contra a mulher. Na década de 1990, a instituição dos Juizados Especiais⁵⁹ e o estabelecimento de penas alternativas⁶⁰ à prisão promoveram uma mudança no ordenamento jurídico brasileiro quanto à participação ativa da vítima nos processos cíveis e penais, a partir da possibilidade de realização de acordos em crimes de menor potencial ofensivo (Potter Bitencourt, 2009).

Ressalta-se, no entanto, que os Juizados Especiais Criminais são esferas amplamente criticadas pelos movimentos feministas, pois o método de conciliação aplicado não primava pela resolução do conflito, mas pela aplicação do princípio de celeridade ao trâmite processual, além de não questionar os papéis estereotipados de gênero (Celmer, 2017).

Para Mazzutti (2012), a participação da vítima adquiriu um caráter indispensável com vistas à conciliação e transação por meio do estabelecimento dos Juizados Especiais. Esta busca pelo consenso é bastante defendida por juristas como forma de dar celeridade ao processo, valorizar os interesses do ofendido, por meio da reparação de danos, e evitar a imposição da pena privativa de liberdade. “A informalidade do procedimento e o diálogo entre as partes [...] oportunizam aos envolvidos a liberdade de expressão e aumentam o grau de satisfação, evitando, com isso o fenômeno da vitimização secundária” (Mazzutti, 2012, p. 98).

Potter Bitencourt (2009) defende que a relação entre o sistema legal e a vítima deve ir além da reparação dos danos, mediante um tratamento respeitoso e ético dos agentes e instâncias do sistema de controle social e penal, do poder público e da mídia.

⁵⁹ Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais foram instituídos pela lei federal n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, objetivando orientar os processos pelos critérios de oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

⁶⁰ A lei federal n.º 9.714, de 25 de novembro de 1998, alterou o Código Penal, possibilitando que a pena privativa de liberdade que não ultrapassa quatro anos possa ser convertida por penas alternativas, desde que o crime não seja praticado com violência ou grave ameaça.

Não se pode mais pensar na vítima como um objeto colaborador da investigação processual, como simples testemunha, mas como sujeito digno de direitos constitucionais. A vítima tem direito à dignidade, à tranquilidade, à intimidade, à informação, à sua vida privada. Enfim, diante de uma nova visão sobre a vítima como sujeito de direitos, chama-se sobretudo, atenção para o necessário equilíbrio entre o direito a um processo com todas as garantias ao imputado [...] e a tutela dos direitos fundamentais [...] especialmente, à vítima do delito [...]. (Potter Bitencourt, 2009, p. 56).

A violência sexual a que são submetidas crianças e adolescentes pode ser classificada como vitimização primária, posto que o sofrimento, em seu conjunto de efeitos e sequelas, é causado diretamente pela conduta delituosa. A vitimização secundária, por sua vez, decorre do uso inadequado dos meios de controle social pelo Estado gerando violência institucional aos sujeitos processuais; enquanto a vitimização terciária é resultado da estigmatização da vítima perante a sociedade (Potter Bitencourt, 2009).

Conforme dito anteriormente, a resistência da vítima é requisito típico para que uma conduta sexual seja considerada crime, contudo, a dúvida sobre a tipicidade surge quando a vítima não consegue ou não tem capacidade de opor resistência, não bastando os conceitos de violência ou grave ameaça, tornando amplamente diversos, por exemplo, os crimes de agressão sexual e de abuso sexual (Potter Bitencourt, 2009).

A reforma penal de 2009 revogou a presunção de violência dos crimes sexuais e estabeleceu o artigo 217-A que trouxe a figura do estupro de vulnerável que trata da conjunção carnal ou ato libidinoso praticado com menor de 14 anos, cuja pena de reclusão pode variar de oito a quinze anos. A mudança tornou o crime formalmente independente de análise de constatação de violência, passando a ser fixado somente pelo critério etário.

Nota-se que há uma gravidade maior impressa nos crimes de natureza sexual, principalmente, quando se trata de estupro de vulnerável. Mesmo ao se tratar de adolescentes entre 14 e 18 anos incompletos, é importante compreender as relações de poder imbricadas nas interações sexuais delitivas. Furniss (1993) alerta que são várias as formas de poder que podem ser empregadas em uma relação, o que torna o mero uso do termo bastante confuso. Nos casos de abuso sexual intrafamiliar, o referido autor opta por considerar primeiro aspectos acerca da responsabilidade parental e da dependência estrutural da criança.

Contudo, Potter Bittencourt (2009, p. 78) afirma que o conceito de vulnerabilidade da criança leva em conta o seu “escasso amadurecimento sobre a sexualidade, em razão da sua idade, sua inferioridade física e psíquica”. No que tange aos adolescentes, a vulnerabilidade não é especificada somente pela idade, mas por contraposição de sua condição física e psíquica à do agressor, observando-se que a validade de seu consentimento se relaciona diretamente com sua condição de vulnerabilidade.

Dessa forma, percebe-se que são muitas as variáveis envolvidas no sopesamento da dosimetria da pena a ser aplicada, haja vista, principalmente, a gravidade que envolve o delito de estupro de vulnerável, previsto no artigo 217-A do Código Penal brasileiro, uma vez que sua pena mínima inicia em regime de reclusão de oito anos, e do delito de estupro, cuja pena mínima se inicia em seis anos. Nota-se que tais variáveis são cruciais para a garantia do devido processo legal e da realização da justiça, embora também possam significar o exercício de um processo penal mais incisivo e hostil, principalmente no que se refere à palavra da vítima.

3.5.

A palavra da vítima e a escuta judicial

Conforme já foi apresentado anteriormente, considera-se que a maior polêmica que envolve o uso ou não do depoimento especial gira em torno de três aspectos principais: a atribuição da função de mediar o depoimento, prioritariamente, designada aos profissionais de Psicologia e de Serviço Social; a fala da criança/adolescente utilizada como recurso para a produção de prova judicial, por vezes, contra genitores, responsáveis ou pessoas de sua convivência; e, por fim, a fala da vítima utilizada na produção de uma verdade jurídica objetiva, dentro da qual podem estar desconsideradas necessidades psíquicas e sociais, fato que pode vir a causar a revitimização.

Fávero (2008) já questionava por que não se priorizava a alteração do Código de Processo Penal para fins de realização de audiências interdisciplinares, após a avaliação técnica sobre a participação da criança e do adolescente. A autora ainda reforçava sobre a importância da criação de varas especializadas que

possibilitassem espaços diferenciados para a realização da “audiência sem a frieza, por vezes, a pompa e o rito, que impõem distanciamento do magistrado além do necessário”.

Para Cézar (2007), o ambiente da audiência tradicional não é receptivo, nem acolhedor, desde o seu formato. O autor refere-se à disposição em tablado, onde juiz e promotor ficam em uma disposição mais alta do local em que réu e vítima prestam seus depoimentos, configurando uma hierarquização clara e significativa do espaço físico em que todos esses agentes interagem⁶¹. Nesse sentido, tanto o réu, quanto a vítima, já adentram esse espaço em posição subalternizada. É preciso, portanto, refletir sobre a condição peculiar de crianças e adolescentes que, submetidos a uma perspectiva adultocêntrica⁶², têm, ainda, que enfrentar tantos outros degraus simbólicos ao se inserirem nesse ambiente hierarquizado que consiste no tribunal.

O olhar adultocêntrico sobre a infância e a adolescência perpassa as relações da sociedade como um todo, mas torna-se bastante evidente quando, na relação demandada, seus relatos precisam ser validados por e para adultos. Agrega-se a esta condição excepcional, o fato de seu direito à participação social estar reduzido às instâncias investigativas de violências. Neste ponto, as normativas existentes corroboram com esta lógica reduzida, uma vez que circunscrevem a participação daquela criança que estiver capacitada a fazê-lo, ademais, estabelece todo um sistema que garante a participação de crianças e adolescentes cujos direitos sofreram violações, como é o caso da lei n.º 13.431/2017.

Embora a CDC tenha dado formalidade à demanda por participação social de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo estabeleceu sua avaliação pelos adultos. Acrescenta-se a isso que o campo que mais vem se organizando, tanto internacional quanto nacionalmente, para essa escuta, é o campo de proteção e defesa de direitos, dentre eles, o Poder Judiciário, cuja finalidade preponderante é a obtenção de provas para responsabilização de possíveis violadores. Não há dúvidas de que a fala da

⁶¹ José Antônio Daltoé Cézar reforça esse posicionamento em entrevista fornecida para a realização do documentário (*H)ouve?*, realizado em 2018, fruto da tese de doutorado de Sílvia Ignez Silva Ramos, *Depoimento Especial de Crianças: multiversos em cena*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

⁶² O adultocentrismo permeia as relações sociais intergeracionais e expressa o poder dos adultos sobre as crianças e adolescentes, onde o mundo conhecido se torna um espaço voltado às necessidades da população adulta em detrimento de maior participação infanto-juvenil e legitimação das suas formas de expressão, estas se encontrando sob o crivo de um responsável que as avalie e valide.

vítima, nesse cenário, é um meio de prova que comporá o processo de julgamento da violência. No entanto, resta saber se a forma como essa fala vem sendo percebida contribui efetivamente para a concretização da proteção integral de crianças e adolescentes vítimas de violências.

Para Oliveira (2012), as “premissas tidas como verdades, advindas de ‘práticas costumeiras’, naturalizadas através da massificação e instantaneidade das informações” são um dos principais obstáculos para a consolidação efetiva do SGDCA. A violência sofrida por crianças e adolescentes envolve toda uma complexidade que requer intervenções adequadas e constante qualificação profissional. Para o autor, reduzir a forte influência de fatores culturais presentes na sociedade constitui um grande desafio.

As representações das diferenças de gênero – sobretudo em suas relações com cuidados parentais e formação de subjetividades – e geração – centrada, por exemplo, na possibilidade de consentimento de adolescentes em práticas sexuais e na pertinência ou não do uso de métodos educativos baseados em castigo físico – têm sido reiteradamente alvo de juízos de valor totalmente destituídos de referências básicas da garantia de direitos e de desenvolvimento humano. (Oliveira, 2012).

A qualificação profissional se torna uma necessidade básica quando se trata do atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, além disso, uma rede de serviços sociais articulada, junto a uma maior autonomia da equipe interprofissional que se dedica ao depoimento especial subsidiando as ações dos operadores do Direito, pode contribuir sobremaneira no desenvolvimento de ações mais protetivas das vítimas que passam pelo sistema de justiça.

A intervenção de uma equipe interprofissional capacitada no acompanhamento de casos de violência, que não esteja limitada somente à execução do depoimento especial na categoria de mediadores a serviço da sala de audiências, pode viabilizar um caminho para a realização da proteção integral das vítimas. As equipes técnicas lotadas em varas especializadas ou em núcleos compartilhados precisam aprimorar-se sobre esse saber específico, comprometendo-se técnica e teoricamente com os direitos das crianças e adolescentes, cabendo ao Poder Judiciário prover os meios e os recursos necessários para tal qualificação profissional.

Chaves e Costa (2018, p. 482) consideram que os relatórios técnicos dessas equipes “são o fio condutor da representação dos sujeitos enquanto pessoas, visto que questões subjetivas e individuais não são totalmente consideradas pelos textos

das diversas normativas legais [...]”. Os autores complementam que tais relatórios possibilitaram que muitas circunstâncias referentes à família estudada fossem explicitadas no decorrer da execução das medidas judiciais, além disso, muitas ações junto à rede de serviços socioassistenciais puderam ser articuladas. Os estudos sociais e psicológicos são instrumentos que podem estabelecer um canal de diálogo eficaz com os operadores do Direito e uma intervenção adequada junto à família, reiterando a importância da atuação interdisciplinar em processos judiciais de crimes contra crianças e adolescentes.

Contudo, assim como os pareceres técnicos e laudos resultantes de estudos sociais e psicológicos podem ser considerados provas periciais, o depoimento especial configura-se como prova testemunhal que também instruirá o processo judicial que investiga a violência cometida, estando, dessa forma, sujeito aos ritos do processo penal e devendo atender não só à proteção integral das vítimas, mas também aos direitos fundamentais dos acusados ao garantir-lhes a ampla defesa e o contraditório.

Segundo Goodman et al (2008, p. 21), as recomendações de apoio à criança (e ao adolescente) ao longo do processo judicial “visam assegurar que os testemunhos realizados pela criança se mantenham precisos, reduzir sua revitimização no sistema judicial, proteger o réu contra falsas acusações e promover justiça”. Os autores apresentam a experiência dos Estados Unidos que, desde 1985, realizam as entrevistas forenses por meio dos Centros de Proteção da Criança com o intuito de reduzir a vitimização secundária e manter articulados os serviços de proteção, fiscalização, defensoria, saúde mental e medicina⁶³. Os autores apontam que, nos Estados Unidos, os centros são livres para adotar qualquer modelo de entrevista, mas que, em geral, todas as técnicas convergem em pontos principais, a saber:

estabelecimento de confiança; avaliação de desenvolvimento; discussão sobre verdade e mentira (tal como promover um acordo com a criança sobre falar a verdade); informações sobre a entrevista (tal como explicar que a criança pode dizer “eu não sei”); práticas de respostas sobre tópicos neutros; depoimento sobre supostos incidentes envolvendo abuso, com base principalmente em lembranças e perguntas abertas usando uma abordagem de “funil”(por exemplo, começar com perguntas abertas que estimulem lembranças soltas, mas ir gradualmente fazendo perguntas mais específicas quando necessário e, em seguida, retornando o mais rápido possível

⁶³Atualmente no município do Rio de Janeiro, um serviço similar ao CPC estadunidense funciona localizado no Hospital Souza Aguiar: o Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança – CAAC.

para as perguntas abertas sobre as lembranças); e encerramento (por exemplo, agradecer à criança por responder às perguntas, mas não pelo conteúdo específico das informações, e explicar o que acontecerá em seguida). (Goodman et al, 2008, p. 24).

Martine Delfos (2001) defende que os adultos tendem a se enganar ao pensar que as crianças são incapazes de expressar-se “corretamente”, sendo necessário entender que o vocabulário ativo da criança, ou seja, as palavras que a criança já pronuncia com frequência, é menor que o seu vocabulário passivo, isto é, as palavras que ela conhece. Assim, pode ocorrer que a criança não se expresse com vocabulário adequado para que o adulto a compreenda rapidamente. As crianças são pressionadas ao uso da linguagem verbal desde o seu nascimento e buscam adaptar-se a essa demanda linguística como modo de serem compreendidas (Delfos, 2001).

Conforme a criança se desenvolve, seus recursos linguísticos se ampliam, assim como sua capacidade de entendimento. Contudo, mesmo estando em maior grau de desenvolvimento, crianças – e, por vezes, adolescentes – são, ainda, muito suscetíveis a perguntas indutivas, visto que elas não costumam colocar dúvidas no que um adulto diz, exceto se essa possível sugestionabilidade for enunciada (Loftus, 1995 apud Delfos, 2001). Neste sentido, considera-se de suma importância o compromisso ético na condução de uma entrevista, uma vez que a sugestionabilidade, a manipulação ou a indução das respostas por parte do entrevistador podem enviesar o conteúdo da entrevista. Delfos (2001) ainda acrescenta que é possível que o relato de uma criança seja mais confiável do que de um adulto, por possuírem menos esquemas mentais acerca dos acontecimentos, assim como menos preconceitos.

Uma pergunta sugestiva feita por um adulto a uma criança, na maioria dos casos, será levada a sério e atribuída de um alto nível de veracidade. Ademais, as crianças costumam entender a pergunta no sentido literal, por conta de seu desconhecimento. Poucas vezes buscarão algo por ‘detrás’ da pergunta, sugestiva. (Delfos, 2001, p. 20).

Uma recordação “não é um dado estático alojado no cérebro”, mas um “elemento dinâmico” que se atualiza constantemente e, portanto, “jamais poderá ser a representação exata de um feito” (Delfos, 2001, p. 23). Mesmo quando há muitas repetições de um mesmo evento, o acontecimento recente é somado ao

anterior e sua recordação identifica pouca diferença entre um e outro, fazendo com que o indivíduo se lembre de poucos episódios (Delfos, 2001).

Loftus (2013)⁶⁴ esclarece:

Quando fornecemos às pessoas informação incorreta sobre alguma experiência pela qual tenham passado, podemos distorcer, ou contaminar, ou modificar sua memória. Bem, lá fora, no mundo real, há informações erradas em toda parte. Recebemos informações erradas não apenas se formos questionados de forma manipuladora, mas se conversarmos com outras testemunhas que talvez conscientemente ou inadvertidamente nos forneçam alguma informação falsa ou se virmos reportagens sobre algum evento pelo qual tenhamos passado. Tudo isso gera uma oportunidade para esse tipo de contaminação de nossa memória.

Ressalta-se a importância em se reconhecer a diferença de poder existente na relação entre adultos e crianças na sociedade. Para Delfos (2001), as crianças, em geral, confiam nas ações dos adultos e consideram que eles tenham as respostas “corretas”. Esse comportamento socialmente construído reforça a crença de “não faz falta que a criança fale, pois o adulto sabe o que ela pensa”, tornando-se de grande importância estabelecer uma comunicação clara que permita à criança a oportunidade de contar a sua própria história.

Portanto, é preciso fazer uso de critérios de metacomunicação, os quais permitem que interlocutores compreendam a dinâmica da conversa que será estabelecida, ao fornecer instrumentos para lidar com o próprio ato de comunicar-se. A metacomunicação possibilita elucidar o objetivo e a finalidade da entrevista, verbalizar dúvidas no entendimento, discordâncias e pedidos de repetição, permitindo que seja mantido o marco de conversação e sejam evitados mal-entendidos (Delfos, 2001).

Feix e Pergher (2010) consideram que a condução inadequada do depoimento pode inclusive prejudicar o relato ao acrescentar novas informações às lembranças, levando o depoente a relatar “falsas memórias”. A falsa memória ocorre quando um indivíduo, ao lembrar-se de um fato, lembra de algo que não aconteceu na realidade. Stein e Neufeld (2001) classificam as falsas memórias de duas formas: *espontâneas*, quando se dão de maneira interna ou endógena ao sujeito; ou *sugeridas*, quando surgem a partir da implantação externa ou exógena ao sujeito por meio de uma

⁶⁴ O trecho citado foi extraído da palestra oferecida pela pesquisadora Elizabeth Loftus para a plataforma *online* TED Talks. A referida palestra encontra-se disponível em: https://www.ted.com/talks/elizabeth_loftus_how_reliable_is_your_memory/transcript?language=pt-br.

sugestão (deliberada ou acidental) acerca de uma informação falsa emitida por terceiros. Espontâneas ou sugeridas, as falsas memórias, segundo Stein e Neufeld (2001 p. 180) “são fenômenos de base mnemônica, lembranças, e não de base social, como uma mentira ou simulação por pressão social”, não devendo, portanto, serem confundidas.

Para as autoras, o estudo sobre os fatores que contribuem para a produção de falsas memórias apresenta grande utilidade para a área jurídica, visto ser comum que “pessoas, submetidas a psicoterapia ou sob investigação forense, produzam falsos relatos, que não sejam baseados em simulação (i.e., mentira)” (p. 184). Elas ainda acrescentam que outros fatores podem interferir na fidedignidade dos relatos, tanto de crianças, como de adultos, como: “questionamentos repetidos durante longo intervalo de tempo, o tipo de perguntas feitas e o *status* do entrevistador” (Bruck et al., 1995; Ceci; Bruck, 1996; Ceci et al., 1987 apud Stein; Neufeld, 2001, p. 184).

Em julho de 2020, o CNJ, o Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil (UNICEF) e a organização não governamental Childhood Brasil lançaram, em parceria, o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF)⁶⁵ que “trata-se de um método de entrevista semiestruturado, flexível e adaptado ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, cujo objetivo é facilitar a escuta protegida sobre alegações de violência” vividas ou testemunhadas com a finalidade de “investigação e judicialização das ocorrências” (Santos; Gonçalves; Alves Jr., 2020, p. 8). A elaboração deste protocolo teve o apoio direto da National Children’s Advocacy Center (NCAC)⁶⁶, cujo modelo de entrevista foi adaptado e testado para fins de utilização pelos tribunais estaduais brasileiros, não sendo, contudo, de caráter obrigatório, uma vez que o TJERJ aplica a técnica de Entrevista Cognitiva.

⁶⁵ Para a realização do PBEF o projeto contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e de professores da Universidade Católica de Brasília, Universidade de Brasília e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), além do apoio dos tribunais de justiça do Distrito Federal e Territórios, e dos estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco.

⁶⁶ O nome desta organização estadunidense pode ser traduzido para Centro Nacional de Defesa da Criança. Esta organização sem fins lucrativos fornece serviços de treinamento, prevenção e tratamento com objetivo de combater violências contra a criança, como o abuso e a negligência. Para maiores informações: <<https://www.nationalcac.org/>>.

Ambas as técnicas⁶⁷ possuem muitos pontos de proximidade: desde o *rapport*⁶⁸ estabelecido entre entrevistador e depoente; os esclarecimentos sobre as regras da conversação; a entrevista de oitiva que se baseia, inicialmente, na produção de uma narrativa livre sobre o fato que ensejou o processo, e, posteriormente, na prestação de esclarecimentos específicos a pedido do entrevistador ou da sala de audiência; e o encerramento, momento em que o entrevistador busca retomar a conversação sobre assuntos neutros que possam reestabelecer o *rapport* inicial (Santos; Gonçalves; Alves Jr., 2020; Feix; Pergher, 2010).

É importante compreender que, mesmo os esclarecimentos solicitados ao depoente pelo entrevistador ou pela sala de audiência, o PBEF preconiza que se estimule a narrativa livre do depoente, permitindo que este acesse sua memória de livre evocação. No momento de esclarecimentos sobre o tema podem ser aplicadas abordagens para acessar as memórias de reconhecimento, ou seja, aquelas que decorrem de perguntas fechadas com resposta *sim/não* ou de escolha entre assertivas. Contudo, deve-se observar que esta classe de perguntas tende a deixar o assunto mais limitado, assim, o protocolo recomenda que, se utilizadas, estejam seguidas de convites para a narrativa aberta, uma vez que servem, em sua maioria, para elucidar informações periféricas, pois nem sempre significam uma resposta acurada (Santos; Gonçalves; Alves Jr., 2020).

É de grande importância que os assuntos trazidos pela criança ou adolescente sejam ouvidos em sua totalidade, enquanto o entrevistador mantém-se atento às informações prestadas, uma vez que o relato pode trazer à tona outros delitos, além de indicar a necessidade de medidas de proteção ou de outros tipos de encaminhamentos à rede socioassistencial, os quais devem ser providenciados após o encerramento da oitiva (Santos; Gonçalves; Alves Jr., 2020).

Assim, a aplicação adequada das técnicas de entrevista pode configurar como uma ferramenta efetiva na realização da tomada de depoimento, tanto no que se refere à proteção contra a revitimização do depoente, como ao afiançamento dos

⁶⁷ Para conhecer melhor as técnicas de Entrevista Cognitiva e o PBEF, recomenda-se a leitura dos textos de Feix e Pergher (2010) e Santos, Gonçalves e Alves Jr. (2020), cujas referências constam na presente dissertação.

⁶⁸ O *rapport* pode ser descrito como uma técnica utilizada com o objetivo de estabelecer a conexão entre duas ou mais pessoas e facilitar a interação entre elas, favorecendo que se tornem receptivas à ideia do outro. É comumente usada em contatos iniciais, como por exemplo, no procedimento de entrevistas com o intuito de “quebrar o gelo”.

direitos do acusado. Feix e Pergher (2010, p. 23) defendem que, a exemplo da Entrevista Cognitiva, enquanto modalidade de entrevista investigativa, “testemunhas e vítimas de delitos das mais diversas naturezas podem ser ouvidas, por meio de técnicas que, ao mesmo tempo, estão em consonância com os direitos humanos e favorecem a efetiva aplicação da lei”. Contudo, deve-se observar que a boa aplicação da técnica depende de três fatores principais: treinamento intensivo dos profissionais; recursos físicos e tecnológicos adequados; e de um “certo nível de capacidades cognitivas, por parte do entrevistado” (Feix; Pergher, 2010, p. 24).

Nota-se, portanto, que o ato do depoimento de crianças e adolescentes depende tanto de saberes externos ao universo legal do Direito, quanto de uma série de aspectos procedimentais que irão definir o grau de utilidade de seu conteúdo para o processo judicial. Nesta intensa inter-relação científica, interprofissional e ritualística, o depoimento especial pode ser reconhecido e validado ou desacreditado e dispensado como prova, determinando, de certa forma, o seu sucesso ou o seu fracasso.

4

Depoimento especial: espaço de tensões

Com o intuito de desvelar a tensão existente entre proteção integral e violação no depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência, a presente pesquisa se propõe a uma análise qualitativa, uma vez que envolve aspectos da realidade que não podem ser quantificados, pois lidam com um “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2015, p. 21), possibilitando interpretar as ações dos sujeitos pesquisados e compreender como se deram suas relações, seus significados, bem como compreender a realidade que os envolve.

Durante o ano de 2018, o NUDECA registrou 148 (cento e quarenta e oito) depoimentos realizados e, no ano seguinte, 399 (trezentos e noventa e nove), representando um aumento de 170% na demanda do setor⁶⁹. Contudo, é importante ressaltar que este quantitativo ainda é tímido em face dos expressivos números de denúncias de violência contra crianças e adolescentes registradas na sociedade brasileira, as quais aumentam a cada ano, expondo uma realidade que desafia diariamente os profissionais que trabalham no campo da proteção dos direitos infanto-juvenis.

Diante desse cenário, a busca por compreender as peculiaridades que envolviam o tema foi fator preponderante na motivação da realização da presente pesquisa, uma vez que o sofrimento de violências, como aqueles que envolvem violência sexual, pode acarretar sérias consequências para as vítimas, principalmente quando se trata de crianças e adolescentes. As especificidades desses delitos, em especial a violência sexual, impõem aos diversos profissionais que trabalham no sistema de proteção, o aprimoramento técnico constante com base teórica e metodológica e com direcionamento ético comprometido com o princípio da proteção integral e da dignidade da pessoa humana de crianças e adolescentes, possibilitando reconhecê-los como sujeitos de direitos e não mais como objetos de intervenção estatal, seja ela assistencial, médica ou jurídica.

⁶⁹ Fonte: Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro CGJ-TJERJ. Disponível em: <<http://cgj.tjrj.jus.br/servico-apoio-nucleo-depoimento-especial/dados-estatisticos>> e acessado em 20 jul. 2020.

4.1. Percurso metodológico

A fim de identificar a produção acadêmica acerca da oitiva judicial de crianças e adolescentes vítimas de violência, bem como as contribuições do Serviço Social nesta temática, conforme exposta no capítulo introdutório desta dissertação, o percurso metodológico se iniciou com a realização de um levantamento bibliográfico através da formulação, testagem e adequação dos termos descritores que definiram as buscas por artigos científicos, dissertações e teses que demonstrassem assuntos relacionados ao problema da pesquisa.

Nesse sentido, foram estabelecidos os termos iniciais de busca que deveriam conter os assuntos considerados pertinentes, sendo eles: **depoimento especial, depoimento sem dano, escuta e justiça, proteção integral e violação de direitos**. Para tanto, foram escolhidas as seguintes plataformas para a realização da busca de arquivos disponíveis para livre acesso: o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Portal de Periódicos CAPES) e a Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

Inicialmente, no Portal de Periódicos CAPES, observou-se um resultado quantitativo muito elevado que impossibilitaria a análise dos documentos, conforme demonstrado no Quadro n.º 1. Desta forma, foi realizado um ajuste gráfico, conforme demonstrado no Quadro n.º 2, que teve o intuito de otimizar os resultados do Portal de Periódicos CAPES, não interferindo qualitativamente nos resultados encontrados na plataforma SCIELO.

O resultado inicial da busca segue demonstrado conforme o quadro a seguir:

Quadro 1- Produção acadêmica no Brasil sobre a tomada de depoimento de crianças e adolescentes em âmbito judicial I

Termos descritores	Periódicos CAPES	SCIELO
depoimento especial	1448	04
depoimento sem dano	152	03
escuta + justiça	559	14
proteção integral	3222	133
violação de direitos	1636	128
Subtotal por Plataforma	7017	282

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações extraídas do Portal Capes e da base Scielo. Busca realizada em 15 set. 2020.

Assim, procurou-se delimitar e aperfeiçoar os resultados de forma que a busca eletrônica pudesse ser realizada satisfatoriamente nas duas plataformas escolhidas, pois alguns termos possuíam palavras que produziram resultados incompatíveis com o tema da pesquisa e, portanto, equivocados⁷⁰, optando-se inclusive pelo uso de aspas. Os resultados encontrados estão dispostos no quadro abaixo:

Quadro 2- Produção acadêmica no Brasil sobre a tomada de depoimento de crianças e adolescentes em âmbito judicial II

Termos descritores	Periódicos CAPES	SCIELO
“depoimento especial”	14	02
“depoimento sem dano”	6	03
escuta + justiça	559	14
“proteção integral”	554	67
“violação de direitos”	405	60
Subtotal por Plataforma	1538	146

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações extraídas do Portal Capes e da base Scielo. Busca realizada em 15 set. 2020.

Como é possível observar, no Portal de Periódicos CAPES foi necessário combinar os termos **escuta e justiça**, **“proteção integral”** e **“violação de direitos”** a fim de alcançar maior objetividade nos resultados destacados no quadro acima. Assim, foram agregados, gradualmente, os seguintes termos: **crianças**, **adolescentes** e **depoimento** – utilizados para dar a significação necessária para os descritores **“proteção integral”** e **violação de direitos**.

Quadro 3- Produção acadêmica no Brasil sobre a tomada de depoimento de crianças e adolescentes em âmbito judicial III

Termos descritores	Periódicos CAPES	SCIELO
"depoimento especial"	14	02
“depoimento sem dano”	6	03
escuta + justiça + crianças + adolescentes	60	04
“proteção integral” + depoimento + crianças + adolescentes	10	02
violação de direitos + depoimento + crianças + adolescentes	36	0
Subtotal em cada plataforma	150	11

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações extraídas do Portal Capes e da base Scielo. Busca realizada em 15 set. 2020.

⁷⁰ O termo “depoimento” levou a vários artigos que continham entrevistas, pesquisas etnográficas etc., que não condiziam com a temática da oitiva, judicial ou policial; o termo “proteção integral”, por sua vez, trouxe resultados de busca referentes à proteção ambiental.

Os resultados obtidos estão demonstrados no Quadro n.º 3, onde se observa que o refinamento da busca no que tange à Plataforma SCIELO ocasionou uma redução bastante significativa. Desta forma, esta pesquisadora optou por realizar a leitura dos títulos e resumos dos artigos obtidos na plataforma SCIELO a partir do quantitativo especificado no Quadro n.º 2, totalizando 146 (cento e quarenta e seis) artigos; e, no Portal de Periódicos CAPES, com base no quantitativo apresentado no Quadro n.º 3, que resultou 150 (cento e cinquenta) arquivos. Do total, foram descartados aqueles que se repetiam e aqueles que divergiam do tema da pesquisa, restando 29 (vinte e nove) produções, conforme consta em listagem que pode ser consultada na seção de Apêndices, onde constam 25 (vinte e cinco) artigos publicados em periódicos científicos, uma dissertação de mestrado, um curso de extensão universitária, uma tradução e uma apresentação de pôster em evento acadêmico.

Feita a revisão bibliográfica, para a realização desta pesquisa, mediante as contribuições da banca de qualificação, foi proposta a realização da análise documental de processos judiciais de varas criminais que contivessem o depoimento de crianças ou adolescentes na condição de vítimas, preferencialmente, realizados no primeiro semestre de 2018, a partir da vigência da lei n.º 13.431/2017.

Inicialmente, considerou-se que tal análise pudesse ser realizada por meio do NUDECA, contudo, por meio de consulta à Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), órgão ao qual este setor está subordinado, foi informado que caberia somente ao juiz da vara conceder a autorização para que terceiros consultassem os processos, uma vez que, devido ao tipo do delito, estes se encontram sob sigilo de justiça.

Devido à impossibilidade de acessar quaisquer informações por meio do NUDECA não foi possível cumprir o critério de elegibilidade que previa a consulta de processos em que houvesse consentimento de pais e responsáveis para fins de estudo da equipe profissional e aprimoramento da técnica de entrevista. Desta forma, seguindo a orientação expedida pela CGJ, foi feita a comunicação à Presidência do TJERJ que gerou o Processo Administrativo Eletrônico – SEI n.º 2020-0669589 sobre a realização desta pesquisa acadêmica, tendo sido solicitada a autorização de acesso aos processos, junto às varas criminais lotadas na Comarca da Capital, via correio eletrônico de suas serventias. Junto ao pedido de autorização foram enviados os seguintes documentos: carta de apresentação desta pesquisadora assinada pelo professor orientador da pesquisa, Parecer da Comissão da Câmara de

Ética em Pesquisa da PUC-Rio n.º 024/2020, ambos constantes na seção de Anexos; e Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD), constante na seção de Apêndices, uma vez que foi solicitada a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em virtude de se tratar de pesquisa retrospectiva, com base em análise de documentos, sem a realização de interlocução direta com os sujeitos da pesquisa e, portanto, com risco mínimo de revitimização, considerando-se os compromissos éticos descritos no TCUD. Cabe esclarecer que, devido à pandemia de Covid-19⁷¹, os contatos iniciais com as serventias das varas foram realizados via correio eletrônico, uma vez que regras restritas de atendimento ao público externo foram estabelecidas pelo TJERJ, a fim de diminuir a circulação de pessoas em suas instalações. Cabe informar, ainda, que os correios eletrônicos de comunicação com as varas criminais não constam na seção de Anexos desta dissertação a fim de evitar exposição das numerações dos processos consultados, resguardando os nomes das partes envolvidas.

A fim de localizar os números dos processos que poderiam ser úteis à pesquisa, foi realizada uma busca eletrônica por aqueles que contivessem intimações de oitivas a serem realizadas pelo NUDECA, uma vez que não foi possível acessar qualquer informação por meio deste setor. Cabe esclarecer que a referida busca foi realizada por meio do sítio eletrônico JusBrasil⁷², o qual permitiu a consulta facilitada junto ao Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro (DJRJ), possibilitando o acesso ao número do processo e ao conteúdo de despachos publicados referentes a intimações.

Assim, com uso dos termos “nudeca” e “djrrj” e delimitando o tempo entre os meses de janeiro a agosto de 2018, foram relacionadas 73 ocorrências, dentre as quais foram excluídas as publicações de cunho administrativo e os processos que se repetiam, restando identificados 61 (sessenta e um) processos, nos quais constavam solicitações de agendamento ou intimações de oitivas judiciais de

⁷¹ O vírus da Covid-19 ocasionou uma mudança radical nas relações sociais em todo o mundo, Durante os meses de março a junho de 2020, no Brasil, diversos setores públicos e privados tiveram o atendimento ao público externo restringido, priorizando o meio virtual (e-mails, videoconferências, WhatsApp). Mesmo com o início das flexibilizações que se iniciaram a partir de junho, muitos setores voltaram a funcionar, mas com restrições nos horários de funcionamento.

⁷² O site JusBrasil (www.jusbrasil.com.br) esclarece que os conteúdos disponíveis para consulta são de caráter público, conforme a seguinte mensagem: “O Jusbrasil não cria, edita ou altera o conteúdo exibido. Replicamos somente informações que foram veiculadas pelos órgãos oficiais. Toda informação aqui divulgada é pública e pode ser encontrada, também, nos sites que publicam originalmente esses diários”.

depoimento especial. Os números de identificação dos processos encontrados foram confirmados por meio do sistema de acesso ao Processo Eletrônico, tendo em vista o fato de esta pesquisadora estar cadastrada como perita judicial junto ao TJERJ, o que permitiu conferir as varas onde os processos se localizavam e os delitos em que se enquadravam.

Nesta etapa, cabe um breve detalhamento acerca das informações encontradas, as quais estão sistematizadas no Quadro n.º 4, a seguir:

Quadro 4- Processos com intimações identificáveis de oitivas judiciais realizadas pelo NUDECA, separadas por localidade, de janeiro a agosto/2018

Especificação		Quantitativo
Capital	Varas Criminais (16 serventias diferentes)	23
	Varas de Família	4
	Varas de Violência Doméstica	2
	Varas da Infância Juventude e Idoso	4
Grande Rio	Nilópolis	4
	Nova Iguaçu	5
	São Gonçalo	1
	Mesquita	1
Interior	Teresópolis	10
	Guapimirim	1
	São José do Vale do Rio Preto	1
	Laje do Muriaé	2
	Cachoeiras de Macacu	2
	Cabo Frio	1
Total de processos encontrados		61

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações extraídas do site JusBrasil. Busca realizada em 16 dez. 2020.

Dos 61 (sessenta e um) processos listados, apenas 23 (vinte e três) correspondiam a expedientes com tramitação em Varas Criminais da comarca da Capital do Rio de Janeiro. Quanto aos demais processos, 10 (dez) correspondiam a ações de Varas de outra natureza, embora todas estivessem lotadas na comarca da capital, como Varas de Família, Varas de Violência Doméstica e Varas da Infância Juventude e Idoso; 11 (onze) pertenciam a municípios do entorno da capital, os quais foram denominados, no quadro acima, como municípios do Grande Rio, como Nilópolis, Nova Iguaçu, São Gonçalo e Mesquita; 17 (dezesete) pertenciam

a outros municípios do interior, mais distantes da capital, a saber, Teresópolis⁷³, Guapimirim, São José do Vale do Rio Preto, Laje do Muriaé, Cachoeiras de Macacu e Cabo Frio. Embora todos estes processos, em destaque no Quadro n.º 4, tenham sido descartados da análise, não sendo solicitada a autorização de acesso ao conteúdo, as informações acessadas eletronicamente, apesar de poucas no que tange a aspectos qualitativos, suscitaram reflexões que serão apresentadas, conforme dispõe o quadro a seguir:

Quadro 5- Processos com intimações para audiência junto ao NUDECA agrupados por tipo de delito e separados por Vara, de janeiro a agosto/2018

Tipo do Delito	Varas criminais da Capital	Varas de outra natureza	Varas do Grande Rio	Varas do Interior
Estupro de Vulnerável (art.217-A)	20	01	11	11
Estupro (art. 213) e Estupro de Vulnerável (art.217-A)	-	-	-	01
Estupro (art. 213)	-	-	-	01
Corrupção de Menores (art. 218)	01	-	-	-
Guarda	-	05	-	-
Medidas aos pais ou responsáveis	-	02	-	-
Regulamentação de visitas	-	01	-	01
Lesão Corporal (art. 129)	-	01	-	01
Homicídio (art. 121)	01	-	-	-
Importunação Sexual	-	-	-	01
Porte ilegal de arma	-	-	-	01
Tráfico de drogas	01	-	-	-
Subtotal	23	10	11	17
Total de processos				61

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações do sistema de Processo Eletrônico do TJERJ. Realizado em 16 dez. 2020.

⁷³ O município de Teresópolis, à época, já possuía uma sala para a realização de depoimento especial em sua comarca, não sendo necessário o deslocamento das vítimas ou testemunhas até a sede localizada na comarca da Capital.

Dentre os processos que continham intimações para a realização do depoimento especial, conforme supracitado, 43 (quarenta e três) relacionavam-se ao delito de estupro de vulnerável (art. 217-A, CP) e somente dois, ao delito de estupro (art. 213, CP), sendo que, entre estes últimos, um único processo conjugava os artigos 213 e 217-A.

Nota-se que, ao menos no que se refere ao quantitativo analisado, houve a requisição de realização do depoimento especial, principalmente, quando o delito se tratava de estupro de vulnerável que ocorre contra vítima com idade inferior a 14 anos. Os dois únicos casos sobre o tipo penal de estupro pertenciam a municípios do interior do estado. O quadro apresentado suscitou algumas reflexões acerca da aplicação do depoimento especial, visto que ele se destina ao atendimento de crianças e adolescentes, ou seja, até o corte etário de 18 anos incompletos, podendo inclusive ter seu uso estendido até 21 anos de idade, conforme o parágrafo único do art. 3º da lei n.º 13.431/2017.

A expressiva quantidade de processos enquadrados no art. 217-A levantou o seguinte questionamento: quando a vítima de estupro possui idade entre 14 e 18 anos, levando o tipo penal ao art. 213, o direito ao depoimento especial tem sido garantido? Embora não seja possível responder a esta indagação, em virtude do curto período pesquisado, as informações levam a crer que o depoimento especial vinha sendo requerido somente nos casos em que a vítima era criança ou estava no período inicial da adolescência (entre 12 e 14 anos).

Alguns tribunais, atualmente, estão buscando estender a aplicação do depoimento especial para o atendimento de vítimas em idade adulta⁷⁴, o que se espera que ponha fim a esse questionamento, garantindo que adolescentes *mais velhas* possam ter o seu direito a uma oitiva acolhedora resguardado.

Retomando a descrição do percurso metodológico, descartados os processos que não atendiam ao objeto da pesquisa, foram identificadas 16 (dezesseis) varas criminais, dentre as quais, três autorizaram a consulta ao conteúdo completo dos autos, resultando no acesso a quatro processos judiciais, dentre os quais apenas três depoimentos foram transcritos e seus respectivos teores, analisados. Não foi

⁷⁴ Cabe registrar que, atualmente, em alguns tribunais, o formato de depoimento especial, vem sendo aplicado em casos de vítimas de violência sexual em idade adulta, devido a posicionamento cada vez mais favorável em se evitar a revitimização. Disponível em: <<https://www.sedep.com.br/noticias/tj-go-aplica-depoimento-especial-para-mulher-adulta-que-foi-vitima-de-estupro/>> Acesso em: 16 jan. 2021.

possível realizar a análise sobre um processo que havia sido autorizado, visto que este havia sido movimentado para vistas ao advogado de defesa e, até o final do período destinado à análise de dados desta pesquisa, ainda não havia sido devolvido à serventia da respectiva vara.

Os três processos acessados enquadravam-se no tipo penal de estupro de vulnerável (art. 217-A). Dentre eles, apenas um havia sido concluído e arquivado, possibilitando o acesso inclusive ao conteúdo da sentença judicial.

A análise documental dos três processos criminais elencados, mediante a autorização do juiz responsável pelas varas, buscou atingir o objetivo principal que se propunha a identificar e analisar elementos existentes nas práticas dos agentes inseridos no campo do depoimento especial indicativos do tensionamento entre proteção integral e violação de direitos de crianças e adolescentes vítimas de crimes. Neste sentido, os objetivos específicos trataram de identificar e analisar três aspectos principais: elementos indicativos de **proteção** integral, elementos indicativos de **violação** e elementos indicativos de **tensão** entre a proteção integral preconizada pelo ECA e as garantias constitucionais do réu à ampla defesa e ao contraditório.

No que se refere à **proteção**, buscou-se identificar elementos constantes no processo que pudessem indicar ações de intervenção ou medidas tomadas em favor da vítima por qualquer dos agentes institucionais envolvidos, em nível judicial ou extrajudicial. Quanto à **violação**, buscou-se identificar elementos que pudessem ocorrer tanto por inação do SGDCA ou por condutas inadequadas ou omissões por parte dos agentes do Sistema de Justiça. Por fim, procurou-se identificar, nos documentos, a existência de elementos que demonstrassem a existência de **tensão** entre esses dois aspectos primeiramente citados, ou seja, a presença de conflitos entre a proteção integral e a defesa do réu que, amparada constitucionalmente, pudesse subjugar a vítima e expô-la a um processo de revitimização.

4.2. Entendendo o documento

A análise documental, segundo Cellard (2008), constitui um método de coleta⁷⁵ que possui a significativa vantagem de eliminar parcialmente a influência ocasionada pela presença ou intervenção do pesquisador sobre o material pesquisado. Os sujeitos, as interações, acontecimentos e comportamentos, em uma análise documental, não reagem ao pesquisador, mas ao contexto em que estão inseridos. Entretanto, dentro desta mesma afirmação, também é preciso considerar que o documento se encontra fora do domínio da ação do investigador: “A informação, aqui, circula em sentido único, pois, embora tagarela, o documento permanece surdo, e o pesquisador não pode dele exigir precisões suplementares” (Cellard, 2008, p. 295). Assim, mesmo que haja riqueza de informações, é importante reconhecer as limitações do estudo.

Desta forma, a perspectiva oferecida por Cellard (2008) auxilia na compreensão do documento para além do processo de classificação e indexação das informações acessadas durante o processo de pesquisa, conforme conceitua Bardin (1977)⁷⁶, orientando compreender e especificar as suas limitações, assim como esmiuçar todas as suas possibilidades. O documento analisado, embora defina fronteiras para a ação investigativa, permite ao pesquisador conhecer e se aprofundar em uma representação daquilo não vivenciado, mas registrado sob a perspectiva daqueles que o produziram.

Embora a contribuição metodológica de Cellard (2008) refira-se somente ao documento escrito, o autor reitera:

[...] a história social ampliou consideravelmente a noção de documento. De fato, tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou “fonte”, como é mais comum dizer, atualmente. Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc. No limite, poder-se-ia até qualificar de

⁷⁵ O autor faz referências às contribuições constantes na obra “Recherche sociale – De la problématique a la collecte des données”, do autor B. Gauthier (Québec, 1984).

⁷⁶ Para Laurence Bardin (1977, p. 45), a análise documental limita-se a “um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referenciação”. Desta forma, a análise documental para a autora, constitui-se “fase preliminar” da constituição de um “banco de dados”, permitindo “passar de um documento primário (em bruto), para um documento secundário (representação do primeiro)”.

“documento” um relatório de entrevista, ou anotações feitas durante uma observação, etc. (Cellard, 2008, p. 297).

Para Cellard (2008), a análise documental constitui-se em duas fases: a) uma fase preliminar crítica, onde avalia-se o documento dividindo-o em cinco dimensões: contexto, autor/autores, autenticidade e confiabilidade do texto, natureza do texto, conceitos-chave e lógica interna do texto; e b) uma análise propriamente dita, quando o pesquisador reúne todas as partes, fornecendo uma interpretação coerente em face de seu questionamento inicial. O autor ainda acrescenta que o pesquisador deve aceitar o documento “tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja”, sem, contudo, dispensar-lhe um “olhar crítico” (p. 299).

Conforme apresentado no item anterior, esta pesquisa se propôs a identificar e analisar elementos nas práticas dos agentes inseridos no campo do depoimento especial, sendo importante esclarecer que as palavras escolhidas para descrever o objetivo tiveram a intenção de aproximar as informações agregadas no *corpus* da pesquisa aos conhecimentos sociológicos de Pierre Bourdieu no que se refere ao campo, ao capital e ao *habitus*.

Assim, as cinco dimensões da análise preliminar crítica, sugeridas por Cellard (2008), contribuíram para o esmiuçamento do documento, algo que se tornou de imensa importância nesta pesquisa em face do limitado repertório acessado. As poucas autorizações e o pequeno quantitativo de processos limitaram, em parte, as possibilidades de análise. No entanto, embora os processos elencados não tenham permitido uma apresentação longitudinal, conforme propõe Tremblay (1968 apud Cellard, 2008), ou a realização de um estudo que abarcasse uma maior multiplicidade de circunstâncias de violência, em face de seu limite quantitativo, esta pesquisa se propôs ao aprofundamento das informações disponibilizadas, articulando-as aos demais aspectos que motivaram a investigação deste objeto e construíram o seu referencial teórico: a observação participante no campo da pesquisa realizada durante o período de atividade voluntária junto ao NUDECA, descrita na introdução desta dissertação, o levantamento bibliográfico que possibilitou conhecer o desenvolvimento da prática do depoimento especial no Brasil e os seus pressupostos legais e históricos, bem como as contribuições teóricas e metodológicas de estudiosos dedicados a compreender o Sistema de Justiça. Neste

sentido, o amparo teórico construído ao longo dos dois primeiros capítulos tornou-se de suma importância para subsidiar esta análise.

Segundo Cellard (2008), para a análise documental é primordial conhecer o contexto em que estão inseridos o autor ou autores do documento, a quem este se destinava, bem como a conjuntura política, econômica, social e cultural que propiciou sua produção. Neste sentido, o primeiro capítulo desta dissertação procurou abordar brevemente alguns aspectos históricos, políticos, culturais e sociais que envolveram e envolvem o tratamento dispensado à infância e à adolescência, fornecendo um panorama geral sobre a relação entre crianças, famílias e Estado. Inicialmente, é possível notar a forte presença do Sistema de Justiça com finalidade de administrar o processo de “tutelarização” (Donzelot, 1986) destas relações, principalmente a partir do início do século XX no Brasil, cujo ápice de concretude está materializado no Código Mello Mattos, de 1927. Esta íntima relação, historicamente construída, entre famílias e justiça estabeleceu práticas de intervenção sobre àquela infância que despertava a preocupação da sociedade, deixando claro que não se falava sobre qualquer infância, mas a infância oriunda de famílias de classes pauperizadas.

A mobilização, em âmbito nacional e internacional, pela superação do tratamento da infância e adolescência como meros objetos de proteção e intervenção estatal, cuja luta fundamental tinha o objetivo de reconhecê-los como sujeitos de direitos iniciada a partir do último quartil do século XX, fomentou mudanças em nível social, cultural, acadêmico, jurídico, entre outros. Áreas não tradicionais se debruçaram sobre a infância, denunciando o desenho adultocêntrico das intervenções sobre a infância e a assimetria de poder nas relações envolvendo diferentes gerações, assim como defendendo a capacidade de decisão de crianças e adolescentes e a necessidade de dar-lhes voz.

Nesse contexto de valorização da criança e do adolescente como cidadãos com direito à participação social, observa-se que além de poucos espaços institucionais estarem preparados para ouvir sua voz, a esfera que mais se destaca no ajustamento de seus equipamentos para o atendimento a este fim é o Sistema de Justiça. Cabe registrar que o acesso a recursos para tal, tradicionalmente no Brasil, está assegurado, em nível e celeridade muito distintos do disponível para demais políticas públicas. Isto se dá, mais precisamente, pelo lugar privilegiado do Poder

Judiciário no sistema de forças brasileiro, tal como sócio-historicamente construído e concebido como um campo, na acepção que Bourdieu atribui ao termo.

Ressalta-se, no entanto, que, nesta esfera, não se fala em participação social, mas em escuta qualificada e protegida de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, considerando, paralelamente a isso, o retorno à valorização da participação da vítima nos processos penais. Tanto a palavra da vítima, como a palavra de crianças e adolescentes adquirem novo peso na contemporaneidade – esta última de forma muito mais recente –, tornando-se substanciais em crimes de abuso sexual contra crianças, onde na maioria das vezes, não há testemunhas, nem provas materiais da violência, além do fato de causarem grande comoção social.

Nesse sentido, a participação regulamentada de crianças e adolescentes nos processos judiciais que lhe dizem respeito, embora signifique imenso avanço em termos de proteção a violências e responsabilização de autores, representa uma medida bastante limitada em face do que requer uma condição plena de cidadania. Observa-se, desta forma, um nítido ajustamento institucional às demandas da lei n.º 13.431/2017, a lei da escuta protegida, à primeira vista mais intenso que ao atendimento da proteção integral e dos demais direitos previstos no ECA.

Os processos elencados contribuíram, não só para a compreensão do contexto que envolve a produção de testemunhos infanto-juvenis no formato do depoimento especial, mas para identificar a clara tensão existente nestes depoimentos entre a busca pela verdade dos fatos, o dever de protegê-las de uma eventual violência institucional e o dever de garantir os direitos fundamentais do réu à ampla defesa e ao contraditório.

A interpretação dos textos e vídeos contidos nestes processos judiciais que constituíram o corpus da pesquisa, conforme Cellard (2008) demandam o conhecimento acerca de seus autores, assim como dos motivos que os levaram à produção dos discursos ali inseridos. No que tange a este aspecto, são diversos os agentes atuantes encontrados: forças policiais, magistrados, promotores, advogados de defesa ou defensores públicos, mediadores da oitiva, familiares, amigos, conhecidos e vítimas. É importante ressaltar que, à luz da teoria bourdieusiana, todos estes agentes, imbuídos de funções institucionais ou não, possuem interesses diversos que se coadunam ou divergem, mas que determinam papéis e lugares sociais dentro da estrutura que é o campo da pesquisa, onde travam-se relações

sociais em que cada um está investido de maior ou menor poder e que têm o objetivo final do estabelecimento de uma espécie de consenso que visa a manter a ordem social.

Elucidar a identidade do autor possibilita, portanto, avaliar melhor a credibilidade de um texto, a interpretação que é dada de alguns fatos, a tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam sobrevir na reconstituição de um acontecimento. (Cellard, 2008, p. 300).

O que Cellard (2008) sugere acerca da autenticidade e confiabilidade do texto não se aplicaria ao processo judicial propriamente dito, visto que é documento institucional, respaldado por dispositivos constitucionais e regulamentado por um código processual formal. O que importa refletir sobre este aspecto é a confiabilidade dos discursos ali presentes:

[...] é importante estar sempre atento à relação existente entre o autor ou os autores e o que eles descrevem. Eles foram testemunhas diretas ou indiretas do que eles relatam? Quanto tempo decorreu entre o acontecimento e a sua descrição? Eles reportaram as falas de alguma outra pessoa? Eles poderiam estar enganados? Eles estavam em posição de fazer esta ou aquela observação, de estabelecer tal julgamento? [...]. (Cellard, 2008, p. 301).

Como foi dito anteriormente, os interesses em jogo na cena, corporificados mais explicitamente ou não por meio da ação dos agentes, contribuem ao determinar os lugares ocupados na estrutura do campo de relações. Assim, os discursos presentes nos processos que formalmente têm por objetivo a reconstrução dos fatos a fim de alcançar uma verdade e, a partir desta verdade estabelecida, executar a justiça, expressam não “a verdade”, concreta e absoluta, mas “verdades”, ou seja, versões produzidas inclusive por aqueles agentes que não presenciaram o fato em si. Estas versões discursivas são confrontadas com o intuito de fundamentar a decisão judicial.

A compreensão da natureza do texto, para Cellard (2008), requer que o investigador leve em conta como os relatos podem ser produzidos com maior ou menor liberdade a depender de quem seja seu destinatário. Ademais, as informações constantes no documento só “adquirem um sentido para o leitor em função de seu grau de iniciação no contexto particular de sua produção” (Cellard, 2008, p. 302). As relações de poder envolvidas na produção do relato, as circunstâncias em que se deu esta produção, o grau de compreensão daqueles que recebem a informação, entre outros aspectos, constituem fatores determinantes para o aprofundamento do

texto analisado. Assim, é possível compreender como o discurso institucional punitivo aos agressores e a valorização da palavra da vítima como a portadora da verdade complementam-se e atendem à finalidade penal.

Assim, uma pessoa pode narrar a verdade, mesmo sem ser diretamente testemunha de um fato, ou estar em condição de fazer uma observação de qualidade; uma outra pessoa pode nutrir simpatias confesas por um grupo determinado, ou por uma causa particular, e, todavia, ser capaz de objetividade. (Cellard, 2008, p. 302).

Cellard (2008) ainda orienta à atenção com os conceitos-chave e a lógica do texto da análise, recomendando que o pesquisador se atenha ao sentido adequado dos termos utilizados, dando a devida importância aos elementos centrais de sua análise. Desta forma, em face dos objetivos propostos para esta pesquisa, explicitados na seção que trata do percurso metodológico deste capítulo, três aspectos foram norteadores desta investigação: proteção, violação e tensão. No entanto, faz-se necessário complementar que outros dois elementos adquiriram destaque nesta discussão e se farão presentes durante toda a análise que se segue: verdade e punição.

4.3. Entendendo as relações

Embora não tenha sido autorizada a consulta direta aos depoimentos por meio do NUDECA, o campo empírico das relações estudadas manteve-se vinculado a ele, contudo, abrangendo as informações adicionais às quais a pesquisa teve acesso. Importa saber que nos três processos analisados, a fase preliminar de investigação policial pôde ser consultada, e embora trate-se de considerações extrajudiciais, em muito relacionam-se ao processo, inserindo-se indiretamente no espaço jurídico destinado à realização da tomada do depoimento especial, uma vez que o discurso policial se mantém presente mesmo na ausência destes agentes.

A tomada dessa forma de depoimento no TJERJ é, geralmente, mediada por um técnico do quadro efetivo do tribunal, podendo ser um psicólogo, um assistente social ou um comissário de justiça da infância e juventude, o qual busca adequar a linguagem das intervenções realizadas pelos operadores de Direito que estão na sala de audiências à capacidade de compreensão da vítima depoente, sendo importante ressaltar que o juiz possui autonomia para avaliar “a pertinência de perguntas

complementares”, conforme o inciso IV do artigo 12 da Lei n.º 13.431/2017. Estas possíveis perguntas de esclarecimentos são organizadas em bloco, a fim de serem transmitidas ao técnico mediador que, por sua vez, as transmitirá ao depoente – em linguagem adequada e prioritariamente em formato que estimule a narrativa livre – no momento após a conclusão de sua narração principal sobre o fato.

O espaço – físico e intangível – onde são feitas as audiências é nitidamente composto por relações de cunho hierárquico, tanto na forma como foi planejada a sua estrutura física, como foram construídas sócio-historicamente as relações entre seus agentes. Neste espaço trava-se um embate entre os agentes presentes fisicamente no campo, operadores do Direito, técnicos mediadores e vítimas e testemunhas depoentes, assim como com aqueles que influem indiretamente nas relações travadas no campo, como as normativas legais e orientações profissionais, as forças policiais, a família e a comunidade. A compreensão da lógica que permeia essa multiplicidade de relações pressupõe conhecer o capital social que cada agente detém e que define a sua posição na estrutura do campo.

Conforme já explicitado, na sala de depoimento especial, encontram-se o técnico mediador e o depoente. A convocação deste técnico para o campo em questão fez com que esse espaço se tornasse um espaço interdisciplinar, uma vez que os operadores do Direito passaram a reconhecer a necessidade da presença de outros saberes profissionais com a finalidade da escuta de crianças e adolescentes, chamando, para o exercício desta função, profissionais formados em Psicologia e Serviço Social, prioritariamente. O Direito buscou sanar suas dificuldades ao considerar que o formato tradicional de audiências poderia oferecer risco de violação de direitos para os depoentes e ao reconhecer a sua incapacidade em escutar adequadamente crianças e adolescentes (César, 2007). Assim, considera-se que, ao mesmo tempo em que buscava uma medida de proteção para essas vítimas, o Direito estabeleceu um modo de alcançar que seus relatos tivessem a devida validade para o processo judicial, ampliando a prática deste rito processual para frente de trabalho de profissionais de outras especialidades.

Nessa trama de relações institucionais acrescenta-se, ainda, que o atendimento à convocação a essa participação por parte dos profissionais de Serviço Social e Psicologia não ocorreu de forma passiva. Recorda-se que os órgãos representantes dessas categorias profissionais estabeleceram vedações na atuação profissional, posteriormente derrubadas judicialmente, mas que ainda influenciam

diretamente sobre a atuação de assistentes sociais e psicólogos. Tanto as vedações, quanto as manifestações de apoio a esta prática judicial justificam-se no cerceamento da autonomia profissional e na violação – para seus opositores – ou na proteção – para seus defensores – dos direitos dos depoentes, sendo motivo de tensões e debates inter e intraprofissionais, que se dividem, até os dias de hoje, em posicionamentos contrários e favoráveis, ainda com contornos de intensa polarização.

Cabe registrar que junto a esse cenário de forças externas ao campo específico de realização do depoimento especial, embora sem a presença física policial, nota-se a permanência deste discurso construído no momento do inquérito durante significativa parte da condução dos depoimentos, configurando uma busca reiterada por confrontar o relato produzido pela vítima no momento da denúncia e o relato prestado durante sua oitiva judicial. Observa-se, portanto, a relevância do discurso da figura policial como um agente, no sentido bourdieusiano, capaz de influenciar as práticas do campo estudado, mesmo não estando ali fisicamente presente.

Nessa relação interdisciplinar, saberes acerca dos ritos processuais, dos direitos do réu, dos direitos das crianças e dos adolescentes interagem nesse espaço penal objetivo, cuja finalidade principal é a reconstrução da “verdade” dos fatos, mas que, para isso, precisou adequar-se à proteção dos direitos dos depoentes, buscando superar barreiras de linguagem a fim de validar relatos infantojuvenis que tradicionalmente eram desacreditados no rito processual devido à sua suposta imprecisão ou inconsistência

Esses saberes podem ser entendidos como o capital que cada agente detém, ou seja, o conjunto de recursos de que cada agente dispõe para fazer valer sua leitura de mundo e seus interesses, com vistas a reafirmar sua posição no campo e adquirir cada vez maior espaço e mais capital. O campo revela, portanto, a manifestação de relações de poder, onde a posição de cada agente nessa estrutura será determinada a partir de uma distribuição desigual de capital social e simbólico entre eles, construída sócio-historicamente, seja pela forma como esses agentes vivenciaram seus processos de socialização, seja pela maneira como se deu a aquisição de seus conhecimentos, ou pela legitimidade das posições que cada um ocupa, bem como pelo processo de constituição da instituição na qual estão inseridos.

Nesse sentido, ao entender o campo da pesquisa como um espaço de relações entre agentes, em cujas ações estão corporificados aprendizados, vivências, normas,

valores, crenças e institutos, é possível perceber como eles tendem a competir entre si, inter e intraprofissionalmente, com seus saberes específicos e outros capitais, pela disputa de um objeto ou ao menos de dizer a verdade sobre o mesmo. A manutenção do rigor do rito, sob pena de nulidade do processo, a proteção da vítima ou testemunha, a defesa das garantias do réu, a fidedignidade da prova, a autonomia profissional, entre tantos outros interesses, são aspectos que tensionam essas relações e produzem a estrutura do campo pesquisado.

O antagonismo entre os detentores do capital social jurídico não exclui a complementaridade das funções e serve de base a uma forma sutil e simbólica de divisão de trabalho, na qual os adversários objetivamente cúmplices se servem uns aos outros. Mesmo nas atitudes mais heréticas advindas do polo dominado da relação de poder, em demonstrações de inconformismo com a sua posição na estrutura do campo – a exemplo das normativas dos Conselhos Profissionais de Serviço Social e de Psicologia –, essa contestação se torna “puramente simbólica”, uma vez que não se contestam “fundamentalmente os princípios que regem a estruturação do campo” e não colocam efetivamente “em causa os princípios de poder” ali presentes (Ortiz, 1983, p. 23), vez que é no âmbito mesmo do Poder Judiciário que a “lide” é dirimida, em prejuízo da posição do polo sócio-historicamente “dominado”.

A divisão do campo social em dominantes e dominados implica uma distinção entre ortodoxia e heterodoxia [...]. Ao polo dominante correspondem as práticas de uma ortodoxia que pretende **conservar** intacto o capital social acumulado; ao polo dominado, as práticas heterodoxas que tendem a desacreditar os detentores reais de uma capital legítimo. [...] Pode-se, desta forma, instituir um **processo de legitimação** dos bens simbólicos, assim como estabelecer um sistema de filtragem que determine aqueles que devem ou não ascender na hierarquia cultural. (Ortiz, 1983, p. 22, grifos nossos).

Os capitais envolvidos nesse campo em estudo, no entanto, não se resumem somente aos saberes científicos, doutrinas jurídicas e práticas profissionais estabelecidas, mas ao processo de construção das hierarquias entre os cargos e funções atribuídos aos agentes, da linguagem jurídica aplicada, das vestimentas exigidas pelo próprio ambiente funcional, além da requisição de domínio dos ritos processuais obrigatórios. Toda essa composição estabelece um código específico que separa e distingue aqueles que o dominam dos demais, distanciando fisicamente e simbolicamente juízes, promotores, defensores, técnicos e depoentes.

Assim, o *habitus*, conforme já descrito, pode ser entendido “como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, [e, portanto, socialmente constituído], funciona como uma *matriz de percepções, de apreciações e ações*” (Bourdieu, 1983, p. 71). Ele opera como “um esquema de percepção, pensamento/julgamento e ação” e age nos corpos dos agentes envolvidos no campo de modo a estabelecer relações de poder que definirão os ocupantes de cada polo, dominante e dominado, mesmo que estes agentes não se deem conta disso.

O *habitus* de classe contribuirá, portanto, para que seja naturalizada a percepção de subalternidade entre as profissões, uma vez que os técnicos mediadores do depoimento, embora se comprometam com a proteção e acolhimento dos depoentes e familiares, não possuem o nível de autonomia necessário, em um ato presidido por um juiz, para contribuir profissionalmente com seus saberes específicos. Desta forma, os técnicos que intermedeiam os depoimentos assumem a responsabilidade de avaliar as condições para realização do depoimento, bem como de conduzi-lo dentro dos protocolos estabelecidos para a aplicação da técnica de entrevista de narrativa livre. Não se pode confundir a prática judicial do depoimento com o estudo psicológico ou com o estudo social – atribuições específicas de psicólogos e assistentes sociais, respectivamente –, ou seja, não é possível requerer dos técnicos que avaliem o relato e forneçam opiniões profissionais sobre eles. A atividade ali exercida encerra-se ao término da gravação. Dentro desse aspecto, é possível compreender por que o Direito age com maior legitimidade face ao rito processual, de forma a subalternizar as demais profissões, como a Psicologia e o Serviço Social, a ponto de estes agentes, de forma não hegemônica, recorrerem aos órgãos representativos a fim de resguardarem sua atuação no campo.

Os *habitus* de cada classe sustentados acirram a concorrência entre os saberes, dificultando que seja firmada uma ação interdisciplinar efetiva. Acrescenta-se, ainda, que, intraclasse, principalmente, os profissionais, tanto de Psicologia quanto de Serviço Social, permanecem divididos no debate acerca de suas reais atribuições no campo, instigados por recomendações e posicionamentos dos Conselhos que regulamentam e fiscalizam o exercício profissional, os quais, por sua vez, continuam majoritariamente contrários à participação destes profissionais na aplicação da metodologia do depoimento especial (CFESS, 2018; CFP, 2018).

Observa-se que o *habitus*, sob uma perspectiva generalizante, ou seja, comum a todos os agentes envolvidos no campo, incute a ideia dominante de que a criança ou adolescente vitimados carecem, em certa medida, de intervenção profissional especializada. Sua capacidade de expressar-se requer que seja avaliada por profissionais especializados para que, assim, tenha a validade e a utilidade que demanda o Direito. Além disto, também se faz necessário um distanciamento físico de espaços, para que seja coibida a violência institucional que pode, eventualmente, ocorrer, em face da incapacidade dos operadores do Direito de se comunicarem adequadamente com o depoente. Por outro lado, no que se refere às equipes interprofissionais, mantém-se a percepção de que as vítimas carecem de proteção, tanto da violência sofrida quanto da frieza de tratamento e imparcialidade do sistema judiciário, razão que justifica a atuação profissional de assistentes sociais e psicólogos que defendem sua participação no depoimento especial (Hoffmeister, 2012).

Compreende-se, portanto, que, estando na condição de vítima a ser protegida, ou de depoente a ser inquirido(a), a criança ou adolescente permanece em posição de polo dominado na estrutura do campo, mesmo que a proposta do depoimento especial tenha como pretensão protetiva minimizar os possíveis causados. Criança e adolescente são inseridos no espaço jurídico formal do tribunal na figura de vítima de violência, tornando a prática dos agentes profissionais envolvidos uma tarefa ainda mais complexa diante da promessa da legislação de protegê-los quando seus direitos já foram violados, além de reconhecê-los como sujeitos de direitos, quando, historicamente, foram vistos como objetos tutelados pela intervenção estatal.

4.4. Proteção e violação: tensões e garantias

Buscando atender ao objetivo de identificar e analisar elementos existentes nas práticas dos agentes inseridos no campo depoimento especial indicativos do tensionamento entre proteção integral e violação de direitos de crianças e adolescentes vítimas de crimes, conforme exposto, as informações obtidas por meio do manejo do *corpus* da pesquisa foram sistematizadas de acordo com os três eixos norteadores propostos para análise: proteção, violação e tensão.

Embora o acesso integral aos três processos penais – todos sobre o delito de estupro de vulnerável (art. 217-A, CP) – tenha oportunizado o enriquecimento do contexto que envolveu a produção dos relatos das alegadas vítimas, ressalta-se, contudo, que o objeto central da presente análise esteve voltado para a prática dos agentes que, no campo em questão, interagiram e conduziram o depoimento especial, de modo a evidenciar elementos que contribuíssem com a proteção integral das depoentes ou indicassem violação de direitos, ou demonstrassem o tensionamento existente na interação entre proteção integral e violação. As circunstâncias das violências relatadas terão a finalidade de compor o cenário, contextualizando a leitura a fim de que seja possível diferenciar os diálogos sem, contudo, constituir-se objeto central de análise.

Os depoimentos, bem como os conteúdos de seus processos, estão classificados como Caso1, Caso2 e Caso3. Os agentes atuantes, direta ou indiretamente, estão denominados de acordo com o papel desempenhado, onde optou-se por utilizar o gênero feminino, como forma de destacar a majoritária participação de profissionais mulheres na função de Mediadoras. Quanto às depoentes, o uso do gênero feminino, além de deixar claro que as alegadas vítimas, nos três processos, eram todas meninas, busca referenciar o alto índice de violência que atinge mulheres e meninas (Vastano; Campagnac, 2019). Desse modo, serão utilizadas as seguintes nomenclaturas: Juíza, Promotor/Promotora, Defensor, Mediadora, Acusado e Depoente. A classificação buscará, portanto, relacionar o agente ao caso correspondente onde se deu a sua atuação. A classificação Defensor será utilizada com o intuito de abarcar tanto Defensores Públicos, quanto advogados. O mesmo ocorrerá para Mediadora que buscará referenciar a profissional que conduziu a oitiva, independentemente de sua formação profissional.

A seguir estão dispostas as sinopses informativas de cada processo, a fim de facilitar a leitura da análise:

Caso 1: trata de acusação de estupro de vulnerável em que o Acusado era companheiro da mãe da criança. Na denúncia inicial realizada em delegacia de polícia não especializada, a criança, acompanhada da mãe e do acusado, relatou que o padrasto manipulava seu corpo, não tendo havido conjunção carnal. Fotos da vítima nua foram encontradas no telefone celular do acusado. O ECD apresentou resultado negativo para sinais de violência, afirmando que a vítima ainda era

virgem. O Acusado foi preso em flagrante. Houve um espaço de, aproximadamente, seis meses entre o momento da denúncia e o momento do depoimento especial judicial, quando a alegada vítima negou toda a queixa inicial, afirmando ter mentido no momento da denúncia. A Depoente contava com nove anos de idade na data do suposto abuso e com dez anos, na data da oitiva. Foi determinado que o Acusado fosse libertado após a última audiência de instrução, o que ocorreu, por volta de sete meses e meio após a denúncia. O depoimento especial judicial durou aproximadamente trinta e cinco minutos.

Caso 2: trata de acusação de estupro de vulnerável em que o Acusado costumava prestar serviços gerais para os pais da vítima. A denúncia foi feita em delegacia especializada, onde foi aplicada a técnica de depoimento especial em âmbito policial. A criança foi encaminhada para a realização do ECD, mas até a conclusão do inquérito policial, o laudo do exame não havia sido disponibilizado. O ECD não constava como peça processual. A Depoente narrou episódios em que o Acusado havia passado a mão em suas partes íntimas por cima de sua roupa. Este, por sua vez, em sua defesa, alegou que a mãe da vítima se recusava a pagar dívida contraída com ele, sendo este o motivo das acusações. Houve um espaço de um ano e três meses entre o momento da denúncia e o momento do depoimento judicial. A Depoente contava com oito anos de idade na data do alegado abuso e nove anos, na data da realização do depoimento; o réu contava com sessenta e cinco anos. O depoimento especial judicial durou aproximadamente sete minutos.

Caso 3: trata de acusação de estupro de vulnerável em que o Acusado era namorado da mãe da criança. A denúncia foi feita em delegacia especializada, onde foi aplicada a técnica de depoimento especial em âmbito policial. A Depoente narrou vários episódios de abuso perpetrados pelo Acusado. Houve um espaço de nove meses entre o momento da denúncia e o momento do depoimento, cabendo ressaltar que a criança revelou o abuso, aproximadamente, três anos após sua cessação, quando já possuía a idade de dez anos. A Depoente contava com onze anos de idade na data da realização do depoimento especial e cinco anos, na data em que os abusos se iniciaram, o que perdurou por aproximadamente dois anos, conforme seu relato. O depoimento especial judicial durou aproximadamente quarenta minutos.

4.4.1. Seguindo algumas pistas para análise

Em termos de **proteção**, é inegável que o formato do depoimento especial trouxe maior acolhimento à vítima em contraposição ao método tradicional de audiências (César, 2007), muito embora sua eficácia dependa de atividades constantes de aprimoramento das equipes, estrutura física e tecnológica adequada e de um determinado nível de capacidade cognitiva por parte das depoentes (Feix; Pergher, 2010).

O tratamento cordial e respeitoso percebido durante a condução dos três depoimentos analisados – visto não terem sido observadas condutas ofensivas – é fator indispensável para a construção de um ambiente favorável à realização de uma oitiva, uma vez que as Mediadoras passam a ter condições de se dedicarem à escuta atenta do relato, respeitando o tempo da narrativa e fazendo as intervenções de maneira adequada e condizente com as técnicas protocolares.

Dessa forma, os tribunais podem agir no sentido de que sejam designados⁷⁷ somente profissionais voluntários dispostos à realização da prática do depoimento especial por acreditarem na atuação voltada à proteção integral das vítimas submetidas a ele, respeitando-se, assim, sua liberdade de escolha profissional para atuar neste campo (Hoffmeister, 2012). Reitera-se que os conselhos profissionais, apesar de impedidos de vedar a participação de assistentes sociais e psicólogos neste tipo de atividade, ainda, afirmam seu posicionamento contrário de forma majoritária (CFESS, 2018; CFP, 2018).

Neste sentido, considera-se que o ato de designação obrigatória fere essencialmente a autonomia profissional, pondo em cena agentes contrários ao depoimento que, possivelmente, tenderão, mesmo que de forma não deliberada, a conduzi-lo de forma inadequada. Além disto, reitera-se, conforme referido anteriormente, que a condução destes depoimentos não é atribuição profissional

⁷⁷ Observa-se que o NUDECA, até o período exercido de atividade voluntária desta pesquisadora junto ao setor, mantinha o posicionamento de designar profissionais voluntários, os quais recebiam capacitação para aplicação da técnica de Entrevista Cognitiva e, posteriormente, eram convidados a participar de reuniões técnicas para discussão e aprimoramento da atividade.

específica de psicólogos ou assistentes sociais, mas de agentes atuantes no Sistema de Justiça designados para aplicação do protocolo da técnica de entrevista⁷⁸.

Cabe, ainda, ressaltar que o depoimento especial não é uma prova autônoma, devendo ser analisado junto a outros elementos probatórios e não como única prova (Brito; Pereira, 2012), posto que as provas judiciais periciais, testemunhais e documentais não se excluem, mas se complementam a fim de fornecer subsídios para a decisão judicial. Portanto, o depoimento especial não se confunde com prova técnica pericial, uma vez que se trata de prova testemunhal, não cabendo ao assistente social ou ao psicólogo fornecer opiniões técnicas sobre o testemunho aprofundando o seu conteúdo. No entanto, seja qual for a especialidade do profissional, este dependerá de capacitação e treinamento especializado e continuado, providenciado pelo tribunal de atuação, para que possa estar apto à realização da mediação da oitiva.

Percebe-se, no entanto, que um potencial para **violação** de direitos mantém-se latente no cenário do depoimento, podendo concretizar-se em violência institucional, uma vez que não se pode ignorar que no campo jurídico se expressam relações de forças cujos interesses nem sempre são convergentes, mas conflitantes, em sua maioria. Esse potencial para violação mantém-se presente na prática, esteja ela voltada para a garantia dos direitos das partes envolvidas, ou para o cumprimento do ato processual, evidenciando uma constante **tensão**, como se a ação protetiva voltada para um beneficiário estivesse continuamente na iminência de violar o direito do outro.

Assim, foram identificados oito elementos centrais indicativos de tensionamentos presentes na prática dos agentes atuantes no depoimento especial, os quais serão apresentados a seguir.

4.4.1.1. Aplicação da técnica de entrevista

Para que o depoimento se concretize como fator de proteção, é indispensável que a profissional designada para a função de Mediadora esteja habilitada para

⁷⁸ Na experiência do NUDECA os depoimentos também são mediados por técnicos que não possuem especialidade em Serviço Social ou Psicologia, como, por exemplo, Comissários de Infância e Juventude.

conduzir a entrevista. A Mediadora, ao iniciar o depoimento precisa retomar aspectos trabalhados na fase do *rapport* inicial – que não é videogravado –, abrindo o diálogo com assuntos neutros e algumas regras da conversação e, em seguida, abordando o tema central da conversa:

Me fala um pouquinho (nome da vítima), por que você tá aqui? O que que você veio fazer aqui? [...] Você me conta do jeito que você quiser com todos os detalhes que você puder lembrar... são importantes pra mim, tá? Tudo o que você lembrar. Vou deixar você falar livremente. Aí depois se eu tiver alguma dúvida, eu vou te perguntar, tá? Pode começar. (Mediadora do Caso 1).

Então, a gente já conversou bastante sobre a sua vida, bastante sobre muitas coisas. Agora a gente vai falar sobre aquele assunto, tá? Vai ser daquele jeito que eu pedi pra você. Assim, com bastante detalhe, só o que você lembrar. O que você não lembrar, não precisa, tá, se esforçar. E quando a gente terminar, eles vão fazer algumas perguntas, eu vou botar isso aqui outra vez (indica o ponto eletrônico) e eu vou passar pra você. [...] Então pode começar a contar. (Mediadora do Caso 2).

Então, a gente conversou sobre alguns assuntos ali, mas hoje, nós viemos conversar sobre um assunto específico. Você sabe sobre o que que é? [...] Vou pedir pra você fazer um esforço de lembrar, tá? [...] qual era o lugar onde você estava, o que você lembra sobre isso, o que havia no lugar, se era de manhã, de tarde, de noite, se você sentiu algum cheiro, se você ouviu alguma coisa, se você viu alguma coisa, tudo é importante. [...] Eu vou procurar não te interromper, tá? E no final, eu vou anotando aqui e vou te fazer alguma perguntinha pra te entender melhor. (Mediadora do Caso 3).

Ao término do relato inicial das Depoentes, às Mediadoras cabe retomar aspectos que não ficaram claros, estimulando, sempre que possível, a continuidade livre das narrativas e evitando perguntas cujas respostas estejam resumidas a Sim/Não, valorizando, sempre que possível, o esforço de participação da Depoente. Nota-se que elocuções como “me conte mais sobre isso”, “o que você lembra disso?”, “como isso foi descoberto?” são maneiras de focalizar um determinado assunto já abordado, mas indicando a possibilidade de produção livre de uma narrativa que irá corroborar ou contradizer o que já foi falado. No encerramento da entrevista, as Mediadoras buscaram retomar assuntos neutros que remetessem ao *rapport* inicial, ressaltando a importância da participação da Depoente e agradecendo o seu esforço.

O juiz pede pra agradecer, tá bom, o seu esforço de lembrar e de falar, tá? Então a gente terminou aqui. Aí a gente pode voltar lá... que você tava lendo aquela revistinha. Vamos, para você terminar lá. (Mediadora do Caso 3).

É importante que as Mediadoras estejam atentas a elementos trazidos pelas Depoentes em suas narrativas, como circunstâncias do contexto do fato e das relações de sociabilidade com o acusado, família e pessoas próximas que sejam mencionadas durante o depoimento. A utilização de linguagem compreensível e de denominações produzidas pelas próprias Depoentes foram atitudes de relevante significado, pois além de evitarem a indução do relato – quando elementos que não foram produzidos na narrativa são inseridos na conversação –, diminuem o distanciamento simbólico existente entre o lugar ocupado por estas duas agentes na estrutura do campo, haja vista a assimetria sócio-histórica de poder envolvida nas relações intergeracionais.

-Botava a mão dele no meu peito, na... no... (a depoente faz gestos circulares com as mãos indicando a região do baixo ventre) na minha perereca e pegava às vezes a mão dele e botava na minha bunda.

-Entendi. Você falou que ele também beijava sua boca (elemento narrado pela depoente em seu relato inicial). Mais alguma parte do corpo dele encostou em você?

-Sim.

-Que parte do corpo dele?

-A boca e o negócio.

-Como é que você chama esse negócio dele?

-É... o pinto dele.

-O pinto dele. Então, a boca dele, você disse que encostou em você, e o pinto também.

(Trecho do diálogo entre a Mediadora e Depoente do Caso 3).

Nota-se que os esclarecimentos buscam atender às requisições do Direito, seja para o exercício da ampla defesa do réu, seja para determinar o tamanho da pena, dentre outros aspectos. Dessa forma, é importante que a Mediadora esteja treinada e seja experiente para discernir como tais questionamentos devem ser transmitidos à Depoente, estando sensível aos desconfortos e ansiedades que o tema possa causar (Feix; Pergher, 2010; Santos; Gonçalves; Alves Jr., 2020). Observou-se, por exemplo, no Caso 3, que algumas perguntas transmitidas pela sala de audiência, por exemplo, foram feitas quase de forma literal, contudo, cabe ressaltar que o vocabulário empregado já havia sido trabalhado durante a narrativa, tendo a Depoente demonstrado capacidade de entendimento e tranquilidade ao responder às perguntas.

4.4.1.2.

Lapso temporal entre violência e depoimento

Considera-se que um grande lapso temporal existente entre a violência e o momento do depoimento especial pode se caracterizar como um elemento dificultador da execução da oitiva. Os três casos analisados apresentaram circunstâncias diversas, mas com expressivos lapsos temporais: no Caso 1, o espaço de tempo entre o fato e o depoimento foi de, aproximadamente, 6 meses; no Caso 2, um ano e três meses; e no Caso 3, devido à situação de revelação tardia do abuso, o lapso temporal foi de seis anos.

Nos Casos 2 e 3, constam como peças processuais os pareceres expedidos pelo NUDECA que alertam sobre como o lapso temporal dificulta o resgate de memória detalhado, sendo este um fator relevante na condução do depoimento especial. Conforme Delfos (2001), as memórias não estão guardadas no cérebro esperando o momento de serem acessadas e resgatadas. As memórias são dinâmicas e se atualizam à medida em que novas experiências vão sendo registradas, o que torna a exigência de uma memória literal do fato algo inatingível, em qualquer momento, seja qual for o tamanho do lapso temporal existente. Reiteram-se, ainda, as considerações de Stein e Neufeld (2001) acerca da possibilidade de interferências internas ou externas que podem, respectivamente, ocasionar a criação de falsas memórias espontâneas ou sugeridas. Nos três casos analisados, todas as depoentes manifestaram, pelo menos em algum momento do relato, não se lembrar ou não ter certeza de algum detalhe.

4.4.1.3.

Confronto com o inquérito policial

Um terceiro elemento observado foi a busca por confrontar as informações prestadas, anteriormente, no registro de ocorrência ou no depoimento especial realizado em sede policial com as do depoimento especial judicial. Isto faz com que o discurso produzido a partir do inquérito policial tenha uma presença muito forte na condução do depoimento, ainda que não seja física. Em razão desta busca por confirmações ou por contradições no relato, o discurso policial configura-se como elemento relevante de direcionamento do depoimento especial.

-[...] Aí você foi na delegacia. Quem que foi na delegacia com você?
 -Eu, minha mãe e ele (a Depoente refere-se ao Acusado).
 -Vocês três? (A Depoente acena que sim com a cabeça). E o que você falou lá na delegacia? Tenta lembrar. (A Depoente acena que não com a cabeça)
 -O que vier na sua cabeça. [...] Tudo que você lembrar é importante para gente.. o que que você contou lá na delegacia?
 -Não me lembro.
 -Não lembra de nada? (Longa pausa). Se você quiser fechar o olho, pra ter um tempinho assim pra ver se você consegue lembrar.
 -Não me lembro.
 -Você lembra quando isso aconteceu?
 -O dia que eu fui na delegacia? (A Depoente murmura que sim).
 [...]
 -[...] Mas você não lembra o que você falou lá pro policial, o que que te perguntaram? (A Depoente acena que não com a cabeça).
 [...]
 -Agora vamos falar mais um pouquinho, tentar lembrar mais um pouquinho sobre... lá na delegacia... Você chegou lá na delegacia, te fizeram um monte de perguntas lá, né, foi ano passado isso... O que foi que você contou lá na delegacia... Vamos forçar um pouquinho a memória pra ver se a gente lembra de mais coisa... O que que você contou lá... Qualquer coisa que você lembre é importante.
 -Eu inventei que ele mexia na minha parte... no meu peito, na minha parte íntima.
 [...]
 -Aí você falou isso lá na delegacia, né? Aí você tá me dizendo que... você disse isso por quê?
 -Porque eu tava com raiva dele.
 (Trecho do diálogo entre a Mediadora e a Depoente do Caso 1).

Ressalta-se que o potencial para violação, presente na requisição em se confrontar essas informações, pode fazer com que a condução da oitiva venha a ferir a proteção integral do depoente por buscar cancelar informações constantes na investigação policial. Diante desse direcionamento, corre-se o risco de validar o relato apenas por este ter repetido o que foi dito durante o inquérito, como observado no Caso 2, mostrando-se, assim, coerente e coeso, ou invalidá-lo por este não ter confirmado o que foi dito em sede policial, ou seja, mostrando-se contraditório ou inepto, como no Caso 1.

-O que eu preciso que seja pontuado com ela é: [...] se alguém pediu pra ela contar essa história, a de hoje. (Segunda intervenção realizada pela Juíza).
 -Deixa eu te fazer uma última pergunta, você tá me contando aqui essa história toda, tô sabendo melhor o que aconteceu, mas eu quero entender o seguinte, alguém, alguma pessoa pediu pra você falar, contar essa história aqui hoje pra mim?
 -Não. Ninguém.
 -Por que que você resolveu falar hoje aqui essa história.?
 -É porque... é porque... sei lá... não sei... porque minha mãe falou que tem que falar tudo aqui, que vocês vão ouvir direitinho. Então eu falei.
 -A sua mãe falou pra você que você tem que falar tudo, né? Tudo o que que ela falou?
 -Tudo o que ele fez com você ou não fez... tem que falar, entendeu?

-Entendi... ela falou pra você falar tudo. Mais ninguém da sua família... não teve mais nenhuma conversa sobre isso? Alguém que tenha falado pra você contar essa história hoje?

-Não.

(Trecho do diálogo entre Mediadora e Depoente do Caso 1, após a segunda intervenção da Juíza).

4.4.1.4.

Confronto com o Exame de Corpo de Delito

Conforme mencionado anteriormente, o ECD é um dos elementos probatórios que exerce grande influência sobre as decisões judiciais (Drezett et al., 2001). Contudo, é importante reiterar que este exame representa um significativo tensionamento entre garantias, visto que, a depender de seu resultado, pode influenciar a decisão judicial, mesmo que este resultado não represente uma certeza.

No Caso 1, o ECD de resultado negativo para violência e desvirginamento pode ter contribuído para o convencimento da Juíza em favor da absolvição do Acusado quando somado ao depoimento especial judicial da Depoente que negou a ocorrência dos fatos. No Caso 2, o resultado do ECD ainda não havia sido disponibilizado, sendo, todavia, interessante ressaltar que, mesmo com a ausência deste documento, o inquérito policial apontou que o seu resultado era indiferente, pois a conduta, de qualquer forma, estaria enquadrada no mesmo dispositivo penal, estando expresso o seguinte trecho: “é forçoso reconhecer que ainda que o laudo aponte que a criança seja virgem e que não há vestígios de ato libidinoso diverso da conjunção carnal, o quadro fático não se alterará”.

O Caso 3 difere dos demais, pois o ECD acusou desvirginamento, apesar de não terem sido detectados sinais recentes de violência (lembra-se que a revelação neste caso ocorreu aproximadamente três anos após o término dos abusos). O assunto foi abordado no depoimento de modo a identificar a possibilidade de atividade sexual da Depoente com um possível terceiro, o que favoreceria a defesa do Acusado, uma vez que a mesma em seu relato afirmou não se lembrar de ter havido penetração.

- [...] O auto de exame de corpo de delito de conjunção carnal dela teve resultado positivo pra desvirginamento e ela tinha... acho que não tinha nem 10 anos de idade quando fez o exame, e ela tá um pouco titubeante em relação a se houve ou não penetração com o denunciado. Então eu queria, da forma mais tranquila possível, se possível, que fosse perguntado a ela se ela teve alguma experiência sexual com outra

pessoa e se essa experiência sexual com penetração foi antes da confecção do exame. (Intervenção da Promotora).

-E você disse que ele encostou na sua perereca. Você também ficou assim, meio na dúvida, né, se o pinto dele conseguiu entrar...

-Eu não tô bem lembrada se...

-E assim, você já teve algum namorado, né, depois de tudo isso? Que você agora tem onze anos, tá quase indo fazer doze. Você já teve algum namoradinho? (A depoente murmura que sim).

-Já teve... tá.

-E com esse namorado, você chegou a ter alguma experiência sexual?

-Não.

-Alguma relação sexual?

-Não.

(Trecho do diálogo entre a Mediadora e Depoente do Caso 3).

4.4.1.5. Insistências e repetições

A insistência na repetição de perguntas e a solicitação reiterada de informações já prestadas foram elementos observados na condução dos depoimentos, cuja responsabilidade em administrar, recai sobre as Mediadoras. Embora este seja um elemento dificultador, possivelmente, se deve à necessidade de o depoimento precisar atender aos requisitos da ampla defesa e do contraditório, buscando a confrontação de informações anteriormente fornecidas ou a contradição nos relatos e, através deles, garantir a defesa do Acusado, como já foi mencionado.

Contudo, há que se registrar que, nos casos observados, alguns trechos analisados (principalmente nos Casos 1 e 3) apresentaram questionamentos repetidos, prolongando a duração do depoimento e fazendo com que as Depoentes precisassem reiterar informações já prestadas.

-Eu fiquei com algumas dúvidas aqui. Você falou pra mim que você pegou o telefone dele, do (nome do Acusado), que ele te emprestava o telefone e aí você tirou foto. Mas quem foi que tirou a foto, quem foi que bateu a foto?

-Eu.

-Você mesma bateu a foto. E como que era essa foto?

-Eu não me lembro muito não.

-O que você lembrar.

-Eu não me lembro exatamente, entendeu?

-Como você estava nessa foto? Você lembra? Tinha mais alguém com você? Era só de você?

-Era só eu.

-Era só você e você tirou essa foto com o celular dele que você disse, né? Tá, e por quê?

-Porque eu quis tirar foto.

[...]

-[...] Você só lembra isso, que você tirou a foto... e isso foi uma vez ou foi mais de uma vez que aconteceu?

-Uma vez.

-Foi só uma vez que você tirou a foto? (A Depoente acena que sim com a cabeça).

-Como é que você estava nessas fotos?

-Eu não me lembro muito bem não.

-O que que você lembra? Fala pra mim, o que você lembrar. (A Depoente acena que não com a cabeça).

-Eu não me lembro.

[...]

-[...] outra questão é... não entendi muito bem. Eu acho que ela falou isso... eu gostaria que fosse reperguntado, foi ela mesma que tirou a fotografia dela nua, quer dizer, ela não falou que estava nua, é o que consta nos autos, ou foi o Acusado quem tirou as fotografias, eu fiquei meio da dúvida com relação a isso. (Intervenção do Promotor realizada quando a Mediadora abre o áudio para as perguntas da sala de audiência).

[...]

-Vamos ver se você consegue fazer um esforcinho pra me dar um pouquinho mais de detalhes, tá? Sobre a história da fotografia que você me contou. Quem foi que tirou a fotografia?

-Eu.

-Você? Você que pegou o celular do (Nome do Acusado) e bateu a fotografia? Ele nunca tirou fotografia sua?

-Não.

-Tá... e me explica melhor essa história da fotografia. Como é que você estava na fotografia? Vê se você consegue lembrar como é que era a sua roupa, se tinha roupa, como é que era?

(Trecho do diálogo entre a Mediadora e Depoente do Caso 1, contendo a intervenção do Promotor).

Observou-se que a Depoente do Caso 3, por exemplo, embora tenha produzido uma narrativa minuciosa e coerente, com claros aspectos temporais, informando sobre a dinâmica familiar e as relações com o acusado, inclusive esclarecendo, em detalhes, aspectos relativos à manipulação das partes do seu corpo pelo acusado, precisou repetir assuntos já abordados.

- [...] Eu e minha mãe, a gente dormia no sofá-cama e ele... minha mãe fazia uma cama no chão, na porta. Aí, ele me chamava.

[...]

-Você falou que tinha um sofá-cama lá. Aí quem dormia nesse sofá-cama?

-Eu e minha mãe.

-Tá. E quando o (nome do Acusado) dormia lá, como que era?

-Ele dormia no chão.

[...]

-Ela relatou que os fatos aconteciam na sala, né, onde havia esse sofá-cama, eu fiquei na dúvida, quando o senhor (nome do Acusado) dormia na casa da vítima, ele dormia na sala com a mãe e com ela no sofá-cama... ou ela dormia na parte de baixo [...]. (Intervenção realizada pela Promotora).

(Trechos extraídos do depoimento relativo ao Caso 3).

4.4.1.6.

Representações sociais nos discursos institucionais

A expectativa por um relato amplamente detalhado foi observada no Caso 1 e no Caso 3, onde as depoentes contavam com dez e onze anos de idade, respectivamente, tendo seus depoimentos durado mais de trinta minutos. Isso pode ter ocorrido em virtude de ambas aparentarem um desenvolvimento físico mais próximo da adolescência e, conseqüentemente, um desenvolvimento cognitivo de maior repertório linguístico e verbal. Este fato não foi observado no Caso 2, em que a depoente apresentava um desenvolvimento físico infantil, embora seu relato tenha ocorrido de forma clara, porém bastante concisa. A Depoente do Caso 2 narrou exclusivamente os episódios de abuso, fornecendo detalhes visuais, por exemplo, ao descrever as roupas que usava e alguns objetos, e fazendo referências a algumas datas, contudo, sem informar detalhes sobre o contexto da relação existente entre o acusado e a família. Durante a condução deste depoimento não se observou intervenção em favor da defesa do réu que tivesse base nos argumentos de sua contestação.

Portanto, cabe registrar algumas reflexões suscitadas, especificamente, sobre o Caso 2, que tangenciam, de certa maneira, os demais casos. A Depoente do Caso 2, em seu aspecto infantil de criança *mais nova*, ocupa um lugar social, cuja representação tende a causar maior comoção e sensibilização por parte dos agentes de proteção. Assim, conforme já exposto por James (2009), estes agentes tendem a concretizar aquilo que eles supõem que as crianças necessitam, limitando as suas formas de participação e imprimindo um caráter unidirecional em sua ação justificado pela necessidade de proteção e pela crença de que crianças *mais novas* são incapazes de responder por si mesmas. Nesse sentido, as crianças *mais velhas*, em que pese seu desenvolvimento físico mais parecido com o de adolescentes, poderão ser mais exigidas em seus depoimentos, sendo demandadas por detalhes e por repetições que visam à confrontação, confirmação ou contradição dos seus relatos, estando assim mais expostas aos riscos de revitimização. Ao passo que as crianças *mais novas*, têm sua participação limitada, uma vez que os adultos à sua volta parecem supor que, assim, a protegerão – algo de que as crianças *mais velhas* não necessitariam tanto.

Em posição antagônica, o Acusado do Caso 2, na condição de idoso, ocupa no imaginário social um lugar de decadência física e inatividade, fazendo com que o seu processo biológico de envelhecimento seja apropriado e elaborado simbolicamente (Minayo; Coimbra Jr., 2002). No Caso 2, o depoimento especial não trouxe muitos elementos expressos, principalmente, devido à sua rápida execução que durou apenas sete minutos. Contudo, seu processo penal físico registrou nos discursos institucionais dos agentes atuantes na fase pré-judicial, elementos que confirmam a presença concreta de representações sociais geracionais, tanto acerca da infância, como da velhice – o Acusado era um idoso de sessenta e cinco anos –, materializando um *habitus* construído sócio-historicamente que versa sobre os aspectos intergeracionais da sexualidade destes dois estágios do ciclo vital. Tanto o inquérito policial, como a denúncia do Ministério Público trazem expressos em seus conteúdos, representações de um imaginário social reforçado através de afirmativas sobre a “ingenuidade” da criança ou sobre o crime causar “repulsa na sociedade” que necessita ser protegida, uma vez que a liberdade do acusado significa um risco à ordem pública. Esse imaginário social remete a impressões, tanto acerca da incapacidade da infância, quanto da assexualidade da velhice, retratando como este abuso sexual tem maior potencial de causar “asco” e “repulsa” da sociedade, uma vez que de um idoso parece se esperar, ao menos, que se envergonhe de manifestar desejos e atividades sexuais.

4.4.1.7.

Habitus da sociedade disciplinar

Outros trechos dos referidos documentos, pertencentes ao Caso 2, corroboram a presença desse imaginário social, descrevendo que os crimes foram praticados com “extrema frieza e crueldade” contra a “indefesa criança”, devido à “malevolência característica de um psicopata”, “covarde e desprezível”, cuja conduta “causa tanto nojo e asco, que palavras não conseguem descrever com precisão tamanha repugnância”. Outros adjetivos são utilizados ao longo do documento (frio criminoso, facínora) que teve por fim, além do acolhimento da denúncia, convencer sobre a necessidade de decretação da prisão preventiva do Acusado, o que não foi atendido, tendo a Juíza ressaltado que referida medida

cautelar requer elementos “muito mais contundentes e substanciosos do que o simples suporte probatório mínimo de autoria”.

Ressalta-se que esses discursos punitivos refletem não só representações sociais, mas também, a construção sócio-histórica de uma **sociedade disciplinar**, em que a conduta criminosa causa danos à sociedade, devendo o delinquente ser considerado um “inimigo social”, sobre o qual a Justiça buscará qualificar o ato, o acusado, suas vontades e suas disposições, determinando o seu alijamento social como forma de punição (Foucault, 1987, 2002).

Assim, no que tange ao Caso 2, os agentes estatais demonstraram, por meio de suas práticas, o processo de incorporação de um *habitus* social hegemônico – porquanto presente nos diversos grupos e classes sociais –, quando deram concretude às representações desse imaginário social ou quando transpuseram expressamente aspectos que remetiam ao ideário de controle social punitivo construído ao longo do processo de desenvolvimento sócio-histórico das instituições do Estado, mormente aquelas mais associadas ao Sistema de Justiça.

4.4.1.8. Detalhamento da violência

Um último elemento a ser abordado, nesta análise, trata da requisição de detalhamento da violência, seja para que a Depoente forneça informações para argumentação da defesa, seja para evidenciar, em seu relato, aspectos que comporão as circunstâncias a serem analisadas sob os critérios de fixação da pena em caso de responsabilização do Acusado pelo crime (art. 59, CP). Nesse sentido, observa-se que são requeridos detalhes explícitos da violência, bem como de suas circunstâncias.

-Eu quero saber [...] se durante os atos sexuais ele se masturbava ou se ele a forçava a praticar sexo oral nele e se de alguma forma ele ejaculava. (Segunda intervenção da Promotora do Caso 3).

Conforme demonstrado, o detalhamento da violência se apresenta como um requisito do Direito, embora cause constrangimentos e desconfortos, pois são informações com grande potencial de revitimização das Depoentes. Dessa forma, as Mediadoras precisaram abordar o assunto de modo que a iniciativa do relato

partisse da própria Depoente, uma vez que os protocolos das técnicas não recomendam inserir, no diálogo da oitiva, palavras que as Depoentes não tenham mencionado.

-A gente só quer saber com um pouco mais de detalhes se alguma vez ele chegou a penetrar o dedo [...], se alguma vez ele chegou a penetrar o dedo na vagina dela. Só isso. (Intervenção da sala de audiência).

[...]

-Alguma vez ele chegou a botar a mão aí mais forte?

-Não, foi sempre mais ou menos. Nunca foi muito forte.

(Trecho do diálogo entre Mediadora e Depoente do Caso 2).

-[...] Em que parte do seu corpo as mãos dele encostavam?

-Na minha perereca e no meu peito, e na minha bunda também.

-Na perereca, no peito e na bunda, tá.

-Em relação aos dedos dele. Alguma vez os dedos dele entraram em alguma parte do seu corpo?

-Eu acho... não sei... mas eu acho que já. Ele já botou o dedo na minha perereca.

-Na parte de dentro?

-Na de dentro... acho que não... eu acho... não tenho certeza... mas ele mexia. Não... eu acho que já... não sei...

(Trecho do diálogo entre Mediadora e Depoente do Caso 3).

A responsabilidade dessa “tradução” fica a cargo da Mediadora que, a depender de seu treinamento, pode ou não conseguir desempenhar a tarefa. Além disso, a Depoente precisará estar disponível para fornecer os detalhes requeridos, o que nem sempre ocorre.

- Essa história toda que você contou pra eles, pros seus irmãos, na delegacia?

-É história.

-É história? Que mais?

-Só isso.

-Só isso?

(Trecho do diálogo entre Mediadora e Depoente do Caso 1)

Outros detalhes podem ser requisitados para que se conheçam as circunstâncias⁷⁹ em que o crime foi perpetrado, por exemplo, solicitando que o depoente fale sobre a quantidade de vezes em que ocorreu a violência, se existia relação de confiança ou poder entre o acusado e a vítima, se o acusado agiu em

⁷⁹ Não serão abordados no presente trabalho os aspectos técnicos relativos às circunstâncias do crime, mas é interessante saber que eles possuem a finalidade de alterar a fixação da pena, para mais ou para menos. As circunstâncias qualificadoras estabelecem um tipo penal com uma sanção mais grave do que o tipo simples, por exemplo, homicídio simples e homicídio qualificado. Contudo, mesmo sobre o tipo penal simples, irão incidir circunstâncias atenuantes, agravantes e majorantes que influenciarão diretamente no tamanho da pena a ser aplicada. Para um melhor entendimento, consultar o capítulo III do Código Penal brasileiro.

conjunto com outras pessoas, entre outras. As circunstâncias comprovadas irão servir de apoio para que o juiz estabeleça a pena do acusado.

- Eu quero saber [...] por quanto tempo duraram os abusos [...].
- Eu quero saber a periodicidade que o senhor (nome do Acusado) dormia na casa [...], se ela já o viu a olhando de forma lasciva e se ele enfiava os dedos nela. [...]. (Intervenção da Promotora do Caso 3).

Observa-se que as requisições por alguns detalhes aparentam ser tentativas de responsabilização dos familiares pela falha na guarda e no cuidado, buscando transferir a culpa da violência cometida contra a Depoente para aqueles que foram incapazes de zelar por ela; ou até mesmo, como estratégia de defesa, tentativas de comprovar que a autoria do crime é de um terceiro, inocentando o Acusado.

- Eu quero saber se ele a acordava para praticar os atos ou se ela já tava ali acordada porque tinha esse hábito de dormir tarde. Eu quero saber se ela já viu a mãe e o senhor (nome do Acusado) tendo relações sexuais [...] e se isso era frequente [...], se ela já viu o (nome do Acusado) nu dentro de casa [...]. (Intervenção possivelmente realizada pela Promotora do Caso 3).

- Eu queria saber qual era o relacionamento dela com a mãe, se o avô tinha algum problema de saúde e se por algum motivo ele se ausentava dessa residência, se ela ficava sozinha com o acusado, se ela chegou a comentar com alguém sobre esses fatos, ainda que não fosse da própria família. [...] Qual era a reação dela quando o (nome do réu) saía com a mãe. [...] O acusado [...] me relatou que, em determinada ocasião, ela já tinha narrado sobre esses fatos e que a mãe havia levado ela pra fazer alguns exames pra comprovar se havia algum abuso anterior ou não. Se ela confirma esses fatos [...]. (Intervenção do Defensor do Caso 3).

Os delitos de estupro (art. 213, CP) e estupro de vulnerável (art. 217-A, CP) abarcam conjunção carnal e atos libidinosos, estes podendo ser classificados em um rol não taxativo de condutas sexuais. Se por um lado, o legislador procurou tornar mais abrangente a aplicação do crime de estupro, por outro, esta multiplicidade de condutas incluídas em um mesmo tipo penal, que são os atos libidinosos, dificultou, significativamente, a tarefa das Mediadoras do depoimento especial, uma vez que a gradação dos detalhes se torna essencial para a defesa do acusado e para a fixação da pena, intensificando a tensão já existente nesta inter-relação e deixando um peso ainda maior nos ombros das Depoentes.

Dessa forma, diante dos casos analisados, foram observadas três condutas diversas, mas enquadradas no mesmo tipo penal, tornando a tarefa dos operadores de Direito, bem como das Mediadoras de difícil execução. Ressalta-se que os crimes

sexuais causam grande comoção da opinião pública, sendo de forte clamor a punição de delitos de estupro e estupro de vulnerável, cujas penas iniciais são seis e oito anos, respectivamente, ou seja, são penas consideradas altas no ordenamento jurídico brasileiro, em razão do reconhecimento de sua gravidade.

Sem o intuito de problematizar os fundamentos da reforma da lei penal de 2009 (Torres, 2011) que uniu as condutas de estupro e atos libidinosos em um único tipo penal, resta ao final desta análise apenas buscar compreender o peso social que atravessa esta tipificação, quando no Caso 2, o acusado responde pelo mesmo delito que o acusado do Caso 3, estando ambos sujeitos a uma condenação mínima de oito anos em regime fechado. Neste sentido, percebe-se que o elemento encontrado, o qual denominou-se *detalhamento da violência*, em muito se relaciona com aquele classificado como *habitus da sociedade disciplinar*, onde o clamor social punitivo também se personifica como um forte agente capaz de estabelecer regras de funcionamento do campo social, conformando a atuação e as relações dos demais agentes presentes em sua estrutura.

Apesar das dificuldades de acesso às informações do material empírico, por este encontrar-se sob sigilo de Justiça, diminuindo, assim, a diversidade da análise, a discussão apresentada permitiu o levantamento de questões bastante pertinentes, principalmente, em virtude da riqueza das informações proporcionadas pelos três casos elencados. Assim, buscou-se atender ao objetivo central proposto por esta pesquisa qualitativa que foi identificar e analisar elementos indicativos de tensionamentos entre o princípio da proteção integral e violação de direitos presentes nas práticas de agentes atuantes em depoimento especial.

5

Considerações finais

A temática do depoimento especial, no Brasil, tem sido tema recorrente de debates, principalmente, entre profissionais de Serviço Social, Psicologia e Direito que atuam no campo da proteção de direitos de crianças e adolescentes. Embora sobre o assunto se expresse uma multiplicidade de opiniões contrárias e favoráveis, mediante estudos produzidos por estas três principais áreas em atuação, esta pesquisa teve como objetivo principal identificar e analisar elementos indicativos de tensionamentos entre o princípio da proteção integral e violação de direitos presentes nas práticas de seus agentes, por meio de uma análise documental, em diálogo com a teoria social de Pierre Bourdieu no que se refere aos conceitos de campo, *habitus* e capital.

O entendimento sobre o conceito de *habitus* e sua influência sobre os agentes pertencentes a determinado campo, bem como sobre sua intrínseca relação com o capital social acumulado por eles, principalmente, a partir do lugar social ocupado nessa estrutura, permite a compreensão acerca do modo como se estabelecem as relações dentro do campo do depoimento especial, enquanto espaço de concorrências de saberes e de disputas e tensões entre a busca pela verdade dos fatos e proteção de crianças e adolescentes.

A tutela da infância, tendo, em um primeiro momento, partido de uma iniciativa assistencial filantrópica de fundo higienista, adquiriu, a partir do século XVIII, um caráter nacionalista, cujo objeto, a infância oriunda de famílias pauperizadas passava a adquirir estatuto de questão social, ou seja, objeto de preocupação da sociedade e do Estado. Nesse sentido, conforme visto nos estudos de Donzelot (1986) sobre a sociedade francesa, as intervenções estatais, aliadas a essa prática filantrópica, normalizaram ações de controle social de crianças e famílias, por meio de um processo de *familiarização*, ou seja, responsabilização destas famílias na criação da prole; e de institucionalização de um complexo tutelar, criado para vigilância destes grupos sociais e justificado pela necessidade de se *conservar* ou *cultivar* as crianças, ou seja, proteger a infância.

Tal processo de tutelarização se dará de forma bastante similar no cenário brasileiro, tendo como proposta um ideário de nação que as intervenções estatais e filantrópicas visavam a alcançar, mediante critérios higienistas e de controle social. No Brasil, esta ação jurídica, médica e assistencial legitimou-se material e formalmente por meio do Código Mello Mattos, estabelecido em 1927, cujo sucessor, do ano 1979, serviu para ratificar o controle sobre as famílias de classes pauperizadas, mesmo estando na contramão dos movimentos sociais em prol dos direitos de crianças e adolescentes.

O ECA, publicado em 1990 foi resultado, em nível nacional, da expressão de movimentos sociais organizados e da decorrência do processo de reabertura democrática que favoreceu a presença da temática dos direitos das crianças e adolescentes na agenda política brasileira com o artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Em nível internacional, a CDC trouxe para o rol de direitos infantojuvenis, o direito a expressar opiniões e a participar de processos, judiciais ou administrativos. Contudo, é preciso ter em consideração que o avanço na legislação nasceu em meio a transformações sociais, políticas e econômicas decorrentes da implementação de políticas neoliberais, cujo mote principal estava na retração dos gastos sociais do Estado, ou seja, a proteção integral, estabelecida no Estatuto, que visava a suplantiar o paradigma de “situação irregular” do Código anterior, surgia em condições de difícil efetivação (Silva, 2005).

Assim, para a concretização da cidadania proposta pelo princípio da proteção integral, não bastaria o alcance da igualdade formal pela mera expressão da norma, mas de uma igualdade material, onde estivessem unidos esforços políticos, econômicos, jurídicos e administrativos em função de uma integralidade de ações que pudesse tornar efetiva a proposta do ECA. Um sistema integrado de ações voltadas para a promoção e defesa de direitos, além do seu controle e monitoramento, o SGDCA, foi preconizado somente em 2006 pelo CONANDA tendo, por objetivo a sistematização de ações estratégicas de proteção, suprimindo lacunas deixadas pelo ECA. Neste sistema, já era possível incluir o Sistema de Justiça ao atuar na responsabilização e punição de crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

Nota-se ainda que, mesmo o significativo avanço proporcionado pela legislação, após a década de 1980, se deu conformado a padrões adultocêntricos ao limitar condições de participação, por exemplo, quando a CDC assegurou o direito

à participação da “criança que estiver capacitada”. Verifica-se, portanto, a permanência do ânimo tutelar-protetivo, onde é o adulto que continua a ditar as regras da participação das crianças e adolescentes, fazendo com que o protagonismo destes agentes ainda esteja longe de ser alcançado, posto que, para isso, a lei, apesar de instrumento útil e necessário, não foi autossuficiente, mas apenas um caminho para a mudança cultural que se faz necessária até hoje.

Os estudos sociais da infância, nesse sentido, são de suma importância para o entendimento do que delimita e conforma a participação infantojuvenil, pois permitem compreender criança e adolescente para além de seu desenvolvimento biológico e cognitivo, como partes permanentes da estrutura da sociedade. Esclarecer o lugar social da infância e da adolescência, tanto de forma histórica, ao se editarem diferentes discursos e padrões culturais ao longo do tempo, como de forma geracional, por estarem em relações continuamente mediadas por indivíduos de outros grupos etários, adultos ou idosos, permite desvelar a assimetria de poder envolvida em tais relações que, por vezes, irrompem-se em violências.

As violências cometidas contra crianças e adolescentes, expressões do não reconhecimento de suas subjetividades e de seus direitos, assim como das relações assimétricas de poder entre as gerações, são também ameaças à ordem social, visto não serem toleradas pela sociedade, e por isso, precisam estar tipificadas penalmente; e seus agressores, legalmente processados e punidos, em caso de haver comprovação da autoria da violência. Esta atribuição está a cargo do Sistema de Justiça.

A atuação do SGDCA, cuja perspectiva preventiva visava a uma ação integralizada entre políticas, setores e áreas de conhecimento, careceu de fortalecimento político e investimentos financeiros, deixando vago um espaço que permitiu que fosse implementado um sistema reativo, o SGDCAVTV, por meio da Lei nº. 13.431/2017, cujo foco, voltado para a violência, reiterou o tradicional protagonismo judiciário na tutela das relações entre infância, adolescência e família, embora com nova roupagem.

O campo jurídico, dessa forma, constitui-se um campo de práticas onde estão mediados direitos fundamentais tanto de crianças e adolescentes, assim como daqueles que contra estes cometeram violências. Esta mediação de garantias não está isenta de disputas e tensões, razões que motivaram e fundamentaram a presente pesquisa, cujo objetivo visava a identificar e analisar tais elementos.

Mediante contribuições teóricas e metodológicas do sociólogo Pierre Bourdieu, foi possível esclarecer como o *habitus* influencia a ação dos agentes que atuam em um determinado campo, conformando sua estrutura e fomentando a concorrência entre eles, de acordo com o capital de que cada um dispõe, seja para manter posição na estrutura do referido campo ou para alcançar novas posições. Portanto, optou-se por desenvolver a pesquisa no campo de práticas do depoimento especial, sob a perspectiva bourdieusiana, a fim de considerar as relações empreendidas neste espaço, suas concorrências e suas tensões.

Como resultados foram identificados e sistematizados, a partir do corpus da análise, oito elementos indicativos de tensionamentos presentes nas práticas dos agentes que atuam no campo do depoimento especial, a saber: aplicação da técnica de entrevista; lapso temporal entre violência e depoimento; confronto com o inquérito policial; confronto com o ECD; insistências e repetições; representações sociais nos discursos institucionais; *habitus* da sociedade disciplinar; e por fim, detalhamento da violência.

Na condução do depoimento especial, tais elementos demonstraram que mesmo a ação do agente circunscrita em prescrição legítima, seja pelo rito processual, seja pelo protocolo de entrevista, está suscetível à influência de um *habitus* social hegemônico que, velado pela estrutura do campo, naturaliza-se, tomando-se por evidente, e tende a imprimir nas ações dos agentes, os reflexos dessa naturalização, seja ao requerer das Mediadoras um esforço de tradução ou de inquirição que vá de encontro aos pressupostos éticos de sua profissão; seja ao requerer das Depoentes uma exposição de relatos com base em uma memória literal inalcançável, a fim de que se construa a verdade real dos fatos. Reitera-se que a busca pelo reconhecimento dos discursos produzidos na fase de investigação não pode ratificar ou invalidar narrativas, uma vez que os teores dos relatos precisam estar coadunados a outros elementos probatórios, uma vez que o depoimento especial não pode ser considerado uma prova autônoma.

Nesse sentido, em casos de violências contra crianças e adolescentes, considera-se que a prova técnica pericial pode ser um importante subsídio à decisão judicial, em conjunto com o depoimento especial, uma vez que os saberes específicos de profissionais do Serviço Social e da Psicologia – inviáveis de serem aplicados em toda sua potência em depoimento especial –, poderiam contribuir sobremaneira para a efetividade da proteção integral, uma vez que esta não

permaneceria restrita ao acolhimento das vítimas ao preservá-las da violência institucional, pois, muito embora este aspecto seja útil e valioso, reduz seu significado e a amplitude de sua ação.

Atividades de cunho reflexivo também são capazes de permitir a melhoria dos processos de trabalho, a partir de programas continuados de aprimoramento a serem ofertados não somente às Mediadoras, mas a todos os agentes envolvidos, direta ou indiretamente, na prática do depoimento especial, como operadores do Direito e seus auxiliares, uma vez que estes, em atividades subsidiárias, dão um importante suporte à consecução do depoimento. A atividade administrativa do tribunal é de grande importância para a realização adequada do depoimento especial. Atitudes equivocadas podem causar transtornos e constrangimentos à vítima, sendo plenamente evitáveis mediante sensibilização e treinamento sobre o tema. A reflexão sobre o processo de trabalho pode fomentar discussões interdisciplinares e construções conjuntas de novas práticas.

Este processo de sensibilização é de suma importância para compreender que o direito à participação de crianças e adolescentes expresso na CDC não pode reduzir-se ao relato sobre as violências sofridas. É preciso ultrapassar as paredes do Judiciário, a fim de que outros espaços de sociabilidade de crianças e adolescentes estejam aptos a receber opiniões, não somente daqueles maduros e capacitados, mas de todos, sem distinção de classe social, gênero, raça, etnia, condição física, condição etária, entre outros requisitos classificatórios e hierarquizantes.

Dessa forma, a consolidação de um SGDCA, amplo e participativo, representaria a efetiva intersectorialidade entre as políticas públicas de atenção à infância, à adolescência e à família. Essa ação estratégica poderia contribuir com a superação da tradicional essência tutelarista das práticas destinadas à infância e à adolescência exercidas ao longo da história brasileira, favorecendo o desvelamento do *habitus* construído sócio-historicamente de cunho menorista, disciplinar e adultocêntrico.

Isso pode significar uma importante estratégia para a construção de uma nova cultura que permita participação mais efetiva de crianças e adolescentes na sociedade brasileira e ultrapasse práticas meramente heréticas que em nada contribuem para alterar a estrutura do campo que mantém posições divididas entre dominantes e dominados. Neste sentido, espera-se que crianças e adolescentes;

possam ser conhecidos e reconhecidos como sujeitos de direitos e não mais como objetos de intervenção da proteção estatal.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência sexual intrafamiliar e produção de prova da materialidade: proteção ou violação de direitos da criança?** Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo; VAICIUNAS, Nancy. Incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas consequências psicológicas. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2015.

BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 109, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100010>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BRANDÃO, Zaia. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 227-241, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais. **Recomendação n.º 33**, de 23 de novembro de 2010. Ato deliberado pelo Plenário do Conselho na 116ª sessão ordinária. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files//recomendacao/recomendacao_33_23112010_22102012173311.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei n.º 13.431, de 4 de abril de 2017. **Resolução n.º 299**, de 05 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/original000346201912045de6f7e29dcd6.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 03 set. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, RJ, out. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto n.º 17.943-A**, de 12 de outubro de 1927. Lei de assistência e proteção a menores. Rio de Janeiro, RJ, out. 1927. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 6.697**, de 10 de outubro de 1979. Código de Menores. Brasília, DF, out. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm>. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 04 mai. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 13.431**, de 04 de abril de 2017. Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, DF, abr 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13431.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Balanco Geral Disque 100 de 2011 a 2018**. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/balanco-disque-100>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRITO, Leila Maria Torraca de. Diga-me agora... o depoimento sem dano em análise. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n.2, p.113-125, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200009>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRITO, Leila Maria Torraca de; PEREIRA, Joyce Barros. Depoimento de crianças: um divisor de águas nos processos judiciais? **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 17, n. 2, p. 285-293, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pusf/v17n2/v17n2a12.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CAMPOS, Patrícia Pimentel de O. Chambers. A proteção de crianças vítimas de abuso sexual pelo sistema de justiça: depoimento especial e reparação mínima. In: PÖTTER, Luciane. **A escuta protegida de crianças e adolescentes: os desafios da implantação da Lei n.º 13.431/2017**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

CASTRO, Felipe Araújo. Bourdieu encontra Pachukanis. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan./mar. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/38793>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CELLARD, André. A pesquisa documental. In: POUPART, Jean et AL (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CELMER, Elisa. A surdez da justiça: uma análise das dimensões políticas da colonialidade na atuação do judiciário brasileiro em casos de conflitos de gênero. **Fazendo Gênero 11** – Transformações, Conexões e Deslocamentos, 2017, Florianópolis – SC. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498145109_ARQUIVO_13MundoMulheres_ElisaCelmer.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CEZAR, José Antônio Daltoé. A criança vítima de abuso sexual pode ser inquirida em juízo de forma humanizada? In: OLIVEIRA, Antonio Carlos (org.); FERNANDES, Nair Cristina B. Boudet (org.). **Violências contra crianças e adolescentes: redes de proteção e responsabilização**. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa e Assessoria em Educação, 2007.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Nota Técnica sobre o exercício profissional de assistentes sociais e as exigências para a execução do Depoimento Especial**. CFESS: Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/depoimento-especial-notatecnica2018.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Nota Técnica sobre os impactos da lei nº. 13.431/2017 na atuação das psicólogas e dos psicólogos**. CFP: Brasília, 2018. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/NOTA-TECNICA-N%C2%BA-1_2018_GTEC_CG.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

CHAUSSUMIER, Michèle. A legislação francesa de proteção à criança de 0 a 6 anos. **Rev. Bras. Cresc. Des. Hum**, São Paulo, 1993.

CHAVES, Eduardo; COSTA, Liana Fortunato. Doutrina da Proteção Integral e o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. **Avances em Psicologia Latinoamericana**, Bogotá – Colômbia, v.36, n. 3, p. 477-491, 2018. Disponível em: < <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v36n3/2145-4515-apl-36-03-477.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

CONTE, Bárbara de Souza. Depoimento sem dano: a escuta da psicanálise ou a escuta do direito? **Psico**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 219-223, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2262>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

COSTA, Carolina Terra Quirino da. A “questão da primeira infância” e a disputa de narrativas. **Anais do VII Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza:** a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje. Rio de Janeiro, Editora Rede Sírius/UERJ, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/337945251_A_questao_da_primeira_infancia_e_a_disputa_de_narrativas>. Acesso em: 31 ago. 2020.

CUNHA, Carolini Cássia; BOARINI, Maria Lucia. A infância sob a tutela do Estado: alguns apontamentos. **Psicol. teor.prat.**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 208-224, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2020.

DEMAUSE, Lloyd. **La evolución de la infancia.** Capítulo 1 - versão traduzida para o espanhol. Nova Iorque: The PsychoHistory Press, 1974. Disponível em: <http://www.psicodinamicajl.com/articulos/varios/evolucion_infancia.html>. Acesso em: 03 set. 2020.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Eduardo. **Comentários à Lei n.º 13.431/2017.** Curitiba: Ministério Público do estado do Paraná, 2018. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/lei_13431_comentada_jun2018.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DOBKE, Velela. **Abuso sexual:** a inquirição das crianças – uma abordagem interdisciplinar. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.

DREZETT, Jefferson et al. Influência do exame médico-legal na responsabilização do autor da violência sexual contra adolescentes. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 189-197, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 out. 2020.

ECOSOC. Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. **Resolução n.º 20/2005.** Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-2039.html>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Parecer técnico:** metodologia “Depoimento sem Dano” ou “Depoimento com Redução de Danos”. Parecer realizado a pedido do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, 2008. Disponível em: <<http://cress-es.org.br/arquivos/ParecerNaoFavoravel.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

FEIX, Leandro da Fonte; PERGHER, Giovanni Kuckartz. Memória em julgamento: técnicas de entrevista para minimizar falsas memórias. In: STEIN, Lilian; e colaboradores. **Falsas memórias**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, Marcos Cezar de. Prefácio à 9ª edição revista e ampliada. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança**: abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção integrados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GARCIA, Joana; PACHECO, Daiane Rodrigues C. Entre o difuso e o oculto: o enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes no âmbito do CREAS. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, PUC-Rio, ano XIX, n. 35. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_35_2_Garcia_Pacheco.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

GLOCKNER, Ricardo Jacobsen. Depoimento sem dano? Das funções não declaradas ao regime de heteroverificação no processo penal. **Revista Liberdades**, IBCCRIM, São Paulo, n. 22, 2016. Disponível em: <http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon_id=283>. Acesso em: 19 mar. 2020.

GOODMAN, Gail S.; OGLE, Christin M.; TROXEL, Natalie; LAWLER, Michael J.; CORDON, Ingrid M. Crianças vítimas no sistema judiciário: como garantir a precisão do testemunho e evitar a revitimização. In: SANTOS, Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES, Itamar Batista. **Depoimento sem medo (?) - Culturas e práticas não-revitimizantes**: uma cartografia das experiências de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes. São Paulo: Childhood Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/depoimento_sem_medo.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; RAMOS, Michele da Silva; KOLLER, Sílvia Helena. A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 467-473, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722011000400010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2020.

HACKING, Ian. Construindo tipos: o caso de abusos contra crianças. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, p. 7-66, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332013000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2020.

HOFFMEISTER, Marleci Venério. **Tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual: desafios à intervenção profissional do assistente social na perspectiva da garantia de direitos**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

JAMES, Allison. Conceitos de infância, criança e agência: a construção de hospitais infantis na Inglaterra como estudo de caso. **O Social em Questão**, PUC-Rio, Rio de Janeiro, ano XX, n. 21, 2009. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v10n21a03.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

KLEIN, Lígia Regina. Cadê a criança do Ariès que estava aqui? A fábrica comeu... **IX Seminário Nacional de estudos e pesquisas “História, sociedade e educação no Brasil**. João Pessoa: UFPB, 2012.

MAZZUTTI, Vanessa De Biassio. A vítima no sistema penal. In: MAZZUTTI, Vanessa De Biassio. **Vitimologia e direitos Humanos: o processo penal sob a perspectiva da vítima**. Curitiba: Juruá, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v. 1, n. 2, p. 91-102, ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292001000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2020.

MANSO, Flávia Vastano; GONÇALVES, Luciano de Lima. **Dossiê Criança e Adolescente 2018**. Rio de Janeiro: Rio Segurança, 2018. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieCriancaAdolescente2018.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2015.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**, a. 2, n. 3, jan-jul, 2001. Brasília: ABEPSS, 2001.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 83, p. 05-29, 2005.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. Promoção e proteção de direitos humanos de crianças e adolescentes. In: FÁVERO, Eunice Teresinha; PINI, Francisca Rodrigues Oliveira; SILVA, Maria Liduína de Oliveira. **ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2020.

NUNES, Thaís. A audiência como depoimento especial. **II Congresso Brasileiro de Psicologia da FAE**, Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://cbpsifae.fae.edu/cbpsi/article/view/69/68>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. **(Des)caminhos na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Departamento de Psicologia. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. **Abuso sexual intrafamiliar de crianças e ruptura do segredo: consequências para as famílias**. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social). PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=18558@1>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. **Violências contra crianças e adolescentes: qualificação para intervenção**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20624/20624.PDF>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos da Criança**, Brasília, DF, nov. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 09 abr. 2020.

PATRIOTA, Lucia Maria. Teoria das Representações Sociais: contribuições para apreensão da realidade. In: **Serviço Social em revista**, Londrina, v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1_lucia.htm>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PELISOLI, Cátula; DOBKE, Velede; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Depoimento especial: para além do embate e pela proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. In: **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 22, n.1, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000100003>. Acesso em: 20 abr. 2020.

POTTER BITENCOURT, Luciane. **Vitimização secundária infanto-juvenil e violência sexual intrafamiliar: por uma política de redução de danos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.2, p. 631-643, maio/ago. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v36n2/a14v36n2.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 199-211, abr. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072011000100015>>. Acesso em: 03 set. 2020.

RIBEIRO, Maria Sílvia; SANTOS, Carla Pellicer dos; TORRES, Maria Eduarda Abrantes; FERREIRA, Alciene Alves. Estudos sociais da infância: uma revisão. In: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra. **Escritos de Fúlvia Rosemberg**. São Paulo: Cortez, 2015.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES, Itamar Batista. **Depoimento sem medo (?) - Culturas e práticas não-revitimizantes: uma cartografia das experiências de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes**. São Paulo: Childhood Brasil, 2008. Disponível em: < http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/depoimento_sem_medo.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES, Itamar Batista; ALVES JR, Reginaldo Torres (org.). **Protocolo brasileiro de entrevista forense com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência**. Brasília: Childhood Brasil, Conselho Nacional de Justiça, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, 2020. Disponível em: < https://childhood.org.br/childhood/publicação/protocolo_entrevista_WEB.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceituais. **O Social em Questão**, PUC-Rio, Rio de Janeiro, n. 21, 2009. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v10n21a03.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SCKELL, Soraya Nour. Os juristas e o direito em Bourdieu: a conflituosa construção histórica da racionalidade jurídica. **Tempo social**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 157-178, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702016000100157&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 out. 2020.

SILVA, Chris Giselle Pegas Pereira da. Código Mello Mattos: um olhar sobre a assistência e a proteção aos “menores”. **Em Debate**, Rio de Janeiro, n. 8, PUC-Rio, 2009. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14406/14406.PDF>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: descontinuidades e continuidades. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 83, p.30-48, 2005.

STEIN, Lilian Milnitsky; NEUFELD, Carmem Beatriz. Falsas memórias: por que lembramos de coisas que não aconteceram? **Arquivos de Ciências da Saúde da Unipar**, Umuarama, v. 5, n. 2, p. 179-186, 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/1124>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

TEIXEIRA, Silvana Barros dos Santos. **Por uma escuta qualificada de crianças:** contribuições para a prática profissional. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Especialização lato sensu) – Departamento de Serviço Social. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2019.

TORRES, José Henrique Rodrigues. Dignidade sexual e proteção no sistema penal. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 185-188, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-1282201100_0200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 out. 2020.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Noções Preliminares. In: TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VILHENA, Júlia; ZAMORA, Maria Helena. Além do ato: os transbordamentos do estupro. **Revista do Rio de Janeiro**, n.12, jan-abr 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268923959_Alem_do_Ato_Os_transbordamentos_do_estupro>. Acesso em: 30 out. 2020.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o *Habitus*. **Educação & Linguagem**, São Paulo, ano 10, n. 16, p.63-71, jul-dez2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/126/136>>. Acesso em: 30 out. 2020.

WOLFF, Maria Palma. **Parecer:** a participação do assistente social na equipe de atuação da metodologia depoimento sem dano (DSD). Parecer realizado a pedido do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, 2008. Disponível em: <<http://cress-es.org.br/arquivos/ParecerFavoravel.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

ZERO, Arethusa Helena. Ingênuos, libertos, órfãos e a Lei do Ventre Livre. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Caxambu, 2003. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_arethusa_helena_zero_ingenuos-libertos-orfaos-e-a-lei-do-ventre-livre.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

7 Apêndices

7.1.

Apêndice 1 – Solicitação de dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Solicitação de Dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Silvana Barros dos Santos Teixeira, aluna do curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, responsável pelo projeto de pesquisa intitulado "Depoimento Especial: limites entre proteção e violação", sob orientação do Professor Doutor Antonio Carlos de Oliveira, venho solicitar junto à Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O pedido justifica-se em razão de tratar-se de pesquisa retrospectiva, na qual o *corpus* selecionado constitui-se de eventos retroativos, gravados em arquivos de mídia e documentos escritos constantes em processos criminais que, mediante autorização do Juiz competente, serão disponibilizados para sistematização de dados e análise desta pesquisa.

Declaro que não realizarei qualquer tipo de contato com os sujeitos envolvidos no material a ser analisado, sobre os quais me comprometo a garantir privacidade, confidencialidade e anonimato, tratando as informações de modo respeitoso, não estigmatizando e não as utilizando em prejuízo de terceiros, grupos e comunidades. Declaro ainda que os dados obtidos serão utilizados somente para atender aos fins da pesquisa.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2020.



Silvana Barros dos Santos Teixeira
CPF: 024.529.986-64

Informações para contato:

Silvana Barros dos Santos Teixeira - Cel: (21) 98266-0858 - Email: silvanabarros@aluno.puc-rio.br.
Orientador: Antonio Carlos de Oliveira - Tel: (21) 3527-1290 R: 2393 - E-mail: antoniocarlos@puc-rio.br.

7.2.

Apêndice 2 – Termo de Compromisso de Utilização de Dados



Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)

Eu, SILVANA BARROS DOS SANTOS TEIXEIRA, CPF: 024.529.986-64, aluna do curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, autora do projeto de pesquisa intitulado “Depoimento Especial: limites entre proteção e violação”, sob orientação do Professor Doutor Antonio Carlos de Oliveira, comprometo-me a resguardar a integridade e a confidencialidade das informações contidas nos arquivos a serem disponibilizados (conforme descrição no quadro abaixo) pela 5ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJERJ.

Informações	Finalidade
Acesso ao conteúdo dos arquivos gravados em mídia das audiências de Depoimento Especial realizadas a partir do advento da Lei nº 13.431, em 04 de abril de 2017	Sistematização e análise de dados
Acesso ao conteúdo das peças processuais correspondentes aos casos selecionados	Levantamento de perfil dos sujeitos e contextualização dos dados

O acesso às informações será realizado com vistas somente ao cumprimento dos objetivos previstos por esta pesquisa, informando que a mesma foi aprovada pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio.

Informo, ainda, que sou perita judicial em Serviço Social, habilitada e cadastrada junto à Escola de Administração Judiciária - ESAJ, podendo acessar o material a ser pesquisado, em caso de autorização via Processo Eletrônico.

Declaro entender que é de minha responsabilidade o cuidado sobre a privacidade dos sujeitos que terão suas informações acessadas, comprometendo-me a codificar seus dados de identificação durante o processo de sistematização, análise e produção de dados, com vistas a assegurar o anonimato dos sujeitos envolvidos.

Comprometo-me, ainda, a disponibilizar os resultados da pesquisa para esse Tribunal, mantendo a confidencialidade de todas as informações que possam remeter a algum tipo de identificação dos sujeitos envolvidos.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2020.


Silvana Barros dos Santos Teixeira
 Mestranda em Serviço Social
 Matrícula 1812212 – PUC-Rio
 Perita Social cadastrada junto à ESAJ
 CPF: 024.529.986-64

Informações para contato:

Silvana Barros dos Santos Teixeira - Cel: (21) 98266-0858 - Email: silvanab Barros@aluno.puc-rio.br.
 Orientador: Antonio Carlos de Oliveira - Tel: (21) 3527-1290 R: 2393 - E-mail: antoniocarlos@puc-rio.br.

7.3.

Apêndice 3 – Levantamento bibliográfico

	Título	Autores	Ano	UF	Plataf.	Tipo
1	A escuta de crianças no sistema de justiça - https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000300010	Leila Brito; Lygia Ayres; Marcia Amendola	2006	RJ	SCIELO e Portal CAPES	Artigo
2	Diga-me agora... O depoimento sem dano em análise - https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000200009	Leila Maria Torraca de Brito	2008	RJ	SCIELO e Portal CAPES	Artigo
3	Depoimento sem dano: a escuta da psicanálise ou a escuta do direito? - https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistaspsico/article/view/2262	Bárbara de Souza Conte	2008	RS	Portal CAPES	Artigo
4	Proteção integral à criança e ao adolescente: proteção versus autonomia? - https://doi.org/10.1590/S0103-56652009000200012	Esther Maria de Magalhães Arantes	2009	RJ	Portal CAPES	Artigo
5	Participação social e protagonismo: reflexões a partir das Conferências de Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242010000200003&lng=en&nrm=iso	Ana Paula Lazzaretti De Souza et al.	2010	RS	SCIELO e Portal CAPES	Artigo
6	A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva - https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400013	Viviane Amaral dos Santos; Liana Fortunato Costa	2011	DF	SCIELO	Artigo
7	Inquirição judicial de crianças: pontos e contrapontos - https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000100020	Leila Maria Torraca de Brito; Daniella Coelho Parente	2012	RJ	SCIELO	Artigo
8	Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes: entre a prevenção do crime e do dano - https://doi.org/10.1590/S1519-38292012000400007	Lygia Silva; Maria das Graças Ferriani; Marta Angélica Iossi Silva	2012	PE/SP	SCIELO e Portal CAPES	Artigo
9	Tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual: desafios à intervenção profissional do assistente social na perspectiva da garantia de direitos - http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/510	Marleci Venério Grossi Hoffmeister; Patricia Krieger	2012	RS	Portal CAPES	Dissertação
10	Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes - https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000200011	Luiziana Souto Schaefer; Silvana Rossetto ; Christian Haag Kristensen	2012	RS	Portal CAPES	Artigo
11	A escuta de crianças e adolescentes nos processos de crimes sexuais - https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000800012	Lygia Maria Pereira da Silva et al.	2013	PE/SP	SCIELO e Portal CAPES	Artigo
12	A interdisciplinaridade na violência sexual - https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000300005	Maria Regina Fay de Azambuja	2013	RS	SCIELO e Portal CAPES	Artigo
13	Reflexões sobre a atuação dos assistentes sociais e psicólogos junto à metodologia do Depoimento sem Dano - https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.13i1.0004	Daniella Borges Ribeiro et al.	2013	ES	Portal CAPES	Artigo
14	Depoimento especial de crianças: um lugar entre proteção e responsabilização? - https://doi.org/10.1590/1982-3703000732013	José César Coimbra	2014	RJ	Portal CAPES	Artigo
15	Depoimento especial: para além do embate e pela proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual - http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.1-03	Cátula Pelisoli, Velela Dobke; Débora Dell'Aglio	2014	RS	Portal CAPES	Artigo

16	A Humanização do Sistema de Justiça por meio do Depoimento Especial: Experiências e Desafios - https://doi.org/10.1590/1413-82712016210216	Cátula Pelisoli; Débora Dell'Aglío	2016	RS	SCIELO e Portal CAPES	Artigo
17	Depoimento sem dano? Das funções não declaradas ao regime de heteroverificação no processo penal - http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon_id=283	Ricardo Jacobsen Gloeckner	2016	RS	Portal CAPES	Artigo
18	"Era eu dizendo uma coisa e todo mundo dizendo outra": A constituição de vítima de "abuso sexual infantojuvenil" na justiça criminal - https://doi.org/10.5433/2176-6665.2016v21n1p82	Irlena Da Costa; Marcelle Da Silva	2016	CE	Portal CAPES	Artigo
19	O Depoimento Judicial de Crianças e Adolescentes entre Apoio e Inquirição - https://doi.org/10.1590/1982-3703004032016	Adriana Ribeiro dos Santos; José César Coimbra	2017	RJ/ SP	SCIELO e Portal CAPES	Artigo
20	Abuso sexual infantil em laudos psicológicos: as "duas psicologias" - http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000300011	Denise Cabral Carlos de Oliveira; Jane Araújo Russo	2017	RJ	SCIELO e Portal CAPES	Artigo
21	Verdades e verdades: uma análise a partir do filme "A caça" - https://doi.org/10.1590/s1516-14982018003013	Roseane Torres de Madeiro; Roseane Freitas Nicolau	2018	AM	SCIELO e Portal CAPES	Artigo
22	Depoimento Especial: contexto e perspectivas - https://zenodo.org/record/1447128#.X2N1MGhKJlU	José César Coimbra	2018	RJ	Portal CAPES	Curso de Ext.Univ
23	Depoimento Especial: a Justiça e a escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência - https://doi.org/10.13140/RG.2.2.36274.91842	Raquel Cunha ; Lidia Levy ; Ana Isabel Sani	2018	RJ	Portal CAPES	Pôster
24	Doutrina da Proteção Integral e o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4092	Eduardo Chaves; Liana Fortunato Costa	2018	DF	SCIELO e Portal CAPES	Artigo
25	Justiça em Casos envolvendo Crianças Vítimas e Testemunhas de Crimes - https://doi.org/10.5281/zenodo.1485616	Gabriele Valente Fontoura; Roberta Gomes Nunes	2018	-	Portal CAPES	Trad.
26	Developing a Functional Code System to Analyze Forensic Interviews with Suspected Victims of Child Sexual Abuse - https://doi.org/10.1007/s10560-019-00612-z	Reginaldo Alves Jr.; Debra Nelson-Gardell; Marcelo Tavares; Teresa Young	2019	DF	Portal CAPES	Artigo
27	A oitiva do menor de idade, conforme a Lei 13.431/17 e a sua possível contribuição para a redução das falsas memórias em crimes que não deixam vestígios - https://doi.org/10.20873/23590106.2019v6n1p182	Giovanna Helena Monteiro Ferraz Morais Perius; Igor de Andrade Barbosa	2019	TO	Portal CAPES	Artigo
28	Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis - https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.04352018	Cleiciara Lucia Silva Ferreira	2019	MG	SCIELO e Portal CAPES	Artigo
29	Serviço Social e escuta especializada: proteção integral ou produção antecipada de provas? - https://doi.org/10.1590/0101-6628.212	Ana Carolina Galvão; Janaína Barbosa de Morais; Nilmar Santos	2020	RN/ PI	SCIELO	Artigo

8 Anexos

8.1.

Anexo 1 – Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio



CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-Rio

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 024/2020 – Protocolo 64/2020

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: “Depoimento especial: Limites entre proteção e violação” (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Autora: Silvana Barros dos Santos Teixeira (Mestranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Orientador: Antônio Carlos de Oliveira (Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

Apresentação: Pesquisa qualitativa que visa analisar elementos existentes nas práticas dos agentes inseridos no campo do Núcleo do Departamento Especial da comarca da capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (NUDECA/TJERJ) indicativos do tensionamento entre proteção integral e violação de direitos de crianças e adolescentes vítimas de crimes. Depoimento Especial é um instrumento legal de caráter obrigatório de prática de oitiva judicial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Prevê análise documental do conteúdo dos arquivos gerados em mídia contendo a filmagem do Depoimento Especial produzido durante o primeiro semestre de 2018 a partir de abril. Também utilizará o registro estatístico dos casos atendidos no setor e o conteúdo das peças processuais correspondentes aos casos selecionados que forem disponibilizados.

Aspectos éticos: O projeto e o Pedido de Isenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Pedido de Isenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está apoiado na característica documental da pesquisa e na existência de consentimento assinado pelos responsáveis para uso do material para estudos e aprimoramento das equipes. Garante o sigilo, a confidencialidade e a fidelidade aos dados coletados.

Parecer: Aprovado

Prof. José Ricardo Bergmann
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Profa. Ilda Lopes Rodrigues da Silva
Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2020

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq/PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea – 22453-900 Rio
de Janeiro – RJ – Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618
e-mail: vare@puc-rio.br

8.2.

Anexo 2 – Carta de apresentação da pesquisadora emitida pela PUC-Rio

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Vila dos Diretores - Gávea
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22451041
Tels.: 3527-1290 - 3527-1292

Ao/À Exmo(a). Sr(a). Juiz/Juíza Titular da ____ Vara Criminal da Comarca da Capital

Vimos, por meio desta, apresentar a discente SILVANA BARROS DOS SANTOS TEIXEIRA, CPF: 024.529.986-64, aluna devidamente matriculada sob o nº 1912212 no último período do curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social deste Programa de Pós-Graduação, cuja pesquisa está intitulada: "Depoimento Especial: limites entre proteção e violação".

A referida pesquisa tem por objetivo identificar e analisar elementos existentes nas práticas dos agentes que conduzem o depoimento especial requerido por Varas Criminais no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que possam indicar tensionamentos entre proteção integral e violação de direitos de crianças e adolescentes vítimas de crimes.

Segundo informado pelo Exmo. Dr. Gustavo Quintanilha Telles de Menezes, Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, por se tratar de segredo de justiça, somente o juiz competente pode fornecer a autorização para execução do trabalho de campo desta pesquisa. Desta forma, em razão da tradicional parceria técnico e científica realizada entre esta Universidade e esse Tribunal, vimos solicitar a autorização de V.Exa. para que a pesquisa seja realizada nessa Vara Criminal/Fórum Central da Comarca da Capital, conforme procedimentos descritos a seguir:

Informações	Finalidade
Acesso ao conteúdo dos arquivos gravados em mídia das audiências de Depoimento Especial realizadas a partir do advento da Lei nº 13.431, em 04 de abril de 2017	Sistematização e análise de dados
Acesso ao conteúdo das peças processuais correspondentes aos casos selecionados	Levantamento de perfil dos sujeitos e contextualização dos dados

Aproveitamos o ensejo para informar que a referida aluna é perita judicial em Serviço Social, habilitada e cadastrada junto à Escola de Administração Judiciária - ESAJ, podendo acessar o material a ser pesquisado via Processo Eletrônico, se assim, V.Exa. considerar oportuno.

Informamos, ainda, que o supracitado projeto de pesquisa foi submetido à banca de qualificação e à Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, os quais avaliaram os requisitos éticos e consideraram o termo de compromisso, constante no anexo, suficiente para assegurar a integridade e o sigilo das informações, bem como para garantir a privacidade dos sujeitos que terão suas informações acessadas. No referido termo, a pesquisadora compromete-se a codificar os dados que contenham possíveis informações passíveis de identificação com vistas a preservar o anonimato dos sujeitos envolvidos. Estes compromissos estão em consonância com as resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde que tratam de pesquisas científicas com seres humanos.

Colocamo-nos à disposição para apresentação dos resultados desta pesquisa e de suas considerações a fim de que possam contribuir com a reflexão acerca das práticas judiciais e com o aprimoramento técnico dos agentes.

Assim, agradecemos desde já vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento desta pesquisa científica.

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2020.

Antonio Carlos de Oliveira
Professor Doutor - Orientador da Pesquisa
Matrícula 19.421
Departamento de Serviço Social da PUC-Rio

Informações para contato:

Silvana Barros dos Santos Teixeira - Cel: (21) 98266-0858 - Email: silvanabarros@aluno.puc-rio.br.
Orientador: Antonio Carlos de Oliveira - Tel: (21) 3527-1290 R: 2393 - E-mail: antoniocarlos@puc-rio.br.